

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO DE TALENTOS E TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL
SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS
2024-2033

GOIÂNIA

2023

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

José Frederico Lyra Netto

CHEFIA DE GABINETE

Thiago Pereira da Silva

SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO DE TALENTOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Robert Bonifácio da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Alan Carvalho Oliveira

**Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás
(PDESGO 2024-2033)**

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - Goiânia (GO)
SECTI 2023**

Subsecretaria de Formação de Talentos e Transformação Digital

Superintendência de Capacitação e Formação Tecnológica

Gerência de Educação Superior

Rua 82 s/nº Palácio Pedro Ludovico Teixeira 1º Andar Setor Sul Cep 74088-900

e-mail: ges.secti@goias.gov.br

site: <https://www.inovacao.go.gov.br/>

Equipe Técnica e Consultores

Equipe Técnica da Gerência de Educação Superior

Aiane de Oliveira Vieira, Gerente de Educação Superior

Alan Francisco de Carvalho, Técnico em Gestão Pública

Eunice Lopes de Souza Toledo, Analista de Educação

José Teodoro Coelho, Assessor

Maysa Pereira Rodrigues, Assessora

Consultores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

Kleber Aparecido da Silva

Mariana de Oliveira Santos

Rafael Oliveira de Souza

Silvana Vieira das Chagas

Equipe de Comunicação da SECTI

Chefe de Comunicação Setorial

Marcos Carreiro

Designer responsável

Marcos Paulo Mascarenhas Alves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS	13
2.1	Tendências socioeconômicas atuais do estado de Goiás	14
2.2	Indicadores recentes da Educação Superior em Goiás	20
3	OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	36
3.1	O impacto da pandemia da Covid-19 na Educação Superior	38
3.2	O futuro do trabalho: desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida	40
3.3	Cidadania: a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em constante mudança	42
3.4	Conhecimento: colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais	43
3.5	O futuro humano-digital: a construção de universidades mais acessíveis e inclusivas	45
3.6	Sustentabilidade: reinventando universidades para um futuro sustentável	46
3.7	Internacionalização: reforçando parcerias para obter objetivos comuns	47
3.8	Governança e profissionais: construindo universidades resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas	48
3.9	O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação do estado de Goiás	49
4	A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GOIÁS - PDESGO (2024-2033)	53
4.1	Referenciais teórico-metodológicos	54
4.2	A participação ativa da sociedade	62
5	AS CONTRIBUIÇÕES PARTICIPATIVAS AO PDESGO (2024-2033)	67
5.1	Eixo 1 - Gestão sustentável da Educação Superior	68
5.2	Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito	70
5.3	Eixo 3 - Ensino, pesquisa e extensão	72

5.4	Eixo 4 - Empreendedorismo, inovação e internacionalização	73
6	DIRETRIZES E OBJETIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDESGO (2024-2033)	76
6.1	Eixo 1 - Gestão sustentável da Educação Superior	77
6.2	Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito	78
6.3	Eixo 3 - Ensino, pesquisa e extensão	79
6.4	Eixo 4 - Empreendedorismo, inovação e internacionalização	80
7	IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDESGO (2024-2033)	81
7.1	Comitê de acompanhamento do Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás	81
7.2	Monitoramento e avaliação: governança do comitê de acompanhamento e avaliação das diretrizes e objetivos	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
	ANEXOS	88
	Anexo A - Análise dos dados do <i>Survey</i>	88
	Anexo B - Transcrição dos dados das Entrevistas	164
	Anexo C - Sumarização das contribuições dos participantes das Audiências Públicas	184

Lista de quadros

Quadro 01: Áreas Prioritárias e Áreas do Conhecimento para Goiás

Quadro 02: Metas para a Educação Superior no PNE 2014-2024

Quadro 03: Metas para a Educação Superior no PEE 2015-2025

Quadro 04: Informações sobre Instrumentos de Escuta Pública

Lista de tabelas

Tabela 01: Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás (2016 – 2020)

Tabela 02: Produção Agrícola em Goiás (2021)

Tabela 03: Produção de Pecuária em Goiás (2021)

Tabela 04: Municípios Goianos com maior participação no PIB Estadual

Tabela 05: Distribuição de IES nos Municípios Goianos

Tabela 06: Oferta de Cursos Superiores em Goiás, por Área do Conhecimento, segundo Modalidade de Ensino (2021)

Tabela 07: Oferta de vagas em Cursos Superiores em Goiás, por Área do Conhecimento, segundo Modalidade de Ensino (2021)

Tabela 08: Percentual de cumprimento de metas de Educação Superior do PNE por Unidade Federativa

Lista de gráficos

Gráfico 01: Número de alunos matriculados por ano e modalidade de ensino em Goiás

Gráfico 02: Número de IES atuantes em Goiás

Gráfico 03: IES Goianas por Organização Acadêmica

Gráfico 04: IES Goianas por Categoria Administrativa

Gráfico 05: Cursos ofertados por Modalidade de Ensino

Gráfico 06: Percentual de participação da EaD na Oferta de Vagas em Goiás, por Área do Conhecimento

Gráfico 07: Percentual de Ingressos nos Cursos de Graduação em Goiás

Gráfico 08: Percentual de Matrículas nos Cursos de Graduação em Goiás (2021)

Gráfico 09: Percentual de Concluintes em Cursos de Graduação em Goiás (2021)

Lista de figuras

Figura 01: Temas Transversais à Educação Superior

Figura 02: Habilidades do Século XXI

Figura 03: Modelo da Pirâmide da Transdisciplinaridade

Figura 04: Eixos Estruturantes do PDESGO 2024 – 2033

Figura 05: Segmentos, direta e indiretamente interessados (*stakeholders*), na composição do Comitê de Acompanhamento do PDESGO

Figura 06: Modelo de Aplicação da Avaliação de Governança da Política por meio dos Métodos Multicritérios de Apoio à Decisão (MCDA)

Figura 07: Passo a passo para a Avaliação de Resultados

APRESENTAÇÃO

Com especial entusiasmo, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), sob a liderança do governador Ronaldo Caiado, entrega à sociedade goiana este Plano Diretor para a Educação Superior do Estado de Goiás (PDESGO), que vigorará pelos próximos 10 anos (2024-2033).

Fruto do esforço colaborativo da SECTI, Instituições de Ensino Superior (IES), organizações da sociedade civil e do setor produtivo de Goiás, este PDESGO (2024-2033) possui quatro eixos principais: gestão sustentável das IES; acesso, permanência e êxito; ensino, pesquisa e extensão; e inovação, empreendedorismo e internacionalização.

Concebido a partir de ricas discussões conceituais, amplo diagnóstico e massiva participação popular, o PDESGO (2024-2033) tem natureza diretiva e não compulsória, no entanto, pode ser utilizado como uma valiosa referência para gestão e planejamento, por meio do qual se poderá estabelecer uma agenda de políticas estratégicas que preparará a Educação Superior em Goiás para os desafios de um mundo com permanentes e rápidas transformações socioeconômicas, tecnológicas, culturais e ambientais.

Estamos certos de que o PDESGO (2024-2033) pode se firmar como um instrumento de transformação do estado, desde que haja um esforço conjunto para a composição de um Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor e que se construa uma sinergia criativa e inovadora entre os atores políticos relevantes.

Conclamamos a todos os segmentos atuantes na Educação Superior a participarem dos esforços vindouros para que o PDESGO (2024-2033) possa ser o norte de ações estratégicas e coordenadas, de modo a fazer de Goiás um estado que, cada vez mais, dá certo!

José Frederico Lyra Netto

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Goiás

1. INTRODUÇÃO

Fruto de uma década rica em ativismo social e concebida como um valioso documento garantidor de direitos após dezenas de anos de vigência de uma ditadura militar, a Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, garante em seu sexto artigo a educação como direito social. Da mesma maneira, em Goiás, no inciso quarto do artigo sexto de sua Constituição Estadual, promulgada em 1989, se estabeleceu que compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”.

No que se refere à Educação Superior, mais especificamente, o artigo 161 da Constituição do Estado de Goiás assegura a “autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial” das universidades, o “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e “a gratuidade do ensino nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado”, ao tempo em que “fiscalizará, no âmbito de sua competência, os estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos Municípios, por entidades privadas e pelo próprio Estado”.

O Sistema Estadual de Educação Superior de Goiás é composto por IES estaduais e municipais que, por força da Lei Complementar nº 26 de 1998, a LDB estadual, está sob a jurisdição normativa e fiscalizadora do Conselho Estadual de Educação (CEE), inclusive quanto ao credenciamento e autorização de funcionamento das unidades, por meio da Resolução CEE/PLENO nº 03/2016.

A SECTI, por sua vez, no uso de suas atribuições institucionais e em consonância com os mandamentos constitucionais e legais referentes aos direitos, garantias e responsabilidades do Estado, traz a público este Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (PDESGO (2024-2033), a vigorar entre 2024 e 2033. Seu objetivo é orientar, por meio de diretrizes, metas e ações estratégicas, políticas direcionadas à produção de conhecimento no âmbito das IES atuantes no estado de Goiás, no campo da ciência, tecnologia e inovação e, assim, subsidiar o desenvolvimento sustentável do estado.

Ao desenvolver este plano diretor, em parceria com segmentos representativos da Educação Superior de Goiás, das organizações sociais e da economia goiana, a SECTI almeja que ele seja extensivo a todas as IES atuantes no território goiano, servindo como força indutora, catalisadora e inspiradora de resultados expressivos, decorrentes da sinergia criativa e

inovadora de todos os atores que contribuíram para a sua elaboração. Em adição, pretende-se criar mecanismos para uma melhor compreensão das demandas atuais da Educação Superior no estado, com o intuito de criar ou sustentar políticas públicas ao longo do próximo decênio, de modo a (1) estabelecer gestões socialmente comprometidas e sustentáveis; (2) desenvolver mecanismos para garantir o acesso, dar condições favoráveis à permanência e ampliar o êxito acadêmico dos estudantes; (3) implementar estratégias para integrar o ensino à pesquisa e à extensão e atender as demandas da sociedade; e (4) promover o empreendedorismo e a inovação, bem como internacionalizar a ciência desenvolvida em Goiás.

A fim de alcançar os objetivos propostos, este PDESGO (2024-2033), construído de modo participativo, está estruturado em seis capítulos, para além desta introdução (capítulo 01). No capítulo 02, faz-se uma apresentação das tendências atuais da socioeconomia e da Educação Superior em Goiás, cujas informações tornam-se referenciais fundamentais para a contextualização do estado frente aos desafios contemporâneos da Educação Superior no Brasil e no mundo (capítulo 03).

O capítulo 04 trata dos referenciais teóricos e metodológicos adotados na construção do plano, assim como dos instrumentos de participação social, o que permitiu a incorporação de contribuições de amplos segmentos vinculados à Educação Superior de Goiás, da sociedade e do setor produtivo goiano (capítulo 05).

A partir dos resultados dos levantamentos de dados e informações, nos capítulos 06 e 07, propõe-se as diretrizes e objetivos, assim como procedimentos de monitoramento e avaliação no curso da implementação do PDESGO (2024-2033).

2. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário Executivo

Nesta sessão é apresentado, em um primeiro momento, um panorama socioeconômico do estado de Goiás e, em um segundo momento, o atual contexto da Educação Superior no estado.

1. Tendências Socioeconômicas atuais

- Goiás, estado da região Centro Oeste, tem uma extensão territorial de 340 milhões de km², 246 municípios e 7,2 milhões de habitantes;
- 9ª economia do país, com 2,87% do PIB nacional;
- PIB composto pela agropecuária, indústria e serviços, com maior destaque para o setor de serviços;
- O PIB está, majoritariamente, concentrado em 15 municípios: Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Catalão, Jataí, Itumbiara, Luziânia, Senador Canedo, Cristalina, Formosa, Valparaíso de Goiás, Mineiros, Caldas Novas e Trindade;

2. Indicadores recentes da Educação Superior em Goiás

- De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2022), Goiás tem:
 - ✓ 116 IES espalhadas em 55 municípios. Merece destaque as multicampi - UEG, IFG e IFGoiano. Elas correspondem a 40,70% do total da região Centro Oeste e 4,50% do Brasil;
 - ✓ 8.986.554 alunos matriculados em cursos de graduação;
 - ✓ Quanto à organização acadêmica, 80% são faculdades, 12% centros universitários, 6% universidades e 2% institutos federais;
 - ✓ Quanto à categoria administrativa, 75,8% são privadas com fins lucrativos, 16,2% são privadas sem fins lucrativos, 4% são públicas federais, 3% são públicas municipais e 1% é pública estadual;
 - ✓ Os cursos ofertados estão distribuídos nas áreas de Negócios, Administração e Direito; Educação, Saúde e Bem-estar; Engenharia, Produção e Construção; Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; Ciências Sociais, Comunicação e Informação; Artes e Humanidades; Serviços; Ciências Naturais, Matemática e Estatística;
 - ✓ Há oferta de cursos nas modalidades presencial e EAD e, embora os cursos presenciais sejam maioria, a modalidade EAD está em curva ascendente;
- Na pós-graduação, Goiás tem 147 programas distribuídos entre mestrado, mestrado acadêmico e doutorado (Capes, 2023).

2.1. Tendências socioeconômicas atuais do estado de Goiás

O Estado de Goiás possui uma extensão territorial de cerca de 340 milhões de km², e se encontra inserido na região Centro-Oeste do país, sendo a sétima unidade da federação em termos de área. Conta com uma população estimada em 7,2 milhões de habitantes distribuídos em 246 municípios, e corresponde ao 12º estado brasileiro mais populoso. Trata-se de um estado de grandes proporções, que exhibe relevância historiográfica para o contexto nacional e apresenta expressiva diversidade socioeconômica entre os municípios que o compõem (IBGE, 2023; IMB, 2022).

Segundo Vieira, Buainain e Contini (2014), o desenvolvimento de Goiás esteve atrelado a um conjunto de movimentos históricos vivenciados em âmbito nacional. As terras que vieram a constituir o território goiano passaram a ser consideradas ainda no período colonial, em específico entre os séculos XVII e XVIII, no contexto da busca pelo ouro no interior do país. Outros processos históricos, tais como: a Marcha para o Oeste (década de 1930); o Plano de Meta do governo Juscelino Kubitschek (final dos anos 1950); o Milagre Econômico (década de 1970) e, especialmente, a ocupação econômica e produtiva do Cerrado pelas atividades agropecuárias, também na década de 1970, contribuíram para moldar o perfil socioeconômico de Goiás.

No intervalo de 2016 a 2020, a economia goiana consolidou sua posição como a nona maior economia brasileira, contribuindo, em média, com 2,87% do PIB nacional. Em termos regionais é a segunda maior da região Centro-Oeste (28,56% do PIB da região), sendo superada apenas pela economia do Distrito Federal (IBGE, 2023). Os resultados econômicos favoráveis registrados em Goiás podem ser atribuídos ao fortalecimento e crescimento das atividades correlatas ao agronegócio, ao desenvolvimento do setor de serviços, em especial, o segmento comercial e ao crescimento e diversificação do setor industrial, principalmente, nos segmentos de alimentos e bebidas, automobilismo, produção de medicamentos e beneficiamento de minérios (IMB, 2022).

O desenvolvimento promissor do setor agropecuário, bem como das agroindústrias, impactou positivamente o setor de serviços. Ou seja, a conexão intersetorial – da agricultura para a indústria e ambos para o setor de serviços – pode ser apontada como causa principal dos bons resultados verificados na economia estadual. Cabe pontuar que a economia de Goiás

passou a ser caracterizada como moderna em meados da década de 1990, em virtude de um conjunto de investimentos que estimularam a diversificação do setor industrial, em áreas distintas das alternativas relacionadas à vocação histórica para a agropecuária, comércio e logística. Como exemplo, foram observados investimentos na indústria automobilística, farmoquímica e equipamentos de precisão. Esses investimentos financeiros foram, em boa medida, propiciados pelo governo estadual na forma de condições especiais de financiamento e incentivos fiscais (VIEIRA, BUAINAIN, CONTINI, 2014).

Considerando os setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços), cabe destacar que na economia goiana, de forma análoga à região Centro-Oeste e ao Brasil, o setor de serviços posiciona-se como principal conjunto de atividades da economia. Em Goiás, para o período de 2016 a 2020, o setor de serviços foi responsável por aproximadamente 44% do valor adicionado ao PIB estadual, movimentando cerca de 86 bilhões de reais. Para o mesmo período, o setor industrial e o setor agropecuário participaram respectivamente com 19,61% e 10,85%. A Tabela 01 apresenta os percentuais de participação de cada setor econômico, bem como relaciona mais dois itens que fazem parte da estimativa do PIB – os impostos e a administração pública (IBGE, 2023).

Tabela 01: Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás (2016 – 2020)

Sector de Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Agropecuária	10,85%	10,12%	10,17%	10,15%	12,95%	10,85%
Indústria	20,46%	19,33%	18,44%	18,77%	21,03%	19,61%
Serviços	43,77%	44,85%	44,75%	43,75%	40,07%	43,44%
Administração Pública ¹	14,10%	14,94%	15,49%	16,08%	15,12%	15,15%
Impostos ²	10,81%	10,76%	11,14%	11,25%	10,84%	10,96%

Fonte: SIDRA/IBGE (2023)

Nota ¹ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Nota ² Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes.

Apesar de o estado de Goiás vivenciar a lógica econômica e produtiva do agronegócio, a análise dos setores econômicos exhibe que o setor agropecuário não desponta como principal componente do PIB estadual. Isso se dá pelo fato de o setor agropecuário ser apenas uma parte das atividades que integram o agronegócio. Segundo Araújo (2007), o agronegócio corresponde a um fenômeno socioeconômico, percebido a partir da década de 1950, caracterizado pela

adoção de novas tecnologias de produção no meio rural, que resultaram em profundas transformações na estrutura produtiva e pela intensa integração da agropecuária com os demais setores da economia.

Para Contini et al (2006, p. 6) “o agronegócio deve ser entendido como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação até seu consumo”. Ou seja, as atividades correlatas ao agronegócio estão conectadas e presentes em todos os setores da economia. No caso específico de Goiás é possível atribuir ao agronegócio a capacidade de estimular a evolução e o crescimento da economia estadual, por estar presente em todos os setores da atividade econômica.

Em comparação com a média nacional, Goiás tem apresentado resultados econômicos mais consistentes. A título de exemplo, no ano de 2020, ainda no contexto pandêmico, o PIB goiano registrou um encolhimento de 1,30% (em termos de volume de produção), ao passo que o PIB brasileiro registrou um retrocesso de 3,30%. Tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial contribuíram com o crescimento da atividade econômica no estado, respectivamente com 9,90% e 0,40%. Apenas o setor de serviços foi impactado negativamente com o desenrolar da pandemia, registrando uma queda de 3,50% (IMB, 2022).

Em relação à atividade agrícola, o estado de Goiás posicionou-se em 2021, como 3º maior produtor nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, ofertando 10,18% da produção nacional. Neste contexto, cabe destacar as principais *commodities* agrícolas de Goiás – milho e soja, que dinamizam a atividade exportadora do estado. Além da produção de cana-de-açúcar, que possibilita Goiás se afirmar como um dos maiores produtores nacionais de etanol e açúcar.

Conforme estimativa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para a safra 2023/24 espera-se que Goiás produza cerca de 73 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 4,9 bilhões de litros de etanol e 2,5 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, que ocupe a 3ª posição no *ranking* nacional na produção de etanol e açúcar (IMB, 2023; IBGE, 2023; CONAB, 2023).

Tabela 02: Produção Agrícola em Goiás (2021)

Produto	Posição no ranking nacional	Quantidade produzida (em toneladas)
Girassol (em grão)	1º	36.661
Sorgo (em grão)	1º	1.140.088
Tomate	1º	1.026.055
Alho	2º	50.213
Cana-de-açúcar	2º	72.012.198
Milho (em grão)	2º	10.750.433
Algodão herbáceo (em caroço)	3º	138.840
Cebola	4º	181.177
Feijão (em grão)	4º	340.325
Soja (em grão)	4º	13.654.117
Batata-inglesa	6º	177.618
Trigo (em grão)	6º	84.035
Arroz (em casca)	7º	124.510
Cereais, leguminosas e oleaginosas (TOTAL)	3º	99.716.270

Fonte: SIDRA/IBGE (2023)

Em relação aos rebanhos verificou-se o crescimento de 2,82% na criação de bovinos em comparação a 2020, com saldo aproximado de 24 milhões de cabeças de gado, ou seja, 10,82% da oferta nacional. Além da significativa produção de galináceos (98 milhões de cabeças) e suínos (1,5 milhões de cabeças), contribuindo respectivamente com 6,43% e 3,74% da oferta nacional desses rebanhos – conforme ilustra a Tabela 3. Os produtos procedentes da pecuária também contribuem de forma expressiva com a atividade exportadora. Em 2021, as exportações goianas totalizaram US\$9,3 bilhões. Desse total, cerca de 19% ou US\$ 1,77 milhões das vendas internacionais estiveram relacionadas ao complexo de carne, ou seja, carne bovina (14,50%), carne avícola (4,32%) e suínos (0,18%) (IBGE, 2023; IMB, 2023).

Tabela 03: Produção de Pecuária em Goiás (2021)

Rebanhos	(número de cabeças)	Posição no ranking nacional
Bovinos	24.293.954	2º
Galináceos	98.363.163	6º
Suínos	1.592.498	6º

Fonte: SIDRA/IBGE (2023)

No setor goiano de serviços, em 2020, verificou-se a maior representatividade das seguintes atividades: “administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social”; “comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas”; “atividades imobiliárias” e “intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados”, que conjuntamente perfazem aproximadamente 80,00% de todo o valor adicionado ao setor. Conforme já mencionado, o setor de serviços foi severamente impactado pelas consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Entretanto, cabe ressaltar que entre 2021 e 2022 foi registrado um crescimento de aproximadamente 6% de suas atividades em decorrência do aumento da demanda por atividades de informação, profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares e administração, educação e saúde pública, defesa; seguridade social e as atividades relacionadas ao comércio atacadista e varejista. Esse crescimento pode ser condicionado à retomada das atividades produtivas da economia. Porém, ainda é preciso considerar algumas variáveis, tais como: o endividamento das famílias, a inflação e o elevado custo do acesso ao crédito; que desafiam o crescimento contínuo do segmento (IMB, 2022; IMB; 2023).

Segundo definição do IBGE (2023), o setor industrial é formado por três segmentos específicos, são eles: indústria geral; indústrias extrativas e indústrias de transformação. No contexto da produção industrial Goiás possui maior prestígio nos segmentos relativos à indústria de transformação, em específico na fabricação de alimentos; fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; fabricação de automóveis e fabricação de biocombustíveis (etanol). A indústria extrativa, em particular a indústria da mineração é bastante desenvolvida e diversificada devido a extração de minério como: cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita (IMB, 2023).

Considerando os dados da economia de Goiás, cabe acrescentar que a riqueza gerada no Estado se encontra concentrada em alguns municípios. Pelo exame do PIB municipal para 2020, constatou-se que as quinze maiores economias representaram 61,11% do PIB estadual. Enquanto os demais 231 municípios possuem individualmente uma participação inferior a 1% e conjuntamente contribuem com 38,89% da riqueza produzida em Goiás. Nesse seleto grupo de municípios, Goiânia, (capital estadual), representa pouco menos de um quarto de toda a riqueza produzida em Goiás. Todos os municípios integrantes desse grupo, possuem como principal atividade econômica as atividades correlatas ao setor de serviços.

Conforme já pontuado, tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial têm a capacidade de dinamizar o setor de serviços. Neste sentido é importante destacar, dentre as quinze maiores economias de Goiás, alguns municípios que têm seu setor de serviços e a própria economia municipal dinamizado pelos demais setores econômicos. A título de exemplo:

- Anápolis: indústrias de medicamentos e montadoras de veículos;
- Aparecida de Goiânia: sete polos industriais e empresariais;
- Rio Verde: produção de grãos (milho e soja) e agroindústrias;
- Catalão: Distrito Minerioindustrial de Catalão (Dimic);
- Jataí: produção de grão (milho e soja) e importantes agroindústrias;
- Itumbiara: Distrito Agroindustrial do município (Diagri);
- Senador Canedo: indústria de transformação;
- Cristalina: agricultura diversificada e agroindústrias.

Tabela 04: Municípios Goianos com maior participação no PIB Estadual

Nº	Município	PIB (em reais)	Participação no PIB estadual (%)
1	Goiânia	51.961.311,00	23,18%
2	Anápolis	15.286.792,00	6,82%
3	Aparecida de Goiânia	14.856.019,00	6,63%
4	Rio Verde	11.872.211,00	5,30%
5	Catalão	7.269.176,00	3,24%
6	Jataí	5.982.102,00	2,67%
7	Itumbiara	4.771.582,00	2,13%
8	Luziânia	4.769.559,00	2,13%
9	Senador Canedo	3.841.143,00	1,71%
10	Cristalina	3.345.354,00	1,49%
11	Formosa	2.738.680,00	1,22%
12	Valparaíso de Goiás	2.688.974,00	1,20%
13	Mineiros	2.618.561,00	1,17%
14	Caldas Novas	2.551.056,00	1,14%
15	Trindade	2.413.837,00	1,08%
	TOTAL	136.966.357,00	61,11%

Fonte: SIDRA/IBGE (2023)

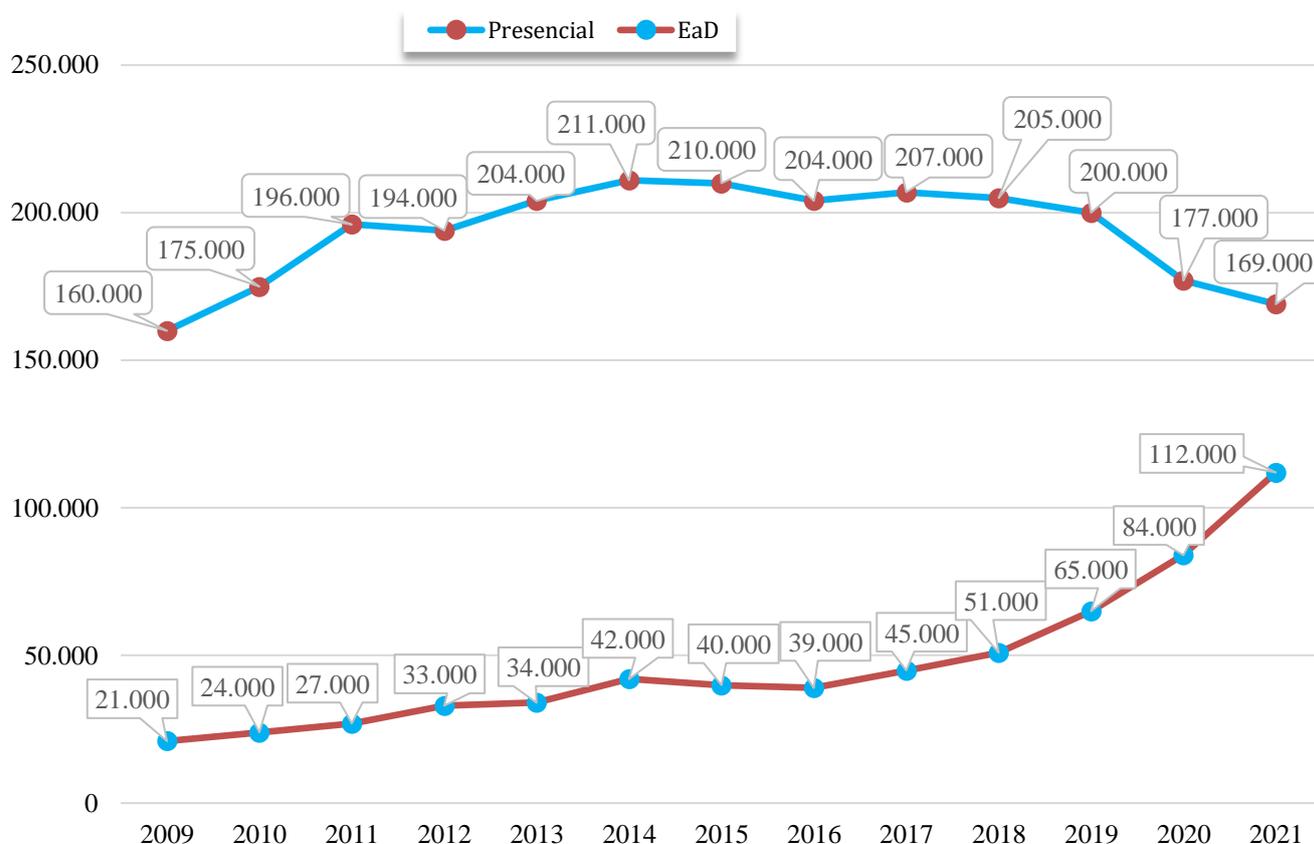
Em linhas gerais, Goiás pode ser apontado como importante unidade da federação que é dinamizada pelas atividades correlatas ao agronegócio. Cabe registrar que o impacto

econômico do agronegócio reverbera em todos os setores econômicos de Goiás, ou seja, agropecuária; indústria e serviço. Contudo, a intensidade dessas atividades é observada de forma diferente nos municípios goianos. Constatou-se que a maior geração de riqueza (tendo como referência o PIB municipal) encontra-se firmada em cerca de 6% dos municípios goianos. Agrupando os municípios citados em mesorregiões constata-se que maior parte da riqueza gerada em Goiás está concentrada no “Centro Goiano” (Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade) com 39,42%; no “Sul Goiano” (Rio Verde, Catalão, Jataí, Itumbiara, Mineiros e Caldas Novas) com 15,65% e no “Leste Goiano” (Luziânia, Cristalina, Formosa e Valparaíso de Goiás) com 6,04%.

2.2 Indicadores recentes da Educação Superior em Goiás

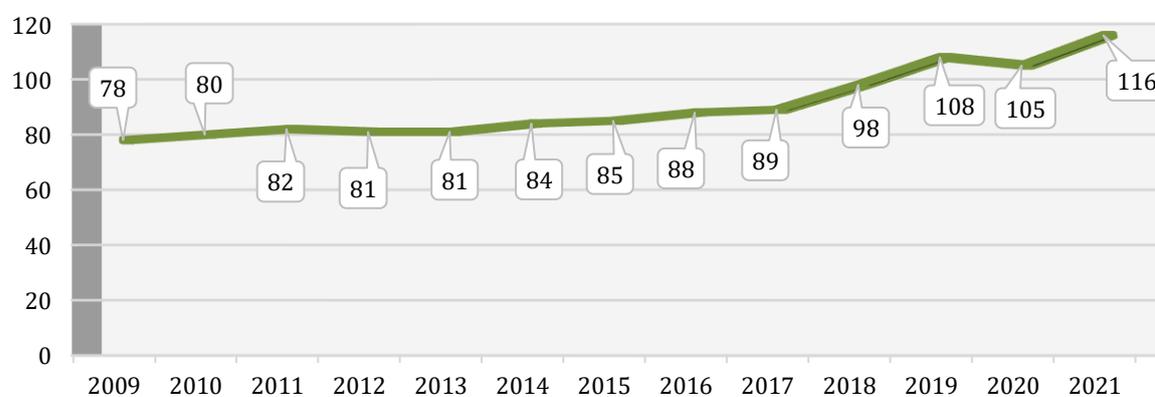
No Brasil, o relatório do Censo da Educação Superior de 2022, referente ao ano de 2021, informa que 8.987.120 alunos estavam matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES), quantitativo 32,8% maior do que o constatado em 2011. Neste período se deu a mesma tendência de crescimento de matrículas em Goiás, saltando de 223.000 em 2011 para 281.000 em 2021, aumento de 26%, percentual abaixo da média nacional.

Gráfico 01: Alunos matriculados por ano e modalidade de ensino em goiás



Relativo à quantidade de IES, em 2021, o estado possuía 116 IES, o que correspondia a 40,70% do total da região Centro-Oeste e 4,50% do Brasil.

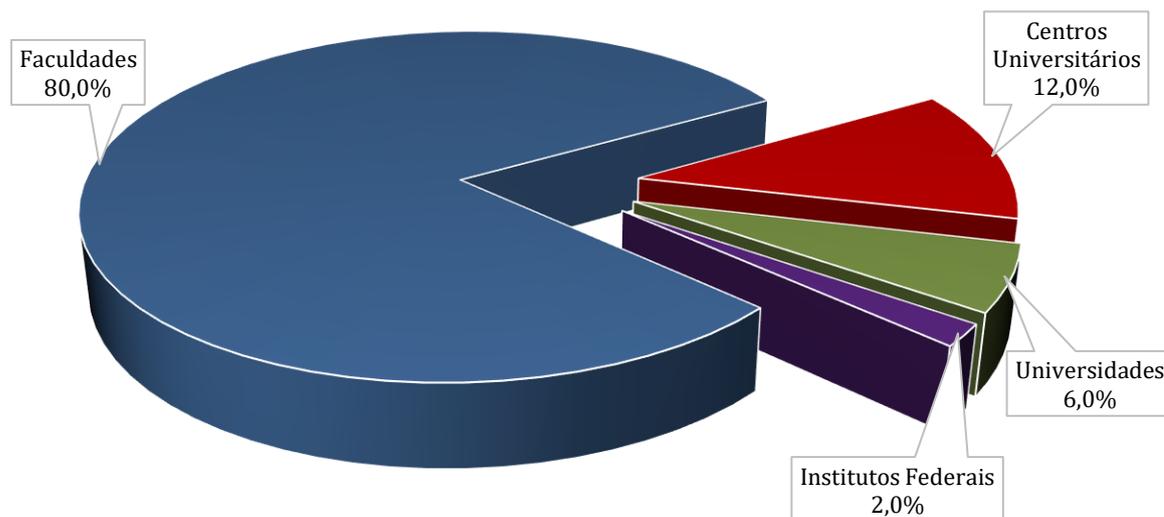
Gráfico 02: Número de IES atuantes em Goiás



Fonte: INEP (2022)

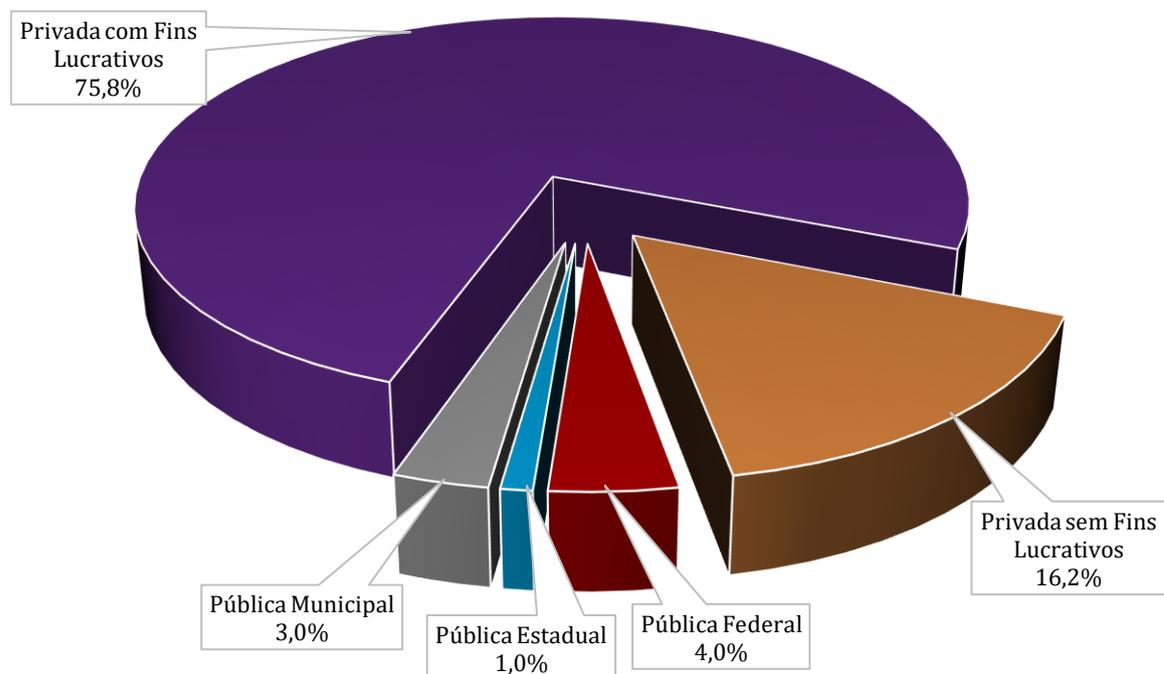
Em sua maioria, as IES goianas (91,40%) eram privadas com ou sem fins lucrativos, organizadas em quatro categorias acadêmicas – faculdades, centros universitários, universidades e institutos federais, conforme ilustram os Gráficos 2 e 3.

Gráfico 03: IES Goianas por Organização Acadêmica



Fonte: INEP (2022)

Gráfico 04: IES Goianas por Categoria Administrativa



Fonte: INEP (2022)

Analisando a distribuição territorial, verifica-se que, de um total de 246 municípios, 55 (22,36%) contam com a presença de IES. A Tabela 05 aprofunda nessa questão, trazendo também a distribuição de IES por regiões de planejamento, bem como o quantitativo e a proporção dessa distribuição.

Três IES têm posição destacada na cobertura da oferta de ensino superior no estado, tendo em vista que são instituições multicampi, ou seja, possuem unidades em vários municípios goianos: a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Instituto Federal Goiano (IFGoiano). A UEG é uma instituição pública estadual, com sede no município de Anápolis, mesorregião do Centro Goiano, e atualmente está posicionada em 41¹ municípios, estando presente em todas as regiões de planejamento de Goiás. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e Goiano (IF Goiano), por sua vez, são instituições públicas federais e estão presentes em 13² e 12³ municípios, respectivamente, e juntos também alcançam todas as regiões de planejamento do estado.

¹ Anápolis (sede/reitoria), Cidade de Goiás, Aparecida de Goiânia, Formosa, Uruaçu, São Luís de Montes Belos, Quirinópolis, Morrinhos, Santo Antônio do Descoberto, Caldas Novas, Campos Belos, Ceres, Crixás, Edéia, Goianésia, Goiânia, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itapuranga, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Jussara, Luziânia, Minaçu, Mineiros, Niquelândia, Palmeiras de Goiás, Pirenópolis, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Sanclerlândia, Santa Helena de Goiás, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo, Silvânia, Trindade e Valparaíso de Goiás. Disponível em: <https://dados.ueg.br/pentaho/api/repos/dashboard/app/index.html#>. Acesso em: 06/12/2023.

² Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Disponível em: [Instituto Federal de Goiás - IFG em Dados](#). Acesso em: 06/12/2023.

³ Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade, Uruaçu. Disponível em: [Instituto Federal Goiano \(ifgoiano.edu.br\)](http://ifgoiano.edu.br). Acesso em: 06/12/2023.

Tabela 05: Distribuição de IES nos Municípios Goianos

Região de Planejamento	Município/IES	Nº de unidades	Participação percentual (%)
Região Metropolitana de Goiânia	Aparecida de Goiânia (9) Goiânia (34); Hidrolândia (1); Inhumas (3); Senador Canedo (4); e Trindade (4)	55	30,9
Região do Noroeste Goiano	Campos Belos (2), Cidade de Goiás (3), Itaberaí (2), Itapuranga (2)	09	5,1
Região do Centro Goiano	Anápolis (11), Ceres (3), Goianésia (3), Jaraguá (2), Rubiataba (1)	20	11,2
Região do Nordeste Goiano	Posse (2)	02	1,1
Região do Norte Goiano	Crixás (1), Minaçu (1), Niquelândia (1), Porangatu (4), Santa Terezinha de Goiás (1) e Uruaçu (3)	11	6,2
Região do Sudoeste Goiano	Jataí (6), Mineiros (3), Santa Helena de Goiás (1), Quirinópolis (3) e Rio Verde (5)	18	10,1
Região do Oeste Goiano (Eixo GO-060)	Anicuns (1), Caiapônia (1), Iporá (2), Jussara (2), Palmeiras de Goiás (3), Sanclerlândia (1), e São Luís de Montes Belos (2)	12	6,7
Região do Sul Goiano	Caldas Novas (3), Edéia (1), Goiatuba (1), Indiara (1), Itumbiara (3), Morrinhos (2), Piracanjuba (1) e Pontalina (1)	13	7,3
Região do Sudeste Goiano	Catalão (6), Ipameri (2), Pires do Rio (2), Silvânia (1), Urutaí (1)	12	6,7
Região do Entorno do DF	Águas Lindas de Goiás (3), Cristalina (2), Formosa (7), Luziânia (6), Novo Gama (1), Pirenópolis (1), Santo Antônio do Descoberto (1) e Valparaíso de Goiás (5)	26	14,6
Total		178*	100,0

Nota: (*) Quantitativo referente a unidades físicas de IES, desconsiderando polos EaD. O número corresponde à soma das 116 IES cadastradas no INEP (2022) com reitoria no Estado de Goiás, mais 41 unidades da UEG, 13 unidades do IFG, 12 unidades do IF Goiano e 03 unidades da UniRV.

Fonte: INEP (2022); UEG, IFG; IF Goiano

Como a Tabela 05 mostra, embora haja IES instaladas em todas as regiões de planejamento do estado, há uma maior concentração na Região Metropolitana de Goiânia (30,9%), seguida do Centro Goiano (11,2%), do Entorno do Distrito Federal (14,6%) e do Sudoeste Goiano (10,1%). Os dados vão ao encontro dos índices socioeconômicos apresentados na Tabela 04, que elenca os municípios com maior participação no PIB do estado. Esta correlação reitera a tese de que as instituições de ensino superior são importantes atores na promoção do desenvolvimento econômico e da inovação (PORTER, 1989; ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2017).

A região do Nordeste Goiano, neste aspecto, merece especial atenção, visto que, como os números da Tabela 05 apontam, conta apenas com duas IES, o IF Goiano e a UEG,

concentradas em apenas uma cidade. Nesse sentido, as duas instituições têm um papel de liderança, pois, conforme debatido em audiências públicas por residentes da região, as duas universidades atendem um raio de 200 km e, a UEG, em especial, é responsável pela formação de professores que atuam na educação básica dos municípios do nordeste goiano.

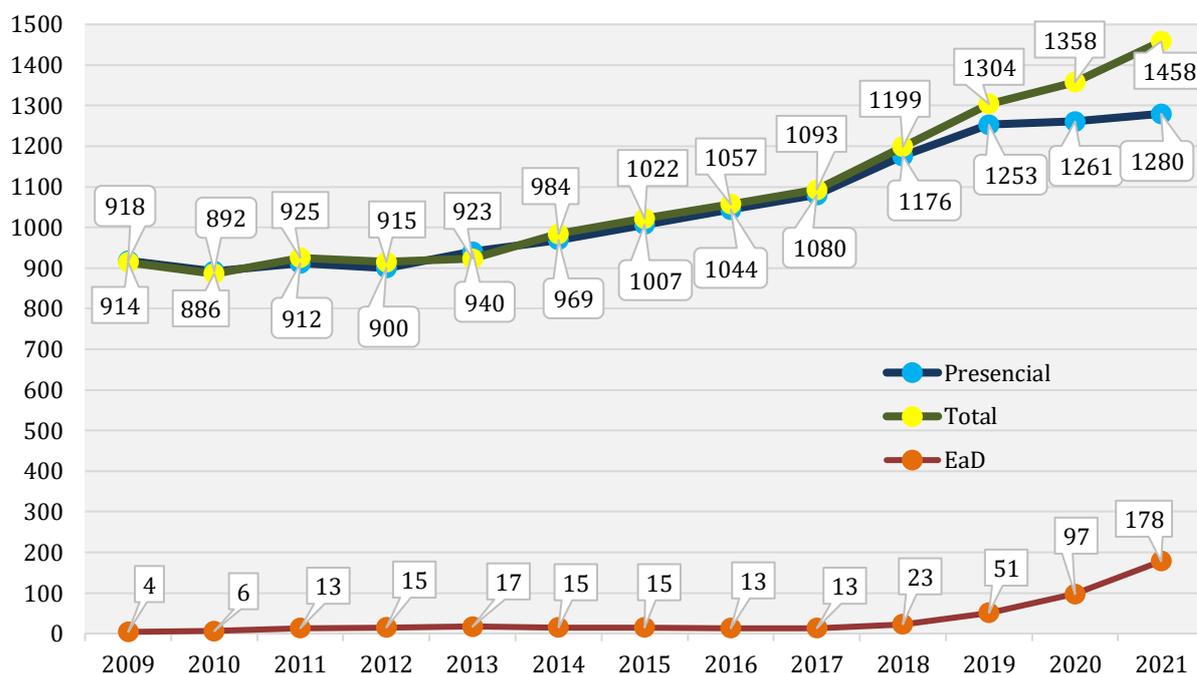
No que se refere à oferta de cursos, as IES de Goiás ofertaram, em 2021, 1.458 cursos de graduação, que estão classificados por áreas do conhecimento na Tabela 06. A área de “Negócios, Administração e Direito” concentra a maior parte dos cursos superiores em Goiás e, somada às áreas “Educação”, “Saúde e bem-estar” e “Engenharia, Produção e Construção”, representam 75,17% da oferta. Sobre modalidade de ensino, o Gráfico 04 traz dados da série histórica de 2009 a 2021 que apontam, por um lado, que a oferta presencial é a mais comum, mas que, por outro lado, há uma clara tendência de queda de oferta presencial, ao passo que há aumento da oferta EaD, a partir do ano de 2019.

Tabela 06: Oferta de Cursos Superiores em Goiás, por Área do Conhecimento, segundo Modalidade de Ensino (2021)

Cursos	Presencial	EaD	Total	%
Negócios, Administração e Direito	315	73	388	26,61
Educação	248	41	289	19,82
Saúde e Bem-estar	222	17	239	16,39
Engenharia, Produção e Construção	163	17	180	12,35
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	79	11	90	6,17
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	76	3	79	5,42
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	67	3	70	4,80
Artes e Humanidades	41	5	46	3,16
Serviços	37	6	43	2,95
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	32	2	34	2,33
Total	1280	178	1458	100%

Fonte: Inep (2022)

Gráfico 05: Cursos ofertados por Modalidade de Ensino



Fonte: INEP (2022)

Vale destacar a importância da EaD, em especial a questão da estrutura organizacional em formato de polos. Por meio da implementação de polos, muitos municípios goianos passaram a ter acesso ao ensino superior. Segundo dados do INEP (2022), considerando a presença dos polos de educação a distância, 103 municípios de Goiás possuem acesso direto ao ensino superior. Devido ao uso de ferramentas tecnológicas de informação e da comunicação, 91,4% dos goianos podem ter acesso ao ensino superior⁴.

Já em relação ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação em Goiás, observa-se uma tendência semelhante à anunciada na questão da oferta de cursos, ou seja, primazia dos cursos voltados às áreas de “Negócios, Administração e Direito” (32,52% da oferta de vagas); “Saúde e Bem-estar” (20,70%); Educação (15,11%) e “Engenharia, Produção e Construção”

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/internet-chega-a-872-dos-brasileiros-de-dez-anos-ou-mais-uso-e-maior-no-centro-oeste.shtml#:~:text=Conforme%20o%20IBGE%2C%20o%20resultado,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20Distrito%20Federal>. Acessado em: 06/12/2023.

(10,37%). Em conjunto essas áreas representam 78,70% da oferta de vagas no estado – conforme ilustra a Tabela 7.

Tabela 07: Oferta de vagas em Cursos Superiores em Goiás, por Área do Conhecimento, segundo Modalidade de Ensino (2021)

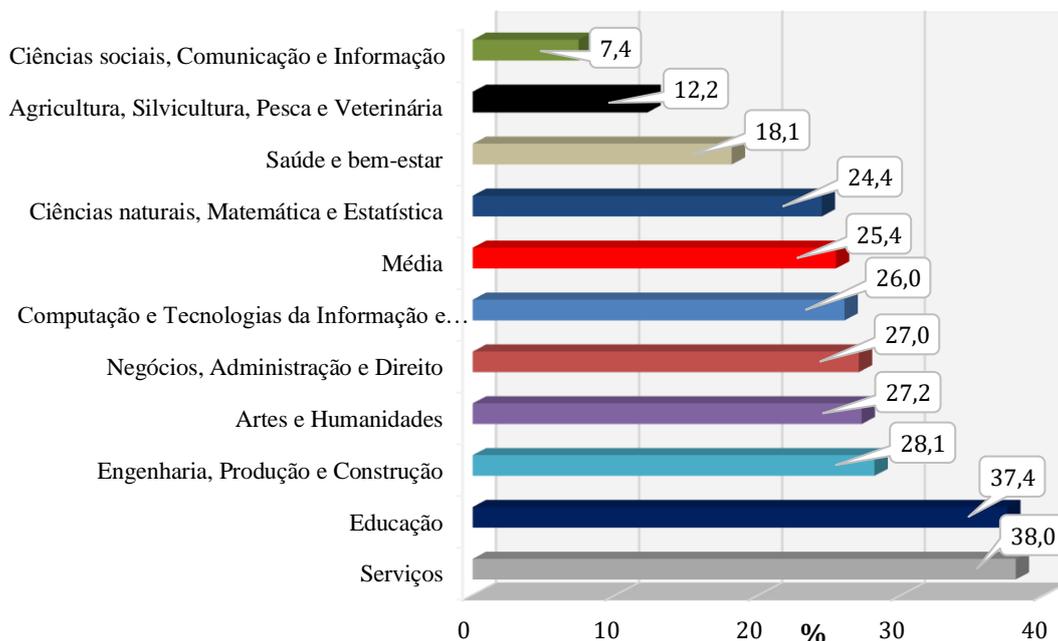
Cursos	Presencial	EaD	Total	%
Negócios, Administração e Direito	55.215	20.417	75.632	32,52
Saúde e Bem-estar	39.430	8.718	48.148	20,70
Educação	21.988	13.161	35.149	15,11
Engenharia, Produção e Construção	17.343	6.769	24.112	10,37
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	11.212	1.558	12.770	5,49
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	7.899	2.782	10.681	4,59
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	9.879	792	10.671	4,59
Serviços	4.406	2.696	7.102	3,05
Artes e Humanidades	4.003	1.494	5.497	2,36
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	2.118	682	2.800	1,20
Total	173.493	59.069	232.562	100%

Fonte: Inep (2022)

Segundo dados do INEP (2021), a maioria das vagas ofertadas em Goiás em todas as áreas de conhecimento, é da modalidade presencial, como pode-se observar pelo Gráfico 05. Entretanto, nota-se que a participação da modalidade EaD varia significativamente, sendo mais expressiva nas áreas de Serviços (38,0%) e Educação (37,4%) e, em menor proporção, nas de Ciências Sociais, Comunicação e Informação (7,4%) e, Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária (12,2%).

E quando se considera o conjunto de todas as áreas de conhecimento, verifica-se que, em média, a EaD participa com 25,4% do total das vagas ofertadas.

Gráfico 06: Percentual de participação da EaD na Oferta de Vagas em Goiás, por Área do Conhecimento

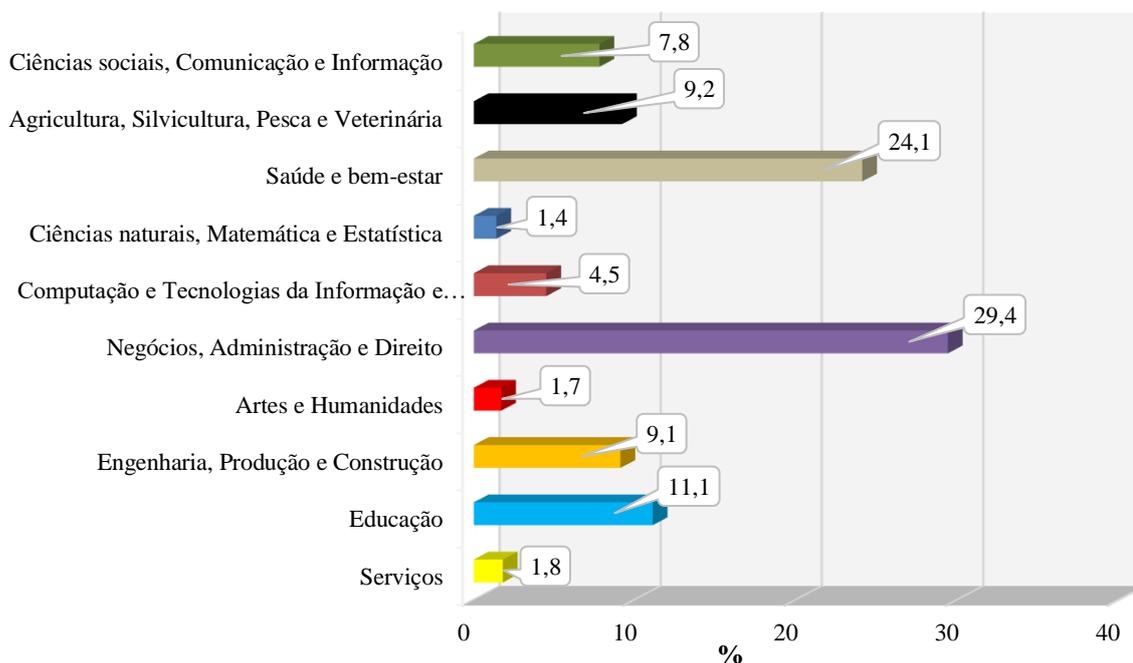


Fonte: Inep (2022)

Para maior compreensão da dinâmica do ensino superior em Goiás, além da questão da oferta de cursos e vagas, cabe considerar os registros relacionados ao número de ingressantes, matrículas e concluintes⁵. Em relação aos discentes ingressantes, em 2021, as IES goianas receberam 52.622 novos estudantes. Desse total, mais 60% dos discentes estavam dispostos nos cursos pertencentes às áreas de “Negócios, Administração e Direito” (29,4%); “Saúde e Bem-estar” (24,1%) e “Educação” (11,1%), conforme Gráfico 06).

⁵ O termo “Ingressantes” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior que possui ano de ingresso igual ao ano de referência do Censo Superior; “Matrículas” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior igual a “ cursando” ou “formado”; “Concluintes” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso igual a “formado” (INEP, 2012, p.26).

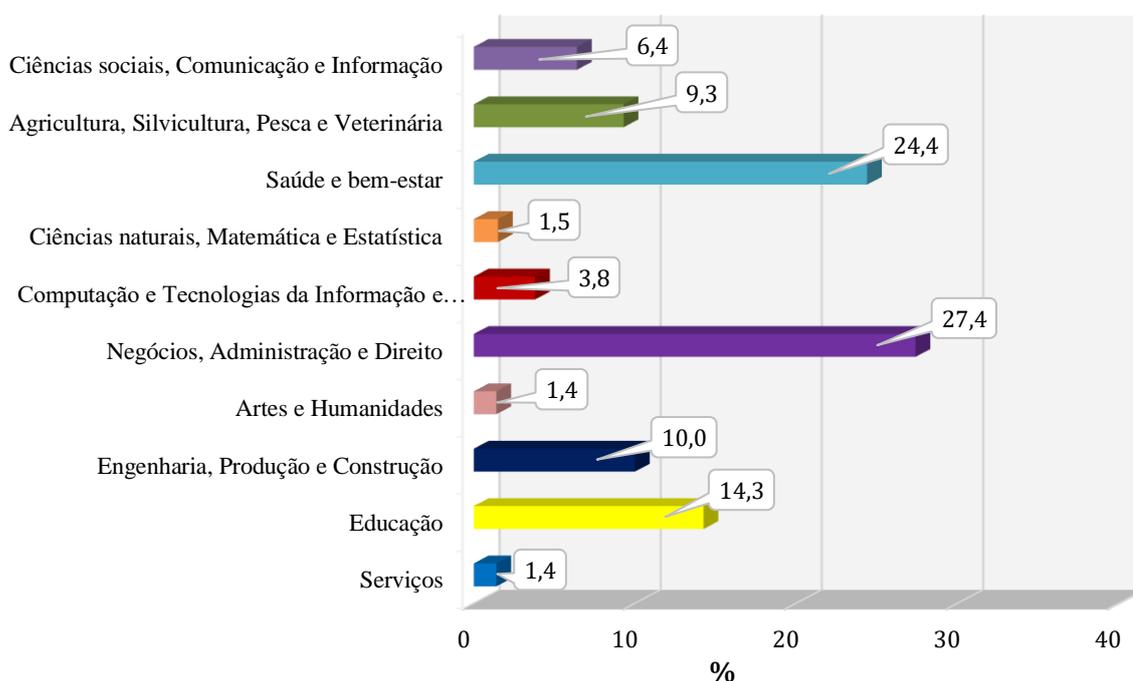
Gráfico 07: Percentual de Ingressos nos Cursos de Graduação em Goiás



Fonte: Inep (2022)

Em relação às matrículas, a dinâmica observada é semelhante ao registro de ingressos, ou seja, observa-se a concentração de matrículas (66,13%) em algumas áreas do conhecimento – “Negócios, Administração e Direito” (27,4%); “Saúde e Bem-estar” (24,4%); “Educação” (14,3%) e “Engenharia, Produção e Construção” (10,0%), conforme Gráfico 07).

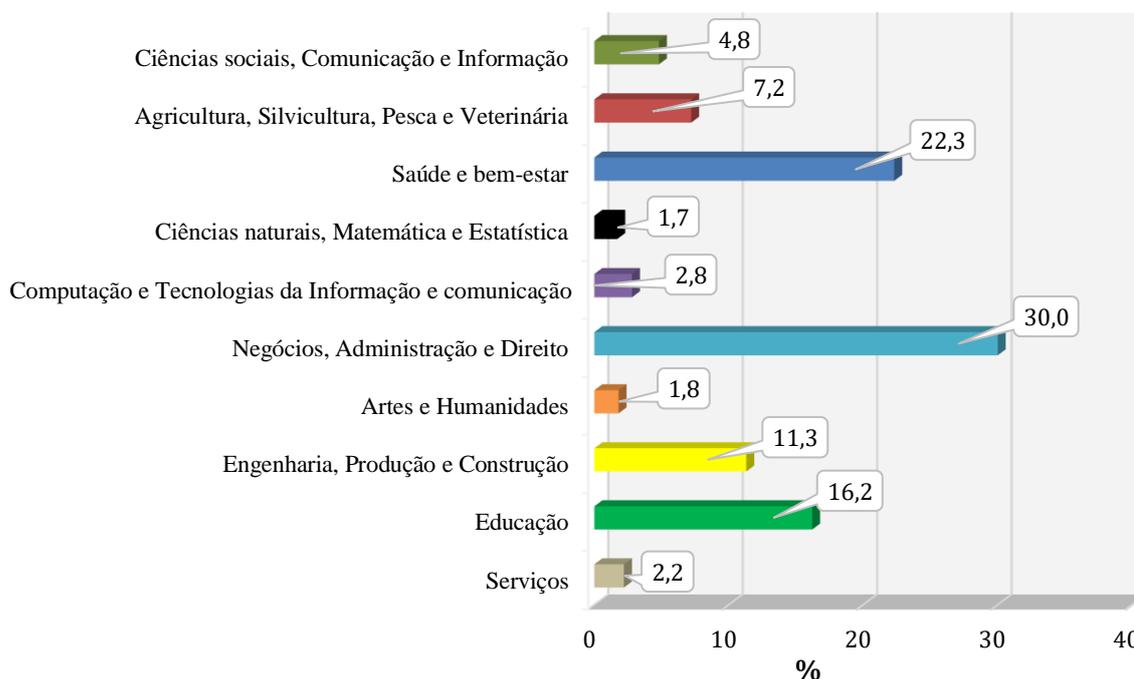
Gráfico 08: Percentual de Matrículas nos Cursos de Graduação em Goiás (2021)



Fonte: Inep (2021)

Por fim, em relação aos concluintes, a tendência observada para ingressantes e matrículas é a mesma, ou seja, o predomínio de três áreas do conhecimento – “Negócios, Administração e Direito” (30,0%); “Saúde e Bem-estar” (22,3%), “Educação” (16,2%) “Engenharia, Produção e Construção” (11,3%), conforme o Gráfico 08.

Gráfico 09: Percentual de Concluintes em Cursos de Graduação em Goiás (2021)



Fonte: Inep (2022)

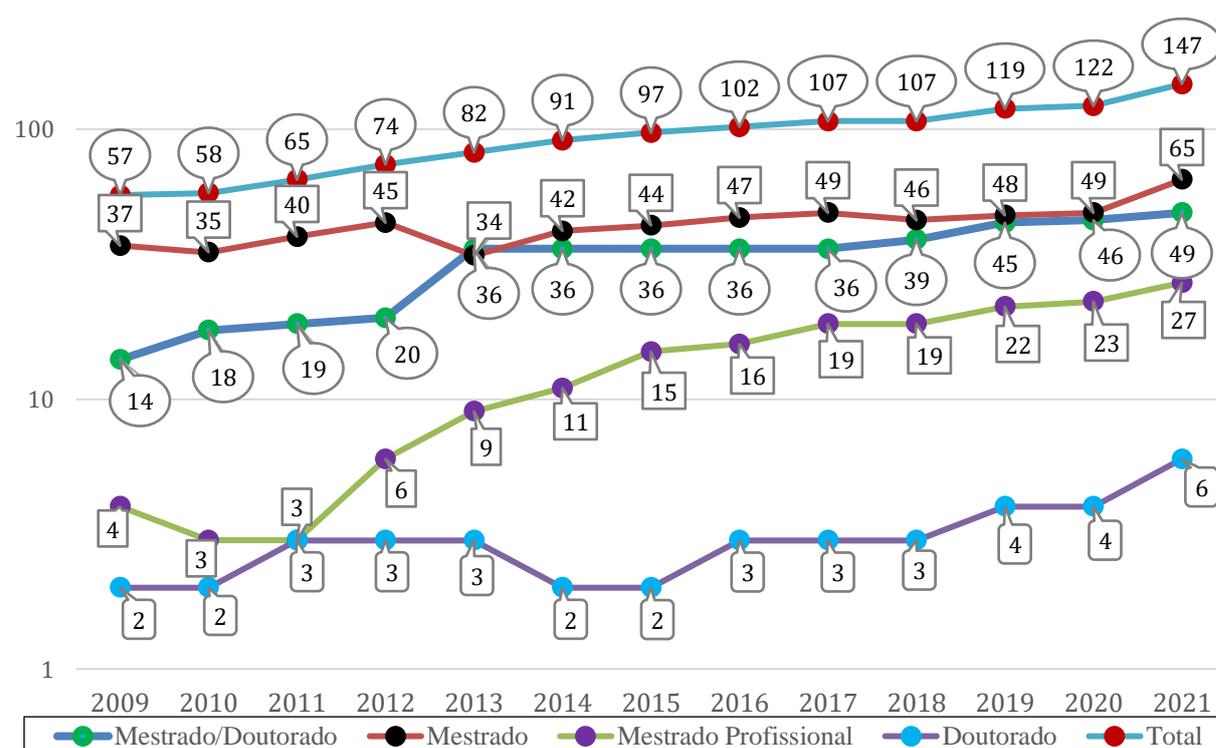
Os dados apresentados anteriormente a respeito do registro de ingressantes, matrículas e concluintes relacionam-se ao total de indivíduos, considerando em conjunto as duas modalidades de ensino (presencial e a distância). Neste sentido, é relevante destacar a participação da EaD no âmbito das três variáveis consideradas. Em sentido amplo, do total de alunos ingressantes nos cursos superiores em Goiás, no ano de 2021, 12,99% optaram por cursos na modalidade EaD, ou seja, 6.508 novos estudantes. Em relação ao percentual de matrículas, 11.045 estudantes goianos encontram-se matriculados em cursos à distância (6,55%). Por fim, verificou-se que 1.231 estudantes do ensino superior concluíram seu curso de graduação na modalidade EaD (4,67%). Em 2021, a modalidade de ensino presencial posicionou-se como predominante nas variáveis consideradas. Todavia, ao se considerar uma série histórica, a cada ano observa-se maior participação da EaD no ensino superior em Goiás, conforme o Gráfico 04 (INEP, 2021), apresentado.

Quanto à pós-graduação, Goiás tem uma alta oferta de cursos de especialização *lato sensu* nas diversas áreas do conhecimento. Tendo em vista que esta categoria de cursos não

exige autorização e reconhecimento (Resolução do CNE/CES nº 1 de 08 de julho de 2017⁶) e as IES podem definir a oferta destes cursos de acordo com as necessidades do mercado. Desse modo, apresentar uma análise fidedigna do quantitativo torna-se uma tarefa difícil. Assim, optou-se por não trabalhar com essa categoria neste Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033).

A pós-graduação stricto sensu, por outro lado, é rigidamente controlada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que por meio da Plataforma Sucupira, oferece dados atualizados da oferta de mestrados e doutorados no país. O gráfico 09 apresenta o quantitativo de programas em funcionamento em Goiás de 2009 a 2021.

Gráfico 10: Distribuição de Programas de Pós-graduação no Estado de Goiás, por tipo e ano



Fonte: CAPES / Plataforma Sucupira (2023)

⁶ A Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, em seu artigo 1º estabelece que “os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.”

Como o gráfico 09 mostra, em uma década Goiás triplicou a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu. Distribuídos por categorias, há 65 programas de mestrado acadêmico (44% da oferta), 27 programas de mestrado profissional (19% da oferta), 49 programas que ofertam tanto mestrado quanto doutorado (33% da oferta) e 06 programas que ofertam apenas doutorado (4% da oferta). Esses programas estão distribuídos em todas as áreas do conhecimento, definidas pelo CNPq: Ciências Humanas, Multidisciplinar, Ciências Agrárias, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Linguística, Letras e Artes.

A partir dos indicadores apresentados, em linhas gerais, observou-se em Goiás (2009-2021), vários elementos que caracterizam o ensino superior no estado, dentre eles:

- Predomínio de IES organizadas academicamente como faculdades e administrativamente como instituições privadas (com ou sem fins lucrativos);
- Oferta de cursos e vagas concentradas em 4 principais áreas do conhecimento (“Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar” e “Engenharia, Produção e Construção”);
- Maior registro de ingressos nas áreas de “Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar”;
- Ascendência de matrículas e concluintes principalmente nas áreas de “Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar” e “Engenharia, Produção e Construção”;
- Importância da Educação a Distância para aumentar a oferta de vagas, registro de ingressos, matrículas e concluintes; e
- Concentração geográfica de IES em quatro regiões de planejamento (Região Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano, Entorno do Distrito Federal e Sudoeste Goiano).

Para finalizar e contextualizar a análise panorâmica apresentada, vale comparar os resultados encontrados, em termos de oferta de cursos, vagas e registros de ingressos, matrículas e concluintes com as áreas consideradas prioritárias para o estado de Goiás. Segundo levantamento do Instituto Mauro Borges (2021), são áreas prioritárias para Goiás os seguintes contextos: *i*) Tecnologias Habilitadoras, que discutem Inteligência Artificial (IA), Internet das coisas, Materiais avançados, biotecnologia, nanotecnologia e *big data*; *ii*) Tecnologias de

Produção voltadas para agronegócio, logística e indústria; *iii*) Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável que engloba energias renováveis e meio ambiente; e *iv*) Tecnologias para Qualidade de Vida relativas à saúde e educação.

Em comparação com os dados levantados pelo INEP (2022), é possível inferir que as áreas recentemente definidas como prioritárias para Goiás, ainda não se encontram contempladas, em sua totalidade, pela dinâmica de funcionamento do ensino superior no estado. Das quatro áreas prioritárias levantadas pelo IMB (2021), apenas a área “Tecnologias Para Qualidade de Vida” pode ser considerada atendida pelas áreas do conhecimento “Saúde e Bem-estar” e “Educação”. Já a área prioritária “Tecnologias de Produção”, em específico o segmento voltado para indústria é, em alguma medida, atendido pela área do conhecimento “Engenharia, Produção e Construção”. O Quadro 01, sugere quais áreas do conhecimento devem ser consideradas com maior atenção a fim de fomentar as áreas prioritárias para Goiás.

Quadro 01: Áreas Prioritárias e Áreas do Conhecimento para Goiás

Áreas prioritárias	Áreas do conhecimento
Tecnologias Habilitadoras	Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; Engenharia, Produção e Construção; Ciências Naturais, Matemática e Estatística.
Tecnologias de Produção	Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; Engenharia, Produção e Construção.
Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável	Ciências Naturais, Matemática e Estatística; Engenharia, Produção e Construção.

Fonte: Elaborado pela SECTI com base em IMB (2021) e Inep (2022).

O futuro da formação acadêmica e profissional, bem como o desenvolvimento social e econômico do estado, serão cada vez mais dependentes da definição assertiva de políticas públicas e demais estratégias que estimulem as IES, de qualquer categoria administrativa, a estarem integradas ao frenético processo de mudança, observado não somente no mercado de trabalho mais em todas as esferas da vida em sociedade.

3. OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sumário Executivo

O capítulo aborda os desafios da Educação Superior no século XXI olhando para a perspectiva internacional, nacional e estadual.

- As discussões internacionais promovidas pela Unesco estão pautadas em oito temas: o impacto da pandemia de COVID-19 na Educação Superior; a necessidade de desenvolver nos estudantes competências e habilidades alinhadas ao futuro do mundo do trabalho; a cidadania considerando a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em constante mudança; o futuro das relações humanas em um mundo digital e a necessidade de tornar as universidades mais acessíveis e inclusivas; a sustentabilidade e o papel das universidades na formação de sociedades sustentáveis; a internacionalização do conhecimento; e os profissionais necessários para construir universidades resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas.
- No âmbito nacional e estadual são apresentadas as metas dos Planos Nacional (2014-2024) e Estadual (2015-2025) de Educação. Ambos estão no fim de sua vigência e o novo Plano Nacional de Educação (2025-2035) está em elaboração.
- Conclui-se com a análise que embora o debate internacional traga pontos importantes para a Educação no século XXI, o Brasil e, conseqüentemente, o estado de Goiás estão longe de alcançar os objetivos propostos pela Unesco, visto que o país não conseguiu alcançar as metas propostas no Plano Nacional de Educação que finaliza sua vigência em 2024. Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe à luz problemas estruturais antigos e agravou-os ainda mais profundamente.

Um dos posicionamentos predominantes no mundo sobre a Educação Superior em período recente é a defendida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A organização promoveu duas recentes e importantes ações, a criação da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, em 2019, e a promoção da 3ª Conferência Internacional para a Educação Superior, em 2022, onde prevaleceu a tese de que as mudanças globais que vêm impactando os sistemas de Educação Superior estão ligadas primeiramente à revolução digital que, conseqüentemente, promove a polarização do mercado

de trabalho, a criação de novas profissões e o desaparecimento de outras, a distribuição desigual da riqueza e diversas formas de conflito, adversidades e incertezas.

Em paralelo e em consonância com essa leitura, em 2022 a *Global University Network for Innovation* (GUNi, em português, Rede Universitária Global para a Inovação), um *think tank* da área educacional, publicou o relatório *New Visions for Higher Education Towards 2030* (em português, *Novas Visões para a Educação Superior para 2030*), que analisa o contexto da Educação Superior e traz novas perspectivas para as IES no período vigente de grandes mudanças globais. O relatório da GUNi aponta temas transversais a serem desenvolvidos pelas IES, ilustrados na Figura 01, que serão tratados por meio de tópicos nas páginas seguintes deste capítulo.

Figura 01: Temas Transversais à Educação Superior



Fonte: GUNi (2022)

Nacionalmente, toma-se como referência o Plano Nacional de Educação (PNE) e no estado de Goiás o Plano Estadual de Educação (PEE).

A seguir são apresentados as discussões sobre Educação Superior a nível internacional, nacional e estadual.

3.1. O impacto da pandemia da Covid-19 na Educação Superior

Segundo o relatório, a pandemia evidenciou as lacunas estruturais dos países de industrialização tardia ou subdesenvolvidos, no que se refere à infraestrutura urbana, de pesquisa, capacidade tecnológica e conhecimento aplicado. A desigualdade estrutural, conseqüentemente, aumentou a divisão digital e a divisão cognitiva (GUNI, 2022).

Um exemplo dessa leitura estrutural, para o caso do Brasil, é o acesso à internet. 84% dos domicílios têm acesso, mas, ao se analisar as segmentações do dado, evidencia-se que a rede mundial de computadores alcança 97% dos domicílios de classe A, 95% da classe B, 88% da classe C e apenas 69% das classes D e E. Goiás encontra-se na quarta posição quanto à utilização da internet nos domicílios, com 93,7%. No entanto, as diferenças entre classes, renda, nível de escolaridade e letramento digital no acesso são alarmantes (TIC DOMICÍLIOS, 2023).

Pensar em conectividade, todavia, requer que os formuladores de políticas públicas olhem além do acesso. Primeiramente, pois, como os dados mostram, embora grande parte da população tenha acesso à rede, esse acesso se dá por *smartphones*. Para a Educação isso não é suficiente, visto que assistir aulas online (remotas ou EaD), fazer *download* de materiais didáticos e acessar informação de qualidade, de maneira geral, exige melhor conexão, que está majoritariamente concentrada entre as fatias da população com maior poder aquisitivo.

Além da dificuldade de acesso, a crise econômica, social e de saúde pública trouxe ainda outras conseqüências para a Educação Superior, como: a redução no número de novos inscritos e de alunos matriculados; déficits no processo de ensino-aprendizagem; redução do acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, no nível de empregabilidade dos jovens (GUNI, 2022).

No caso brasileiro, observando a série histórica (2011-2021) do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), o número geral de ingressantes manteve-se, porém, registrou-se mais matrículas na modalidade à distância que na modalidade presencial. Como mostra o relatório do Inep (2022, p. 14): “o aumento do número de ingressantes entre 2020 e 2021 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 23,3% entre esses anos; já nos cursos presenciais houve um decréscimo de 16,5%”. Na última década, o percentual de ingressantes em cursos de graduação à distância foi de 18,4% em 2011, para 62,8% em 2021.

O número de matrículas também conseguiu se manter estável desde o início da pandemia e, em 2021, atingiu a marca de quase 9 milhões, uma variação positiva de 3,5% em relação a 2020, crescimento registrado inclusive nas IES privadas, que concentram o maior número de alunos. Porém, novamente, vale chamar a atenção para a modalidade a distância, que representou mais de 3 milhões das matrículas de 2021, ou seja, 41,4% dos alunos matriculados em IES fazem cursos à distância. Houve, desse modo, uma queda de 5,5% das matrículas em cursos de graduação presencial entre 2020 e 2021 e um aumento de 26,8% entre 2019 e 2020 e 19,7% entre 2020 e 2021 na modalidade a distância.

No Estado de Goiás, pode-se constatar semelhante cenário. Os dados do censo (INEP, 2022) mostram que houve uma queda de apenas 1,6% no número de matrículas entre 2019 e 2020 e um aumento de 7,5% de 2020 para 2021. Assim, há hoje 280.974 alunos matriculados nas IES goianas. Todavia, assim como a nível nacional, esses números foram impulsionados pela modalidade a distância, que seguiu em curva ascendente em Goiás na última década, com maior ênfase para os últimos três anos. Hoje há 169.331 estudantes goianos matriculados em cursos presenciais (60,27) e 111.643 em cursos à distância (39,73%), enquanto em 2011 a proporção era 87,9% de matrículas presenciais para 12,1% de matrículas a distância.

O déficit de aprendizagem, por sua vez, é um indicador de caráter mais qualitativo que quantitativo. Dados do Enade (2021) quanto à percepção dos estudantes sobre a pandemia dão alguns indicativos. Os questionários individuais do Enade (2021) indicaram problemas como: falta de suporte aos estudantes para superação das dificuldades tecnológicas; dificuldade de acesso a referências bibliográficas; falta de domínio dos recursos tecnológicos pelos docentes; uso de didática inadequada para as aulas remotas; recursos tecnológicos e acesso à internet inadequados para o acompanhamento das aulas; queda na oferta de estágio e de atividades de pesquisa e extensão. Logo, pelo menos metade dos respondentes acreditam que em algum nível as aulas não presenciais e o uso de tecnologias digitais em decorrência da pandemia prejudicaram seus processos formativos e cerca de 30% dos alunos afirmaram que as dificuldades geradas pela pandemia os levaram a pensar em trancar ou desistir do curso.

Hoje, o desemprego no Brasil afeta principalmente os mais jovens, aqueles que teoricamente ainda estão em processo formativo (18 a 24 anos, que correspondem a 30,3% dos desempregados) e, especialmente, aqueles que já finalizaram ou deveriam ter finalizado o período de formação na graduação (25 a 39 anos, faixa etária que responde por 34,9% dos

desempregados) (PNAD/IBGE, 2022). Teoricamente, pois, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho⁷ (OIT) “quase um quarto dos jovens brasileiros não estão estudando nem possuem um emprego remunerado”, são os popularmente chamados “nem-nem”.

Para a OIT, o problema não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, visto que, no Brasil:

[...] a participação de jovens no mercado de trabalho no Brasil é marcada por vários desafios, como informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho (OIT, 2022).

O caminho, segundo a organização, é a promoção de políticas públicas capazes de promover melhorias de oportunidades e condições para este grupo, as quais incluem: educação, formação profissional, inserção e participação no mercado de trabalho.

Frente a todos os problemas econômicos, sociais, de saúde pública e de infraestrutura identificados, como será o processo de ensino-aprendizagem em uma sociedade pós-pandemia?

3.2. O futuro do trabalho: desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida

Pensar no futuro do trabalho é antes de tudo identificar as mudanças em curso e as mudanças necessárias. Nesse aspecto, o relatório GUNi (2022) chama a atenção para o uso das novas tecnologias, a participação feminina na economia e a polarização entre empregos altamente pagos e empregos com baixos salários. Em seguida, discute o amplo espectro das novas habilidades, com foco nas habilidades transversais e nas habilidades técnicas.

As habilidades transversais são baseadas na formação continuada, na capacidade de adaptação, na criatividade e inovação, no controle emocional, na comunicação, na liderança e na empatia. Já as habilidades técnicas são aquelas ligadas ao desempenho específico de funções. A partir delas, com base no Fórum Mundial (2020), o relatório da GUNi (2022) apresenta as habilidades requeridas pelo mundo do trabalho para 2025, que incluem:

⁷ Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm. Acesso: 05 de dezembro de 2022, 09:16.

Figura 02: Habilidades do Século XXI

Habilidades transversais	Habilidades técnicas
<ul style="list-style-type: none"> • pensamento analítico e inovação; • aprendizado ativo e definição de estratégias de aprendizado; resolução de problemas complexos; • pensamento crítico e capacidade de análise; • criatividade, originalidade e iniciativa; • liderança e influência social; • uso, monitoramento e controle da tecnologia; • design e programação da tecnologia; • resiliência, tolerância ao stress e flexibilidade; • raciocínio lógico, resolução de problemas e ideação. 	<ul style="list-style-type: none"> • marketing de produtos; • marketing digital; • ciclo de vida de desenvolvimento de software; • gerenciamento de negócios; • publicidade e propaganda; • interação homem-computador; • ferramentas de desenvolvimento; • tecnologias de armazenamento de dados; • redes de computadores; • desenvolvimento web; • gerenciamento de negócios; • empreendedorismo; • inteligência artificial; • ciência de dados; • vendas no varejo; • suporte técnico; • mídias sociais; • design gráfico; • gerenciamento de informações.

Fonte: GUNi (2022)

Para que os alunos possam adquirir tais habilidades, o relatório da GUNi (2022) ressalta que o ensino precisa combinar atividades curriculares com cursos práticos e métodos de ensino-aprendizagem baseados em aprendizagem por projetos, bem como atividades extracurriculares e alocação profissional.

Para que se possa desenvolver nos alunos essas habilidades é necessário haver uma mudança de paradigma na forma de como se entende o processo de ensino-aprendizagem. Essa mudança, todavia, envolve não apenas as IES e seu corpo técnico e docente, mas também os alunos, que precisam assumir a responsabilidade pelo seu aprendizado. Esse novo paradigma deve colocar o aluno no centro do processo educacional e dele requer que:

- seja responsável pelo seu processo de aprendizagem;
- alimente a habilidade dos alunos de se respeitarem e construïrem um ambiente digno para todos;

- conecte as jornadas profissionais e educacionais à sociedade civil;
- promova líderes;
- desenvolva autonomia;
- foque na resolução de problemas;
- promova a profundidade do aprendizado;
- implemente a transdisciplinaridade;
- instigue a memória;
- desenvolva novos métodos de avaliação.

Frente às mudanças do mundo do trabalho, os principais papéis das IES serão reduzir tensões e se tornarem parte do ecossistema.

3.3 Cidadania: a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em constante mudança

Para a GUNi (2022), tanto o desenvolvimento das habilidades transversais quanto a promoção de valores humanistas em um mundo em constante mudança só será possível por meio do ensino das Ciências Humanas dentro de um ecossistema de conhecimento, ou seja, um ecossistema integrado e dinâmico que una as ciências, a tecnologia e outras áreas. Desse modo, o objetivo da Educação Superior deve ser formar cidadãos capazes de: interagir com o meio ambiente de forma coerente e sustentável; construir relações com outros membros da comunidade; e viver uma vida completa.

Para aprender a se integrar no meio ambiente, as humanidades precisam ser vistas como parte da biosfera, com foco na conscientização sobre a preservação ambiental, pois o modo de vida contemporâneo requer que indivíduos encarem uma realidade multifacetada e em constante mudança. As IES, desse modo, devem oferecer os mecanismos necessários para viver e crescer nesta sociedade.

A fim de aprender a se constituir como comunidade, as IES devem formar cidadãos comprometidos com o trabalho comunitário e a hospitalidade em uma sociedade global, bem como construir o senso de consciência, respeito às diferenças e à diversidade.

Por fim, para cultivar as características que nos tornam humanos, o ensino das Ciências Humanas ajuda a ponderar o foco no indivíduo e o papel das emoções.

A GUNi (2022) indica que para alcançar estes objetivos, o ensino das Ciências Humanas deve perpassar sete áreas temáticas:

- futuras soluções climáticas;
- cultura e identidade em direção à grandes mudanças;
- uso da tecnologia na Educação Superior;
- valores democráticos e digitalização;
- bem-estar familiar e igualdade de gênero;
- melhor comunicação e maior igualdade em saúde;
- intervenção ativa contra a polarização religiosa.

A cobertura dessas temáticas faz-se necessária, pois as Ciências Humanas fazem importantes contribuições à sociedade, à democracia e à proposição de políticas públicas em desafios complexos nas áreas de: saúde, clima, segurança, educação, digitalização e democracia.

Além disso, o ensino transversal das Ciências Humanas aliado à tecnologia são importantes ferramentas de alfabetização midiática e informacional (Unesco, 2019), como forma de se lidar com o combate a notícias falsas. É papel das IES garantir a “alfabetização digital crítica”, ou seja, garantir que os alunos compreendam não apenas como a tecnologia funciona, mas também seus aspectos sociais, incluindo: o funcionamento da comunicação midiática e as implicações de como as pessoas compartilham, compreendem e consomem informação. Em suma, é papel das IES preparar os indivíduos para que eles se tornem cidadãos criticamente engajados e defender a verdade, a liberdade de expressão e a promoção da democracia.

3.4 Conhecimento: colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais

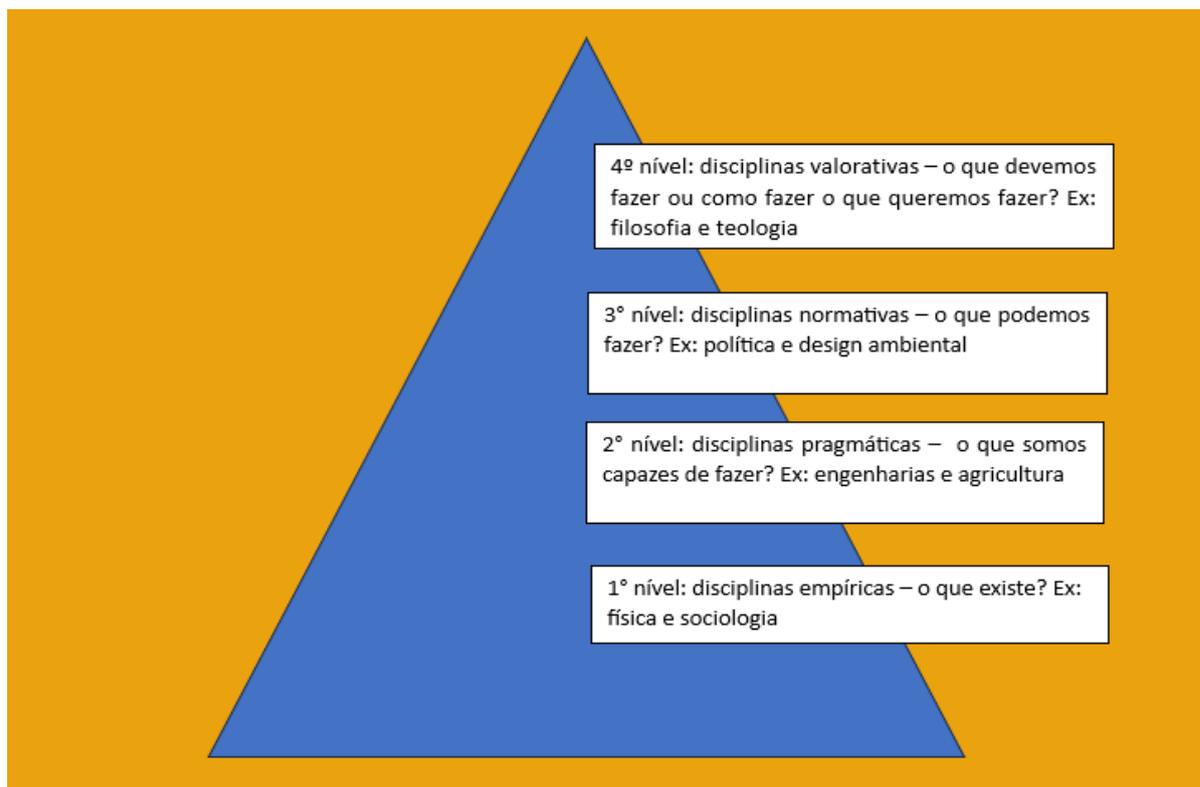
A fim de colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais, o primeiro aspecto que o relatório GUNi (2022) coloca em discussão é a sustentabilidade da pesquisa e inovação. Na visão dos colaboradores da rede, as IES precisam compreender qual o seu papel

dentro do modelo da hélice quártupla da inovação – Estado, Universidades, Setor Produtivo, Sociedade e Meio Ambiente – sistema de inovação baseado no conhecimento. Nas palavras de Barth (2011 apud SILVA; SILVA; ABUD, 2021, p. 1302), a hélice quártupla propõe um modelo de inovação capaz de “enfrentar desafios do aquecimento global através da aplicação de conhecimento e *know-how*, uma vez que se concentra no social, no intercâmbio e na transferência de conhecimento dentro dos subsistemas de um estado ou nação-estado específico”.

Dito isso, para colocar a pesquisa e a inovação à serviço das mudanças sociais, as IES precisam: construir pontes fortes e estáveis entre a ciência e a sociedade; transformar conhecimento em inovação por meio do desenvolvimento contínuo de pesquisa e transferência dos resultados para a inovação; tornarem-se universidades empreendedoras e transdisciplinares; compartilhar e cooperar com pesquisa e inovação e abrir-se para o mundo, garantindo o acesso livre ao conhecimento científico; e dar importância à todas as questões que vão além da pesquisa tradicional por meio de novos critérios de avaliação, critérios que vão além das métricas.

Para que se crie uma universidade empreendedora e transdisciplinar, os colaboradores do relatório da GUNi (2022) ponderam que é necessário o envolvimento de toda a instituição e que esse processo precisa ser implementado de forma transversal e transdisciplinar, por meio do que eles chamam de Modelo da Pirâmide da Transdisciplinaridade, como mostra a Figura 03.

Figura 03: Modelo da Pirâmide da Transdisciplinaridade



Fonte: GUNi/Unesco (2022)

A pirâmide conecta, assim, as humanidades com as ciências, a tecnologia e outras áreas, princípios da Educação 4.0 e 5.0⁸.

3.5 O futuro humano-digital: a construção de universidades mais acessíveis e inclusivas

Esta temática dentro do relatório da GUNi (2022) enfatiza a reflexão sobre o futuro das universidades e os novos modelos de trabalho, com a tecnologia como um meio para facilitar e potencializar os desenvolvimentos, mas sem perder de vista os interesses das pessoas, da vida em sociedade e do bem-estar social. Ou seja, não inverter as prioridades e sim garantir que a tecnologia esteja sendo usada como um meio a favor do humano. Nesse sentido, questiona-se: Que modelo de educação pode-se construir com a tecnologia disponível para alcançar alunos e

⁸ A Educação 4.0 incorpora e dissemina novas tecnologias ao processo educacional, enquanto a Educação 5.0 desenvolve de forma articulada habilidades técnicas e socioemocionais.

o que é possível obter? Como as tecnologias digitais podem ajudar a reduzir os custos da educação e alcançar o máximo possível de pessoas? Como as tecnologias digitais podem ajudar a Educação Superior a ser mais flexível e adaptável às diferentes necessidades dos alunos? Como as tecnologias digitais podem ajudar a construir bons modelos de ensino-aprendizagem para o mundo de hoje?

Tais questionamentos, por certo, coloca na ordem do dia a necessidade de se desenvolver estratégias de complementação entre os modelos on-line e presencial em novos cenários de aprendizagem, a se refletir sobre a relação entre inteligência artificial e humanismo digital e, a reafirmação de que a educação para a cidadania digital é um direito e uma prioridade, em face dos problemas relacionados à divisão digital devido à desigualdade de acesso e à divisão cognitiva que, por sua vez, está relacionada ao analfabetismo tecnológico e digital.

3.6 Sustentabilidade: reinventando universidades para um futuro sustentável

A sustentabilidade é uma das maiores preocupações dos colaboradores da GUNi (2022), pois, segundo eles, ela é uma responsabilidade inevitável da educação. Para eles, a educação deve ser a força motora de certificação e a garantia de que o desenvolvimento econômico e social aconteça dentro dos limites do planeta, e respeitando os direitos humanos. A fim de alcançar esses objetivos, as IES devem focar em desenvolver políticas de avanço, ambientes de aprendizado transformadores, capacitação de educadores, empoderamento da juventude e aceleração de ações locais.

O relatório aponta algumas atividades em andamento, tais como: implementação do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento nas atividades e operações das IES; aprimoramento das competências de desenvolvimento sustentável dos alunos, docentes e técnicos administrativos; apoio a pesquisas científicas, incluindo aquelas categorizadas como “ciência motivada pela curiosidade”, além de pesquisas transdisciplinares, em resposta aos desafios globais; trabalho com parceiros globais para oferecer soluções inovadoras e alavancar a tecnologia; e defesa da ciência aberta para facilitar a colaboração além das fronteiras nacionais a fim de resolver problemas específicos.

Quais mudanças precisam ser feitas para que tais ideias sejam operacionalizadas nas IES goianas? O que é necessário para realizá-las? Para a GUNi (2022), é necessário conectar

os ambientes, as pessoas e as instituições. É necessário, também, uma nova abordagem sobre o tema da sustentabilidade, não apenas a partir da perspectiva ambiental, mas também social e econômica.

De forma mais específica, o relatório da GUNi (2022) coloca que a sustentabilidade ambiental, social e econômica na Educação Superior deve envolver adaptação e transformação quanto às mudanças climáticas. Para tanto, as IES precisam: redefinir suas operações diárias para reduzir emissões, nutrir a biodiversidade e se adaptarem para os impactos das mudanças climáticas; revigorar seu papel cívico para construir comunidades socialmente e economicamente resilientes; redefinir as estruturas de conhecimento das IES para abordar a complexidade interdisciplinar das mudanças climáticas; e focar na sua missão educacional para ajudar os alunos a desenvolverem capacidades emocionais, intelectuais e práticas para conviver com outras pessoas e com o planeta em uma era de mudanças climáticas.

Além destes elementos, a Educação Superior precisa ser considerada um bem comum, logo, o acesso deve ser equitativo e qualitativo, e ela deve estar voltada para o progresso e o bem-estar social, levando os alunos a repensarem como a economia opera atualmente, a fim de pensar em um modelo que seja sustentável.

3.7 Internacionalização: reforçando parcerias para obter objetivos comuns

Em um cenário global cada vez mais competitivo, a tendência é que seja exigido dos profissionais um amplo conhecimento e experiência multicultural, proficiência em outros idiomas, habilidades de comunicação intercultural, e que tenham uma ampla visão de um mundo internacionalizado, o que é fundamental para o desenvolvimento global e para os processos de integração entre países.

Para que a sociedade goiana possa acompanhar o ritmo e as competências demandadas neste cenário, o Governo do Estado de Goiás possui o papel fundamental de atuar como um facilitador, promovendo parcerias com instituições estratégicas para a criação de mecanismos que ampliem a capacidade de inovação e a qualidade do aprendizado e de pesquisa.

A cooperação internacional no âmbito da educação é uma maneira eficiente de compartilhamento de conhecimento entre diferentes países, em que é possível produzir projetos de pesquisa conjuntos, aproximar as estruturas curriculares entre as instituições, intercambiar

professores, implantar bolsas de estudo (de Tecnólogo, Graduação, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, idiomas), obter financiamentos e organizar seminários e conferências de amplitude internacional.

Como resultado dessas iniciativas, são geradas soluções inovadoras para problemas científicos, educacionais, culturais e de mercado, o ensino e a pesquisa das IES são fortalecidos, é agregado um diferencial na formação dos acadêmicos, professores e demais colaboradores das instituições, e são criados métodos e tecnologias de ensino. Por meio dessas parcerias, ocorre a internacionalização da Educação Superior de Goiás, a promoção da produção científica do Estado em nível global, o aumento da competitividade e da reputação das IES.

3.8 Governança e profissionais: construindo universidades resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas

O relatório GUNi (2022) aborda os modelos de governança universitária. Existem três modelos tradicionais: burocrático, colegial e político. O modelo burocrático é baseado na burocracia weberiana, no qual as IES são vistas como pessoas corporativas com responsabilidades públicas, administradas formal e hierarquicamente. O modelo colegial é mais ideológico e considera os posicionamentos da comunidade acadêmica. Já o modelo político é uma combinação do modelo burocrático e do modelo colegial. Segundo os colaboradores do relatório, essa última é uma abordagem mais realista e próxima ao modelo de governança existente na maioria das IES.

Os pesquisadores acreditam, todavia, que se precisa caminhar em direção à um modelo de governança aberto, colaborativo e flexível, que considere o respeito à cultura institucional vernacular, que garanta a participação de toda a comunidade acadêmica no processo decisório, que promova a combinação apropriada de elementos de competição e colaboração com outras universidades e que promova a participação da comunidade local nas questões universitárias.

O maior desafio desse processo, de acordo com o referido relatório, é assegurar que os profissionais da Educação Superior sejam capazes de transitar nas atividades precípuas da universidade (ensino-pesquisa-extensão) e na área administrativa, com essa abertura e consciência de cidadania. Isso significa ter, no ensino, profissionais técnicos, mas também preocupados com o desenvolvimento dos alunos enquanto profissionais e cidadãos. Na pesquisa

e na extensão, ter profissionais capazes de colaborar e trabalhar em equipe, abertos à cocriação com instituições e cidadãos, atentos aos impactos sociais da pesquisa e capazes de atuar em rede, inclusive em escala internacional. No corpo administrativo, recomenda-se ter profissionais que vão além das atividades repetitivas e busquem atuar de forma criativa e eficiente.

Em suma, quando se fala em Educação Superior, emerge-se um impasse inescapável que consiste em conciliar interesses públicos e privados na oferta e, se o objetivo for formar cidadãos conscientes, promover a educação inclusiva, e fomentar o desenvolvimento econômico e social, o seu alcance exige currículos que não necessariamente as empresas (futuras empregadoras) vão demandar ou absorver. Mas, essa formação crítica e ampla é tão essencial quanto a formação pragmática pautada pelas demandas do ‘mercado’.

3.9 O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) de Goiás.

As discussões sobre Educação Superior no Brasil no decorrer da última década, têm no Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), a sua mais forte referência. Instituído pela Lei 13.005/14, o plano tem por objetivo precípuo orientar as políticas educacionais de estabelecimentos de ensino públicos e privados por meio de diretrizes, metas e estratégias.

Em seu Art. 2º, estabelece que são diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Observa-se que o foco é a universalização da educação básica com qualidade e equidade, a ampliação do acesso de jovens ao ensino superior, a gestão democrática do ensino e a

valorização dos profissionais da educação como eixos para as políticas educacionais para o período.

Explicita-se pelo Quadro 02 as metas relacionadas especificamente à Educação Superior.

Quadro 02: Metas para a Educação Superior no PNE 2014-2024

Meta 12 – Educação Superior

“Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”

Meta 13 – Qualidade da Educação Superior

“Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores”

Meta 14 – Pós-Graduação

“Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”

Fonte: MEC

Assim também, no Estado de Goiás, a LEI Nº 18.969, de 22 de julho de 2015, aprova o Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015/2025 e dá outras providências.

Também em seu Art. 2º, estabelece que são objetivos permanentes do PEE:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – construção do padrão da qualidade social da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto Estadual –PIB–, que assegure atendimento às necessidades de sua expansão, com padrão de qualidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Quadro 03: Metas para a Educação Superior no PEE 2015-2025

Meta 13 – Educação Superior

“Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”

Meta 14 – Qualidade da Educação Superior

“Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores”

Meta 15 – Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás

“Consolidar a implantação do Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás”

Fonte: SEDUC-GO

Conforme destacado no Relatório do 2º Ciclo 2018 do INEP, a meta 12 visa elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50%. Atualmente, o Brasil atinge um índice de 34,6%, enquanto Goiás atinge 38,3%, ocupando a 10ª posição e superando a média nacional. Em relação à meta 13, que visa elevar a qualidade da educação superior para 75%, Goiás registra 56,4%, situando-se em 21º lugar. Quanto à meta 14A, voltada ao aumento das matrículas de mestrado, a meta é titular 60.000 mestres, Goiás posiciona-se em 11º lugar. Na meta 14B, que busca a titulação de 25 mil doutores, Goiás se encontra em 13º lugar. Estes dados são detalhados na Tabela 08, que mostra o quantitativo percentual por unidade federativa.

Tabela 08: Percentual de cumprimento de metas de Educação Superior do PNE por Unidade Federativa

Unidade Federativa	Meta 12 Situação Atual (%)	Meta 13 Situação Atual (%)	Meta 14 A Situação Atual (%)	Meta 14 B Situação Atual (%)
Acre	35,50%	55,50%	0,21%	0,03%
Alagoas	25,30%	62,60%	0,65%	0,22%
Amapá	41,60%	42,60%	0,09%	0,02%
Amazonas	31,30%	59,30%	1,01%	0,52%
Bahia	25,70%	63,80%	3,76%	2,28%
Ceará	29,40%	73,90%	2,82%	2,23%
Distrito Federal	50,00%	70,20%	2,97%	2,34%
Espírito Santo	37,50%	71,90%	2,00%	0,52%
Goias	38,30%	56,40%	2,47%	1,24%
Maranhão	35,10%	53,60%	0,72%	0,23%
Mato Grosso	44,40%	57,50%	1,08%	0,26%
Mato Grosso do Sul	42,70%	67,60%	1,45%	0,54%
Minas Gerais	32,80%	68,90%	10,96%	7,76%
Pará	25,50%	67,90%	2,27%	1,18%
Paraíba	35,40%	78,20%	2,37%	1,71%
Paraná	40,10%	70,90%	7,57%	5,01%
Pernambuco	24,50%	68,40%	3,67%	2,96%
Piauí	34,30%	54,50%	0,71%	0,21%
Rio de Janeiro	35,90%	77,00%	12,03%	10,38%
Rio Grande do Norte	33,40%	72,50%	2,37%	1,58%
Rio Grande do Sul	45,30%	82,30%	9,33%	8,55%
Rondônia	30,30%	51,20%	0,28%	0,04%
Roraima	43,20%	59,00%	0,25%	0,02%
Santa Catarina	43,10%	66,90%	3,86%	3,04%
São Paulo	38,60%	71,70%	23,00%	29,01%
Sergipe	32,80%	71,60%	1,04%	0,41%
Tocantins	36,90%	49,80%	0,45%	0,13%
	Posição Goiás 10°	Posição Goiás 21°	Posição Goiás 11°	Posição Goiás 13°

Fonte: INEP/ PNE em movimento⁹(2023)

A Conferência Nacional de Educação para elaboração do novo PEE (2024-2034) ocorreu em janeiro de 2024 (CONAE 2024) e a partir de sua institucionalização serão traçados os novos objetivos e metas para o próximo decênio.

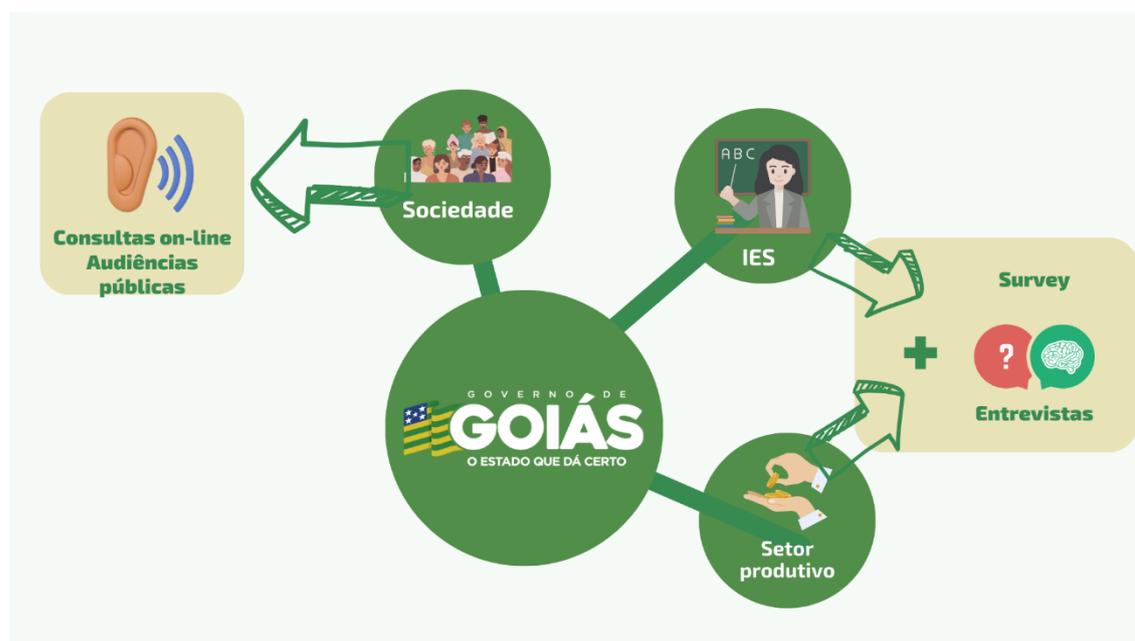
⁹ Disponível em: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso: 28 de fevereiro de 2024.

4. A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GOIÁS - PDESGO (2024 - 2033)

Sumário Executivo

Neste capítulo são apresentados os referenciais teórico-metodológicos, que possibilitaram a definição do público-alvo, das técnicas de escuta ativa da comunidade e dos eixos estruturantes.

Utilizou-se como ponto de partida a Teoria das Hélices da Inovação, que prevê que o motor da inovação é a interlocução entre universidades, empresas e governos, tendo a sociedade como principal beneficiário. A partir deste modelo definiu-se o público-alvo e os instrumentos de escuta, a saber:



Também se definiu os eixos estruturantes, com base nas discussões internacionais e nacionais, apresentadas no capítulo anterior:

1. Gestão Sustentável da Educação Superior
2. Acesso, permanência e êxito
3. Ensino, pesquisa e extensão
4. Empreendedorismo, inovação e internacionalização

4.1 Referenciais teórico-metodológicos

A elaboração do PDESGO (2024-2033) teve como ponto de partida o levantamento bibliográfico sobre temas emergentes referentes à Educação Superior, debatidos a nível nacional e internacional, assim como normativas e princípios legais de ordem federal e estadual.

Para além da sistematização dessas contribuições, foi incorporado nos trabalhos o modelo da “Quádrupla Hélice da Inovação”, considerado uma evolução do modelo da Tríplice Hélice da Inovação, proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (2017), que incorpora a sociedade civil ao trio já anteriormente estabelecido, universidades, empresas e governos.

Todo esse arcabouço conceitual e normativo culminou na constituição de 4 eixos norteadores do PDESGO (2024-2033), sob os quais são referenciados os instrumentos de escuta ativa da população e os planos de ação. São eles (1) Gestão sustentável da Educação Superior; (2) Acesso, a permanência e êxito; (3) Ensino, pesquisa e extensão; e (4) Empreendedorismo, inovação e internacionalização. A Figura 4 ilustra e traz mais informações sobre os eixos.

Figura 04: Eixos Estruturantes do PDESGO 2024 - 2033

<p>1. Gestão sustentável da Educação Superior</p>	<p>2. Acesso, permanência e êxito</p>	<p>3. Ensino, pesquisa e extensão</p>	<p>4. Empreendedorismo, inovação e internacionalização</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma Educação Superior inovadora, socialmente comprometida e sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos eficazes para garantir o acesso do cidadão goiano à Educação Superior, bem como as condições para sua permanência, com vistas a alcançar o êxito acadêmico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar estratégias para integrar o ensino à pesquisa e à extensão, a fim de atender as demandas da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o empreendedorismo e a inovação, buscando internacionalizar a ciência desenvolvida em Goiás.

Fonte: SECTI

Quando se trata de *Gestão Sustentável da Educação Superior*, a referência recai sobre questões relacionadas à gestão das IES e seu papel socioambiental, o que equivale pensar, na autonomia universitária, tão desejada e lentamente conquistada no decorrer da história das IES brasileiras, que tem seu exercício assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB. A gestão sustentável visa conduzir o crescimento acadêmico em seus variados aspectos,

e para tal, deverá estar fortemente alicerçada em três pilares, quais sejam, o planejamento, a execução e a avaliação.

Segundo Franco (2006, p. 216), apud Gama e Santos (2020, p. 461):

Pode-se, pois, considerar que a Gestão Universitária é um fenômeno cultural, produzido pela linguagem, pelos discursos; um fenômeno político, de construção de projetos/ideias, de fazer opções, de decidir quanto a regras de convivência e de credenciamento; portanto, um fenômeno de relações/ações humanas.

Conduzida democraticamente, a gestão sustentável da Educação Superior conta com ações internas por meio da participação de seus conselhos universitários, reitoria/diretoria e pró-reitorias, direções de *campi*, quando existem, bem como de departamentos, coordenações de cursos e seções, sendo todas as instâncias compostas por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. As ações externas estão voltadas às parcerias que podem ser efetivadas entre as IES, os representantes da sociedade como um todo, bem como as esferas governamentais do município, do estado e da federação (GAMA, SANTOS, 2020). Todas essas ações devem estar espelhadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição.

Assim como o planejamento e as ações que compõem a gestão sustentável da Educação Superior das IES brasileiras, em geral, assim como das goianas, em particular, o terceiro pilar, voltado à avaliação, também acontece interna e externamente. Orientada pelo Sinaes (Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior - lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004), o processo interno é realizado pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação) da Instituição, enquanto externamente a avaliação é conduzida e efetivada por uma equipe definida pelo Inep.

Desse modo, é possível traçar novas políticas educacionais, bem como os próximos passos da IES, junto à sociedade em que atua, de acordo com o nível de qualidade definido pela articulação e cruzamento dos processos de avaliação institucional executados.

Quanto ao papel socioambiental das IES, Araújo (2004) realça que a função da Educação Superior nas discussões sobre sustentabilidade deveria ir além do que é apresentado e discutido em sala de aula. Em outras palavras, deveria envolver iniciativas, parcerias e projetos acadêmico-científicos que envolvam a comunidade, contribuindo assim para a busca efetiva de soluções para a população local.

Embora apresente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação *per se* não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tome medidas concretas (...). Assim, as IES devem colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um

modelo de gestão sustentável de sucesso para a comunidade, influenciando com resultados as organizações as quais os seus formandos irão fazer parte, visando a construção de um desenvolvimento social mais sustentável e justo (ARAÚJO, 2004, p. 74).

Posto isso, em síntese, objetiva-se com este eixo: i) compreender os desafios enfrentados pelas IES para o seu crescimento/desenvolvimento; ii) analisar sob a luz dos objetivos de sustentabilidade ações que se espera das IES e do Governo do Estado; iii) repensar mecanismos que possam valorizar as atividades de desenvolvimento pela ciência, contribuindo assim para a valorização do profissional docente; iv) refletir criticamente acerca dos desafios e oportunidades da oferta de cursos de Educação a Distância, mas igualmente na modalidade presencial e híbrida, implementando medidas para a superação da crise educacional decorrente da pandemia da Covid-19.

No que tange ao segundo eixo, faz-se necessário repensar as políticas de *Acesso, Permanência e Êxito* no Ensino Superior. Ter acesso à Educação Superior no Brasil foi, durante muito tempo, uma oportunidade para poucos. Porém, desde os primeiros anos do século XXI, diversas ações de políticas públicas alteraram a oferta de vagas nas IES de todo o país, oportunizando a presença de estudantes oriundos de classes minoritárias e de baixa renda, que não se encontravam em condições de transitar da educação básica para a Educação Superior.

Inicialmente, mudanças nos processos seletivos utilizados pelas IES, como o uso reforçado do Enem¹⁰ e do Sisu¹¹, permitiram o preenchimento de inúmeras vagas oferecidas por instituições espalhadas pelas diferentes regiões brasileiras. Porém, não é suficiente promover o ingresso do aluno na universidade; é preciso garantir sua estabilidade nos estudos.

A permanência está diretamente ligada ao conceito de evasão. Conforme acentua Morosini (2012, p.2), a evasão no Ensino Superior pode ser definida como um fenômeno educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo.

¹⁰ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um programa do Governo Federal instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à Educação Superior.

¹¹ O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) reúne em um sistema eletrônico gerido pelo MEC as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Até o limite da oferta das vagas, por curso e modalidade de concorrência, de acordo com as escolhas dos candidatos inscritos, eles são selecionados por ordem de maior classificação, em cada uma das duas edições anuais do Sisu.

Entendida como a perda de alunos nos diversos níveis de ensino, a evasão gera consequências sociais, acadêmicas e econômicas. Desse modo, o acesso à educação superior, mostra-se diretamente relacionado às condições sociais e econômicas do indivíduo. Faz-se necessária, portanto, uma discussão acerca da permanência dos estudantes nesse nível de ensino, considerando que os níveis de evasão são significativos, para que se possa intervir também na disparidade entre cotista e não cotistas, a fim de promover uma real inclusão social desses alunos (MOROSINI, 2012, p.2).

Diante do desafio inicial, muitos foram os programas criados e ofertados, não apenas para sustentar a permanência dos alunos nas universidades, mas para lhes proporcionar uma formação de qualidade e/ou a continuidade dos estudos, consolidando o êxito profissional.

O Programa Universidade para todos (ProUni), instituído pela Medida Provisória nº 213, de 1º de setembro de 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, do governo federal, iniciou a concessão de bolsas no valor entre 50% a 100% a alunos de IES particulares.

Para estimular o diálogo e o trabalho conjunto entre as IES e a sociedade, com seus setores produtivos, foi criado o Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), instituído pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008.

Em 2010, pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que, segundo Kroth e Barth (2022, p.2), “[...] providenciou fundos orçamentários para viabilizar ações de suporte financeiro aos estudantes e/ou para custear a manutenção de instrumentos de assistência estudantil, como moradias e restaurantes universitários”.

Em 2012, a Lei de Cotas, nº 12.711, em consonância com o Programa de Bolsa Permanência, instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, têm permitido o acesso ao ensino superior em instituições federais de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente indígenas e quilombolas, com vistas a minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017, concede bolsas para alunos de IES particulares, em cursos avaliados positivamente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Outro importante fator de permanência do aluno no ensino superior diz respeito às mudanças curriculares nas IES e às devidas adequações de metodologias que respeitem as características do aluno dos dias atuais (KROTH, BARTH, 2022).

Por isto, urge: i) analisar se as IES implementam projetos contínuos voltados à garantia de acesso, permanência e êxito dos alunos; ii) dar uma atenção especial a grupos minoritários (indígenas, refugiados etc.) e de maior vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo assim para uma efetiva inclusão social; iii) construir uma política que integre o monitoramento do trajeto do aluno na IES e a realização de ações mais bem direcionadas, visando aumentar as possibilidades de acesso, permanência e êxito.

Quanto ao terceiro eixo *Ensino, Pesquisa e Extensão*, a Constituição Brasileira, em seu artigo 207, estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando a importância de integrar os três eixos para o bom funcionamento das atividades das IES, a promoção de educação de qualidade e a formação de profissionais mais sensíveis e mais críticos às demandas sociais locais.

Para tanto, as IES podem trabalhar os três eixos da seguinte maneira: i) pesquisas – ações desenvolvidas com o objetivo de fomentar atividades de pesquisa dentro e fora da universidade/faculdade – Elaboração e publicação de artigos científicos, Iniciação Científica, Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado; ii) Ensino – atividades voltadas ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos, com horas destinadas a atividades a serem realizadas dentro e fora de sala de aula (como monitorias e práticas em laboratórios); iii) extensão universitária – difusão dos resultados de produções culturais, científicas e tecnológicas geradas na instituição, por meio de prestação de serviços gratuitos à população.

A indissociabilidade entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, que permeiam e sustentam a Educação Superior das universidades brasileiras, viu sua existência construída, não apenas pelo artigo 207 da Constituição de 1988, mas, também pela LDB, pelo Decreto nº 5773/06 e a Lei nº 9394, de 1996, legislações essas que têm como finalidade garantir a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento e a formação de estudantes universitários em bases sólidas e éticas, em consonância com suas expectativas profissionais, pessoais e sociais. Para tal, é preciso pensar o ensino como a dimensão que dá sentido à universidade, se estiver associada à pesquisa, tida como a responsável pela produção do conhecimento e à extensão, entendida como o elo entre as duas dimensões anteriores por considerar as demandas da

sociedade, destinatário final, em busca de respostas às suas necessidades e indagações (MOITA, ANDRADE, 2009).

O quarto e último eixo, *Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização*, está relacionado ao alinhamento da Educação Superior de Goiás com as transformações globais. Isso abrange o avanço da tecnologia, o futuro do capital humano, a demanda por habilidades profissionais específicas, soluções inovadoras em diversas áreas e novas práticas pedagógicas. Para alcançar esse alinhamento, é crucial promover a internacionalização da educação no estado, possibilitando a troca de experiências e boas práticas de ensino, gestão e profissionalização entre as IES goianas e estrangeiras.

Por meio do intercâmbio de experiências, os profissionais da Educação Superior em Goiás têm a oportunidade de entrar em contato com práticas inovadoras de ensino e gestão. Isso os capacita a aplicar localmente novas medidas que proporcionem uma formação técnica robusta e mais competitiva, incentivem o trabalho em rede, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e comportamentais, e estimulem práticas de colaboração multidisciplinar, multicultural e interinstitucional.

Ademais, é importante adotar medidas inovadoras de coordenação para aprimorar a gestão interna das IES. Isso inclui a agilização e facilitação de processos de comunicação entre as áreas administrativas, coordenação, corpo docente e discente. Igualmente, envolve o aprimoramento das ferramentas de ensino, facilitando o acesso e tornando o conteúdo mais atrativo.

Esta troca de conhecimento não apenas aprimora o ensino e a gestão das IES, mas também proporciona aos discentes, acesso a sistemas educacionais mais avançados. Os estudantes podem ter contato com o cenário internacional por meio de mobilidade acadêmica, participação em cursos e eventos (virtuais ou presenciais) de instituições estrangeiras ou intercâmbio para a realização de cursos de idiomas. Isso permite a aplicação local do conhecimento adquirido internacionalmente em termos de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.

Um exemplo de iniciativa para a internacionalização da educação é o programa Ciência Sem Fronteiras¹², que tinha como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação por meio de intercâmbio. O programa possibilitou aos alunos brasileiros de graduação e de pós-graduação realizarem parte do curso ou estágios no exterior. Além disso, o programa contemplou pesquisadores estrangeiros que desejavam fazer parcerias com os pesquisadores brasileiros ou se estabelecer no Brasil.

Os principais objetivos do programa Ciência Sem Fronteiras eram investir na formação de pessoal, desenvolvendo competências e habilidades; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras, abrindo oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador do pessoal das indústrias tecnológicas; e atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Investir em programas de intercâmbio estudantil no estado de Goiás, nos moldes do Ciência Sem Fronteiras, é fundamental para promover a formação de estudantes mais preparados e competitivos em um cenário global. Essas iniciativas oferecem oportunidades únicas para os alunos ampliarem suas visões acadêmicas, culturais e profissionais, além de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Dessa forma, demonstra-se o compromisso do governo com a educação de qualidade e a formação de profissionais capacitados.

Além da interação entre as IES, é fundamental estabelecer a integração do meio acadêmico com o setor produtivo, a sociedade civil organizada e os governos municipal, estadual e federal, o que dá sentido ao Modelo da Quádrupla Hélice da Inovação (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). O diálogo entre as quatro instâncias corrobora para a criação de medidas que tornam o ensino mais adequado às necessidades da ciência, das empresas e da sociedade como um todo.

Com o objetivo de fomentar a interação entre os pilares da quádrupla hélice para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, o Governo do Estado de Goiás sancionou

¹² O programa foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

a Lei Estadual nº 21.615, de 7 de novembro de 2022, que institui o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás. Essa lei estabelece medidas em conformidade com a legislação federal¹³, visando ampliar o papel da administração pública estadual no ecossistema de inovação.

O Marco Legal tem como objetivo facilitar a descentralização das atividades científicas e tecnológicas, impulsionar a competitividade empresarial, fortalecer os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), estimular ações de inovação, apoiar inventores independentes, promover a expansão de ambientes propícios à inovação e centros de pesquisa, atrair novos negócios, proporcionar autonomia tecnológica para o desenvolvimento do sistema produtivo regional e incentivar o surgimento e crescimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica.

Essa abordagem busca incentivar a colaboração entre as empresas e as IES, por meio de projetos e pesquisas em conjunto. As empresas têm a possibilidade de financiar as pesquisas realizadas pelas universidades, com o objetivo de obter soluções inovadoras para seus problemas, enquanto as IES podem diversificar suas fontes de receita e validar suas pesquisas acadêmicas no mercado.

Para que as IES possam ofertar serviços especializados, é essencial que ofereçam, igualmente, a capacitação por meio de métodos de ensino expositivo e atividades práticas de empreendedorismo e inovação. Dessa forma, os futuros profissionais são capacitados a desenvolver competências necessárias para aprimorar produtos, serviços, processos e modelos de negócios, contribuindo para a competitividade tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Com o intuito de fomentar o empreendedorismo no espaço acadêmico, as IES têm criado ambientes de inovação, como parques tecnológicos, incubadoras de empresas, laboratórios compartilhados, espaços de *coworking*, salas de treinamento e reuniões, e áreas de desconpressão. Além disso, têm investido em equipes capacitadas para gerir e articular os diversos atores que fazem parte desses ambientes, como pesquisadores, empresários, investidores, alunos e gestores públicos.

¹³ Legislação federal com vistas a incentivar a inovação no Brasil: Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação), alterada pela Lei 13.243/2016; Decreto 9.283/2018 (regulamenta a Lei da Inovação e dispositivos de outras leis); Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações); e Lei Complementar 182/2021 (Marco Legal de Startups).

Por meio deste conjunto de iniciativas, busca-se elevar o nível da educação em Goiás, mantendo-a atualizada e cada vez mais próxima dos padrões internacionais de qualidade. Dessa forma, pretende-se promover o desenvolvimento econômico e a transformação social em cada região do estado.

Em conclusão, as IES em Goiás buscam ofertar uma formação comprometida com a capacitação de profissionais mais sensíveis e críticos em relação à realidade social, visando à transformação da realidade local. Para alcançar esse objetivo, são desenvolvidas práticas contínuas voltadas para a educação empreendedora, programas e ambientes que promovam a inovação tecnológica, além de ações voltadas à internacionalização e à cooperação internacional.

4.2 A participação ativa da sociedade

Desde o princípio da construção do PDESGO (2024-2033), a participação de segmentos sociais vinculados e interessados na Educação Superior (*stakeholders*) em Goiás ganhou centralidade, por meio dos quais buscou-se coletar o máximo possível de dados e informações para análise, utilizando-se de 4 instrumentos, notadamente: a) pesquisa de opinião (*survey*), b) entrevistas semiestruturadas, c) consulta pública *online* e, d) audiências públicas, como explicitado no Quadro 04.

Quadro 04: Informações sobre Instrumentos de Escuta Pública

Indicador	Pesquisa de opinião (<i>survey</i>)	Entrevista semiestruturadas	Consulta pública	Audiência pública
Período	03/2023 a 04/2023	03/2023 a 04/2023	07/2023 a 09/2023	08/2023
Formato	<i>Online</i>	Reunião síncrona <i>online</i>	<i>Online</i>	Presencial ¹
Público	Discentes, docentes, coordenadores de cursos, representantes do setor produtivo	Gestores de IES, sindicalistas, representantes estudantis, conselheiros do CEE	Sociedade	Comunidade acadêmica de IES de dez regiões de planejamento de Goiás
Impactados	391 pessoas	21 pessoas	07 pessoas ²	412 pessoas
Local	www.inovacao.gov.br	Reuniões <i>online</i>	www.inovacao.gov.br	1. Goiânia, UFG, Região Metropolitana; 2. Anápolis, UniEvangélica, Centro; 3. Uruaçu, IFG, Norte; 4. Cidade de Goiás, UFG, Noroeste; 5. Jataí, UFJ, Sudoeste; 6. Rio Verde, UniRV, Sudoeste; 7. Itumbiara, IFG, Sul; 8. Catalão, UFCat, Sudeste; 9. Posse, IFGoiano, Nordeste; 10. Valparaíso, EFG, Entorno do Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria

Notas: Gravações disponíveis no canal do *Youtube* da SECTI.

² Quantidade de contribuições ao conteúdo do documento, uma vez que não é possível medir a quantidade de pessoas que somente o acessaram.

Como o Quadro 04 apresenta, em um primeiro momento foi aplicada uma pesquisa de opinião de caráter quantitativo, com o objetivo de captar as demandas, opiniões e percepções de discentes, docentes, coordenadores de cursos e representantes do setor produtivo, mais especificamente aqueles ligados à área de recrutamento de capital humano. Paralelamente, a fim de alcançar o mesmo objetivo, mas de forma mais profunda e de maneira qualitativa, foram feitas entrevistas em profundidade com questionários semiestruturados com gestores e representantes de classe (professores e estudantes). A partir das respostas, os principais resultados foram compilados e debatidos com a comunidade acadêmica, por meio de consulta

pública on-line e de dez audiências públicas presenciais em dez municípios. A seguir descrevemos os instrumentos de pesquisa detalhadamente.

Os *surveys* foram desenvolvidos na plataforma *Google Forms* e divulgados aos sujeitos de interesse da pesquisa por meio do site da SECTI (<https://www.inovacao.go.gov.br/>), de e-mails, redes sociais e via aplicativo de mensagens. A coleta de dados dos *surveys* ocorreu entre 07 de março de 2023 a 20 de abril de 2023 e obteve a participação de 385 respondentes¹⁴. O *survey* foi composto por uma amostra não probabilística com a participação voluntária dos respondentes.

A coleta de natureza qualitativa priorizou pormenorizar a investigação iniciada com o exame dos dados primários obtidos por meio dos *surveys*. Foram construídos 5 roteiros semiestruturados para a condução das entrevistas com sujeitos participantes da gestão superior das IES (reitores, pró-reitores, diretores entre outros), agentes-chave do setor produtivo (representantes de entidades estratégicas), agentes-chave da educação básica (ensino médio), representantes de docentes e representantes de discentes tendo como referência os eixos estruturantes supracitados.

Para a seleção dos entrevistados das IES foi realizada uma reunião, em fevereiro de 2023. Do total de 116 instituições de Ensino Superior existentes em Goiás, onze instituições – com cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, demonstraram interesse em colaborar com o desenvolvimento do projeto. Assim, cada instituição indicou os seus respectivos pontos focais e forneceu o e-mail e/ou contato telefônico dos indicados a participarem das entrevistas. Os representantes do setor produtivo, do ensino médio, os representantes docentes e discentes foram recrutados por meio de contatos feitos diretamente pela SECTI. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas de forma *on-line* por meio das plataformas *Google Meet* e *Zoom*, entre os dias 20 de março de 2023 e 31 de março de 2023. Foram realizadas 21 entrevistas

¹⁴ Os dados coletados por meio do *Google Forms* foram disponibilizados no *Microsoft Excel* e trabalhados no *R 4.2.2*, que é um *software* estatístico de linguagem de programação para a análise de dados. O número de participantes da pesquisa (n=385) seria o suficiente para representar os atores escolhidos no Estado de Goiás caso a amostra fosse selecionada de forma probabilística e aplicado o método empírico para calcular o tamanho da amostra aleatória com nível de confiança de 95% e com margem erro de 5 pp (pontos percentuais) dando um número mínimo de 385 participantes. Fórmula utilizada por Cochran, W. G. (1977): $n = Z^2 \cdot p(1-p) / e^2$, onde:

$z = 1,96$ → Valor do escore Z da distribuição normal padronizada com 95% de nível de confiança;

$p = 0,5$ → proporção estimada da população de interesse quando não há conhecimento sobre o tamanho da população; e = 0,05 Margem de erro.

que incluíram 10 representantes de IES, 4 representantes do setor produtivo e 1 representante do ensino médio, 3 representantes docentes e 3 representantes discentes.

Em relação ao processo de análise de dados vale registrar que os dados quantitativos de natureza primária foram analisados de forma descritiva, por meio de gráficos e tabelas, a fim de avaliar o perfil dos coordenadores de curso, docentes, discentes e agentes do setor produtivo local¹⁵. Os dados quantitativos coletados pelo *Google Forms*, foram baixados para o *Microsoft Excel* e trabalhados estatisticamente no “R 4.2.2”, *software* estatístico de linguagem de programação para a análise de dados.

Já as entrevistas, que ofertaram dados primários qualitativos, foram analisadas por meio da transcrição do conteúdo dos vídeos das gravações realizadas. De posse do material transcrito, os principais pontos de cada entrevista foram sumarizados e posteriormente foram utilizados como subsídio para redação do texto organizado com base nos 4 eixos estruturantes deste documento.

Os levantamentos bibliográficos nacionais e internacionais, bem como a coleta e estruturação dos dados primários e secundários resultaram na primeira versão deste documento de referência (pré-audiências públicas) e, posteriormente, nesta versão final. Proferida a análise por parte da relatoria do projeto, o documento foi disponibilizado para consultas públicas.

Com o objetivo de disponibilizar a versão preliminar do documento de referência a todos os interessados, a SECTI publicou o documento em seu site (www.inovacao.go.gov.br) com uma caixa de comentários para que os interessados pudessem ler e contribuir com a elaboração do Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033).

Após a disponibilização da versão preliminar do documento à sociedade, a etapa seguinte consistiu na apresentação de todo o estudo realizado à sociedade civil, por meio da realização de audiências públicas. A audiência pública é um instrumento de participação popular que busca incluir o cidadão na esfera administrativa e comumente usada na construção de planos diretores. Com o objetivo de garantir maior participação da população goiana, propôs-se a realização de audiências públicas em todas as regiões de planejamento do estado de Goiás.

O levantamento dos municípios foi feito a partir da metodologia adotada pelo Instituto Mauro Borges (IMB), que divide o estado de Goiás em regiões de planejamento. A definição

¹⁵ A análise pormenorizada dos dados primários e secundários está nos anexos deste documento.

dos municípios, por conseguinte, foi feita, primeiramente, considerando a centralidade de cada município na região e, quanto ao local, definiu-se IES parceiras também de grande representatividade nos municípios.

A realização das audiências públicas teve como principal objetivo testar a validade do estudo desenvolvido, tendo em vista a abrangência geográfica do estado de Goiás (com 246 municípios) e temporal (2024 – 2033) do documento, bem como captar demandas regionais que as entrevistas e *survey* não conseguiram captar.

5. AS CONTRIBUIÇÕES PARTICIPATIVAS AO PDESGO (2024-2033)

Sumário Executivo

Apresenta-se seguir, uma síntese dos principais pontos destacados em cada um dos quatro instrumentos de coleta de dados, informações e expectativas para a construção do PDESGO (2024-2033) – a) pesquisa de opinião (*survey*), b) entrevistas semiestruturadas, c) consulta pública *online* e, d) audiências públicas¹⁶. Ao todo foram ouvidas 831 pessoas.

A exposição está segmentada pelos quatro eixos que estruturam o plano diretor: 1) Gestão sustentável da Educação Superior; 2) Acesso, permanência e êxito; 3) Ensino, pesquisa e extensão; e 4) Empreendedorismo, inovação e internacionalização.

No Eixo 1 – Gestão Sustentável da Educação Superior – as principais demandas da comunidade aglomeram-se em torno da criação de políticas de apoio e inclusão; captação de recursos para fomento de projetos; oferta de cursos mais alinhados às demandas regionais e do mundo do trabalho; fortalecimento das IES; implantação de políticas de transformação digital; promoção da articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica, a pós-graduação, os governos e o setor produtivo; e a valorização da carreira docente.

No Eixo 2 – Acesso, Permanência e Êxito – os participantes apontaram os principais problemas que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes na universidade, tais como: oferta de cursos, transporte, alimentação, moradia, saúde física e emocional, déficits da educação básica, infraestrutura das IES, trabalho e oportunidades de inserção no mercado. No que tange ao êxito foram apontados a necessidade de viabilizar a conclusão dos cursos, programas de egressos e alocação profissional.

No Eixo 3 – Ensino, Pesquisa e Extensão – as discussões incluíram estratégias para o aprimoramento da qualidade do ensino, a revisão de currículos na graduação e na pós-graduação, o fortalecimento da pesquisa, a promoção das ações de extensão e a transdisciplinaridade.

No Eixo 4 – Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização – a discussão concentrou-se, por um lado, na maior interlocução entre as IES e o mercado, no fomento aos ambientes de inovação universitários e no alinhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão às demandas da indústria 4.0. E, por outro, trouxe ao debate o déficit dos estudantes em línguas estrangeiras, o incremento da cooperação internacional acadêmica, a promoção de ações de mobilidade acadêmica de Goiás para o exterior e o do exterior para Goiás.

¹⁶ Nos anexos deste relatório o leitor poderá acessar a análise dos dados do survey (Anexo A), a transcrição das entrevistas semiestruturadas (Anexo B) e, a sumarização das contribuições dos participantes das Audiências Públicas (Anexo C)

5.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

A. Criar políticas de apoio e inclusão:

- às acessibilidades, incluindo pessoas com deficiência física, com transtornos globais do desenvolvimento e com superdotação ou altas habilidades;
- aos grupos subrepresentados: negros, indígena, quilombolas, ribeirinhos, população do campo, LGBTQIAP+ e mulheres.

B. Buscar fomento para o desenvolvimento de projetos nas IES via:

- instâncias municipais;
- instância estadual;
- instância federal;
- fundos de investimentos nacionais e internacionais;
- empresas;
- organismos transnacionais.

C. Ofertar cursos:

- que permitam a permanência do jovem no seio familiar e a sua colaboração nas atividades profissionais da família;
- que privilegiem a pesquisa aplicada e a área tecnológica para suprir as demandas do presente e do futuro da indústria 4.0;
- que satisfaçam as vocações econômicas locais e regionais.

D. Fortalecer as IES por meio de:

- apoio às unidades recentemente criadas;
- valorização da autonomia universitária;
- consolidação de processos inclusivos e democráticos em arenas de decisão;
- ampliação e efetividade da comunicação institucional e da divulgação científica.

E. Implantar políticas de transformação digital:

- para desenvolver e implantar sistemas de IA para as IES;
- para expandir o acesso à internet de alta velocidade, a fim de melhorar o desempenho escolar de discentes e a produtividade de docentes e de auxiliares administrativos.

F. Promover a articulação:

- entre a educação básica e superior,
 - ✓ para que estudantes da educação básica frequentem disciplinas na graduação e iniciem projetos de pesquisa júnior;
 - ✓ para que discentes e docentes da Educação Superior iniciem ou ampliem seus projetos na educação básica;
 - ✓ para aprimorar a qualidade da educação básica e aumentar a competitividade escolar dos estudantes goianos;
 - ✓ para implementar e qualificar políticas de nivelamento a alunos recém-chegados do ensino médio nas IES;
- entre graduação e pós-graduação,
 - ✓ para permitir que estudantes de graduação cursem disciplinas de pós-graduação;
 - ✓ para possibilitar que alunos de pós-graduação atuem em disciplinas de graduação como atividade complementar
- entre os Poderes da República e entes federados,
 - ✓ para alinhar políticas e pactos sobre ensino, pesquisa e extensão;
 - ✓ para articular processos avaliativos com o sistema nacional de educação;
 - ✓ para realizar diálogo institucional permanente entre órgãos dos três poderes visando potencializar parcerias, financiamentos e troca de dados;
 - ✓ para elaboração, aprovação ou rejeição de proposições legislativas que favoreçam a Educação Superior;
- entre o Governo de Goiás e as IES,
 - ✓ para gerar e divulgar dados via plataforma específica sobre diversas questões da Educação Superior no estado;
 - ✓ para ampliar a articulação entre programas e ações das IES no estado;
- entre IES e setor produtivo,
 - ✓ para facilitar a conciliação de horários de realização de cursos e de atividade profissional;
 - ✓ para formular e implementar programas de estágio a estudantes e de empregabilidade para egressos;

- ✓ para promover cursos nas IES ou nas empresas de acordo com as demandas do setor produtivo e com o embasamento técnico das IES;
 - entre IES, para troca de informações, compartilhamento de boas práticas e atuação estratégica.
- G. Valorizar a carreira docente:**
- implementando ou consolidando plano de carreiras;
 - concedendo benefícios pecuniários ou não pecuniários a docentes e auxiliares administrativos que avancem em sua formação acadêmica e técnica;
 - reconhecendo e premiando a excelência em pesquisa, ensino e extensão;
 - estabelecendo patamares mínimos de remuneração e prevendo reajustes frequentes;
 - ofertando e valorizando a formação continuada
 - ✓ para possibilitar a troca de novos conhecimentos e experiências na comunidade acadêmica;
 - ✓ para o desenvolvimento de habilidades digitais;
 - ✓ para a especialização no tratamento a estudantes neuro divergentes.
 - privilegiando as licenciaturas
 - ✓ para facilitar a criação de Colégios de Aplicação Pedagógica – CAP;
 - ✓ para criar e manter centros de pesquisa em licenciaturas;
 - ✓ para financiar monitorias e estágios e ofertar oportunidades profissionais na área para discentes e docentes.
 - realizando estudos sobre clima organizacional
 - desenvolvendo ações de sustentabilidade

5.2. Eixo 2 - Acesso, Permanência e Êxito

A. Possibilitar o acesso:

- por meio da produção de estudos e atuação institucional junto a órgãos competentes para assegurar
 - ✓ a oferta de transporte da zona urbana e rural às IES;
 - ✓ a gratuidade ou subsídios nas passagens em transporte coletivo aos estudantes;
 - ✓ tratamento adequado às pessoas com deficiência no transporte público.

- planejando a oferta de cursos e vagas
 - ✓ para contemplar vocações econômicas regionais e locais,
 - ✓ para garantir a saúde financeira das IES
 - ✓ para cumprir metas da própria instituição ou estabelecidas por instituições nacionais e transnacionais

B. Garantir a permanência:

- aumentando a satisfação discente por meio de políticas que busquem sanar ou diminuir problemas identificados em pesquisas de opinião e em registros administrativos e judiciais;
- tratando a saúde mental discente por meio de oferta gratuita de acompanhamento psicológico;
- possibilitando a oferta de auxílio financiamento a discentes para fins acadêmicos,
 - ✓ para permanência (transporte, alimentação, moradia, aquisição de equipamentos diversos),
 - ✓ para treinamento e empregabilidade (estágio e monitoria),
 - ✓ para assistência a entes familiares (vaga gratuita ou pagamento de creche e ampliação de benefícios do PNAES)
- possibilitando a existência de espaços de interação social e trabalho compartilhado;
- assegurando infraestrutura adequada para possibilitar o acesso de deficientes a todos os ambientes;
- desenvolvendo formas diversificadas de práticas pedagógicas, dando especial atenção à incorporação de tecnologias disruptivas no processo de aprendizagem;
- implementando políticas de inclusão e de reconhecimento social;
- apoiando a criação ou manutenção de órgão de assessoramento de carreiras, por meio de captação e coordenação de estágios e monitorias e de centros de aconselhamento estudantil e orientação vocacional.

C. Ampliar o êxito:

- identificando potenciais evasores entre discentes e ofertando a esses novas e existentes políticas que sejam efetivas para viabilizar a conclusão do curso;
- criando um programa estadual para egressos das IES;

- ✓ que implante políticas de alocação profissional;
- ✓ que promova a interação frequente entre discentes e egressos;
- ✓ que conecte demandas do setor produtivo e oferta de mão de obra.

5.3. Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

A. Aprimorar o ensino:

- via inclusão ou reforço de tecnologias e inovação no processo de ensino-aprendizagem na graduação e na pós-graduação
 - ✓ para qualificar os ambientes virtuais de aprendizagem, de modo a melhorar a interatividade, a mediação e a interação;
 - ✓ para alinhar o conteúdo das disciplinas à realidade do mercado de trabalho, facilitando a aplicação prática do que é ensinado;
 - ✓ para o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial no monitoramento do desenvolvimento do aluno;
 - ✓ para o uso de metodologias ativas, a fim de estimular o pensamento crítico e promover discussões sobre ética, valores e compromissos sociais;
 - ✓ para realizar atividades práticas envolvendo casos reais ou simulados;
 - ✓ para desenvolver práticas ligadas à teoria das inteligências múltiplas;
 - ✓ para analisar e revisar as abordagens empregadas na Educação a Distância (EaD), a fim de incrementar a qualidade dos cursos desta modalidade;
- via revisão de currículos na graduação e pós-graduação
 - ✓ para incluir ou aprimorar cursos e disciplinas que abordem o empreendedorismo;
 - ✓ para favorecer cursos e disciplinas que preparem o estudante para a atuação em ambientes profissionais multiculturais, por meio do desenvolvimento de competências, como, por exemplo, habilidades idiomáticas, liderança intercultural, negociação e participação em feiras e eventos internacionais;
 - ✓ para realizar o nivelamento escolar de discentes recém chegados do ensino médio.

B. Fortalecer a pesquisa:

- promovendo e organizando conferências, simpósios e workshops científicos;
- fomentando e apoiando projetos de pesquisa realizados em rede;

- promovendo intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de recursos e oportunidades de pesquisas conjuntas com o setor produtivo;
- tendo como norte a imersão cultural e a transformação social;
- estabelecendo estratégias entre as IES para captação de recursos financeiros de fontes diversas;
- expandindo e qualificando a infraestrutura de laboratórios e de salas de aula e de estudos.

C. Promover a extensão:

- por meio de aproximações sistemáticas com comunidades locais para levantar demandas;
- organizando frequentemente feiras de profissões voltadas aos discentes do ensino médio;
- prestando serviços à comunidade;
- por meio da oferta de educação intercultural, cuja realização se dá em parte nas IES e em parte em ambientes de comunidades diversas;
- privilegiando a interação com amplos segmentos da sociedade, por meio de realização de eventos culturais e sociais, feiras, concursos, gincanas, olimpíadas de conhecimentos, campanhas de conscientização, dentre outras ações;
- por meio da implementação das diretrizes da curricularização da extensão.

D. Apoiar a transdisciplinaridade:

- implementando atividades extracurriculares no contraturno das atividades acadêmicas ordinárias, de modo a desenvolver competências socioemocionais dos discentes;
- criando projetos multiáreas, de modo a integrar e trocar conhecimentos entre docentes e discentes de diferentes áreas da ciência.

5.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

A. Apoiar o empreendedorismo:

- promovendo visitas técnicas e parcerias que envolvam docentes e discentes de IES e empresas com potencial de inovação e de P&D;

- criando e qualificando políticas de produção de conhecimento aplicado, na transferência de tecnologias e na criação de *spin-offs* acadêmicos como aposta para uma reconfiguração econômica e social das regiões;
- contribuindo para a criação ou funcionamento de empresas juniores.

B. Escalar a inovação:

- alinhando o planejamento de cursos, o fomento de pesquisas e as ações de extensão às características e demandas da indústria 4.0;
- criando ambientes de inovação nas IES e oportunizando a discentes, docentes e auxiliares administrativos técnicos o acesso a ambientes de inovação externos às IES;
- promovendo e estimulando a participação de discentes em maratonas de *hackathons*, prototipagem e olimpíadas de conhecimento;
- promovendo a incubação de *startups* da comunidade acadêmica;
- criando políticas de incremento e qualificação de patentes e concedendo apoio administrativo a todos esses processos.

C. Promover a internacionalização:

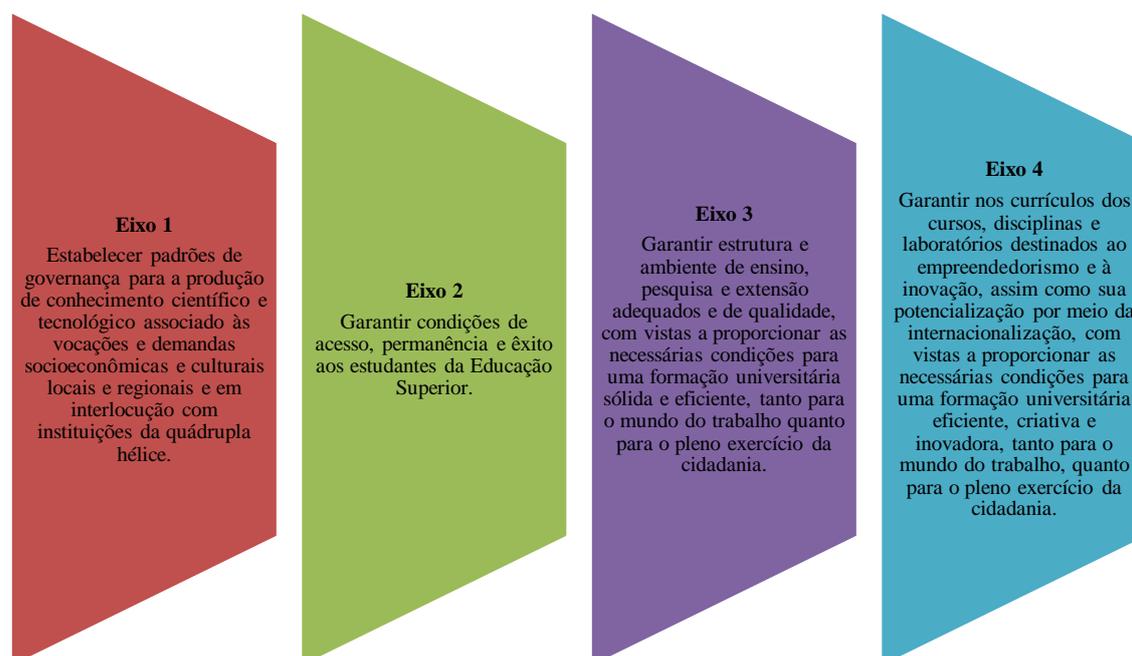
- compartilhando informações e apoiando a criação de plataformas de visualização de dados de internacionalização de ensino, pesquisa e extensão das IES goianas;
- criando, mantendo e expandindo o ensino de idiomas estrangeiros nas IES;
- implantando centros de pesquisa internacionais de referência em Goiás, em parcerias com IES e ICT locais;
- realizando projetos de cooperação internacional para vocações locais/estaduais;
- estabelecendo convênios internacionais para mobilidade acadêmica de discentes e docentes;
- estabelecendo parcerias com IES e ICT nacionais e estrangeiras para viabilizar a realização de cursos e pesquisas de maneira híbrida (presencial e *online*);
- privilegiando a cooperação Sul-Sul, aproveitando-se de similaridades socioeconômicas e acordos internacionais vigentes;
- dando assistência a discentes e docentes estrangeiros instalados em IES e ICTs goianas por meio de acordo de cooperação e intercâmbio;

- tendo como diretriz a via de mão dupla, isto é, privilegiando tanto a saída quanto a atração de discentes e docentes para/de IES estrangeiras, respectivamente.

6. DIRETRIZES E OBJETIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDESGO (2024-2033)

Sumário Executivo

A partir dos resultados alcançados, define-se as diretrizes e os objetivos, os quais são de natureza exclusivamente diretiva e não compulsória, que poderão servir de referência para a condução de ações direcionadas à Educação Superior pelas autoridades competentes, nos próximos 10 anos.



6.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

DIRETRIZ
Estabelecer padrões de governança para a produção de conhecimento científico e tecnológico associado às vocações e demandas socioeconômicas e culturais locais e regionais e em interlocução com instituições da quádrupla hélice.
OBJETIVOS
1) Estabelecer padrões de gestão em consonância com os princípios e metodologias ESG e ODS da Agenda 2030 da ONU
2) Realizar diagnóstico de vocações e demandas socioeconômicas e culturais locais e regionais, com vistas a identificar a pertinência e relevância social dos cursos e programas a serem implementados em cada uma das microrregiões do estado.
3) Num contexto de ampliação de unidades e/ou cursos, priorizar as cidades de maior centralidade nas regiões de planejamento
4) Adequar a oferta de cursos e vagas considerando a sustentabilidade financeira da instituição e em consonância com as vocações e demandas socioeconômicas e culturais locais e regionais.
5) Buscar fomento em instâncias internacional, federal, estadual, municipal e empresarial, bem como via fundos de investimento, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, aquisição de equipamentos e materiais necessários para sua implementação.
6) Fortalecer as instituições por meio de gestão democrática que envolva a participação de todos os setores da comunidade acadêmica.
7) Induzir ou apoiar a criação ou continuidade de associações de egressos
8) Implantar políticas de transformação digital com Internet de alta velocidade e sistema de Inteligência Artificial (IA)
9) Promover estratégias de interação da IES com diferentes etapas e modalidades da educação básica, em parceria com os órgãos governamentais competentes das esferas federal, estadual e municipal.
10) Estabelecer estratégias de articulação quadripartite para integração entre IES, governos, setores produtivos e sociedade civil
11) Valorizar a carreira docente e de auxiliares administrativos por meio da implementação e/ou valorização de planos de carreira e planos de cargos e salários.
12) Implementar política de formação continuada, inclusive com previsão de licença aos auxiliares administrativos e professores, para realizarem pós-graduação <i>stricto e lato sensu</i>
13) Fortalecer as licenciaturas por meio da Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), além de bolsa de estudos para os estudantes de licenciatura, inclusive com a possibilidade de criação de centros de referência e Colégios de Aplicação Pedagógica - CAP.

6.2 Eixo 2 - Acesso, Permanência e Êxito

DIRETRIZ
Garantir condições de acesso, permanência e êxito aos estudantes da Educação Superior.
OBJETIVOS
1) Apoiar políticas que facilitem a locomoção de estudantes às IES por meio de subsídios ou gratuidade no transporte coletivo
2) Criar políticas de apoio e inclusão: a) de pessoas com deficiência física, transtornos globais, superdotação ou altas habilidades; b) aos grupos minoritários /subrepresentados, tais como negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população do campo, LGBTQIAP+, mulheres, gestantes e mães.
3) Estimular o acesso e a permanência do estudante por meio de diversas políticas de assistência estudantil que envolva bolsas, isenções de taxas administrativas, alojamento, alimentação, dentre outras.
4) Implementar programas de mentorias para alocação de estudantes e egressos no mercado de trabalho e para estreitamento de relações com instituições da quádrupla hélice.
5) Implementar políticas de rendimento acadêmico e controle de evasão.
6) Reformar ou construir estruturas físicas em adequação às necessidades de pessoas com deficiência.

6.3 Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

DIRETRIZ
Garantir estrutura e ambiente de ensino, pesquisa e extensão adequados e de qualidade, com vistas a proporcionar as necessárias condições para uma formação universitária sólida e eficiente, tanto para o mundo do trabalho quanto para o pleno exercício da cidadania.
OBJETIVOS
1) Utilizar metodologias ativas, com tecnologias e concepções pedagógicas inovadoras, para uma formação discente crítica e prática.
2) Aprimorar os ambientes virtuais de aprendizagem para viabilizar a interatividade, a mediação e a interação, com parâmetros para mensurar a qualidade do ensino oferecido, de modo a melhorar a comunicação e a eficiência do processo de ensino-aprendizagem.
3) Valorizar a pós-graduação <i>lato sensu</i> , em face de sua importância para a formação continuada e qualificação, para a construção de carreira profissional exitosa.
4) Desenvolver linhas de pesquisa e pós-graduação, prioritariamente em consonância com as vocações e demandas socioeconômicas e culturais, locais e regionais, estimulando a realização de pesquisa aplicada.
5) Proporcionar o aprimoramento da infraestrutura de pesquisa a partir da criação ou reforma de laboratórios, da aquisição ou conserto de equipamentos e criação ou reforma de salas de estudo.
6) Implementar programas que preparem o estudante para a atuação em ambientes profissionais multiculturais, por meio do desenvolvimento de competências, como, por exemplo, habilidades idiomáticas, liderança intercultural, e negociação e participação em feiras e eventos internacionais.
7) Providenciar a implementação e o acompanhamento das diretrizes da Curricularização da Extensão, de modo a ampliar o conhecimento acadêmico e sua eficiência, assim como estimular a interação com a população por meio de eventos culturais e sociais.
8) Criar e implementar projetos multiáreas, permitindo a integração e a troca de conhecimento entre professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento humano para atendimento às demandas de regiões menos privilegiadas.
9) Fortalecer a FAPEG para fomento prioritário de pesquisa aplicada para solução de problemas públicos.
10) Incentivar projetos de divulgação e publicações científicas e tecnológicas no estado.
11) Consolidar a pós-graduação <i>stricto sensu</i> nas IES a partir de soluções que visem aumentar substancialmente a nota dos programas na avaliação da CAPES.
12) Definir e implementar o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Superior.

6.4 Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

DIRETRIZ
Garantir nos currículos dos cursos, disciplinas e laboratórios destinados ao empreendedorismo e à inovação, assim como sua potencialização por meio da internacionalização, com vistas a proporcionar as necessárias condições para uma formação universitária eficiente, criativa e inovadora, tanto para o mundo do trabalho, quanto para o pleno exercício da cidadania.
OBJETIVOS
1) Realizar eventos, capacitação e parcerias com instituições nacionais e internacionais de apoio e fomento ao empreendedorismo, inovação e internacionalização.
2) Apoiar e fomentar iniciativas empreendedoras de alunos por meio de programas de incentivos.
3) Realizar parcerias com incubadoras e demais atores da cadeia de inovação, incentivando a criação de novas empresas e ampliação das oportunidades de emprego e renda do egresso.
4) Impulsionar a formação dos futuros profissionais voltada às demandas da indústria 4.0, como, por exemplo, desenvolvimento de <i>software</i> , automatização e automação industrial, robotização de sistemas e processos, <i>big data</i> , <i>business intelligence</i> , inteligência artificial, mecatrônica, internet das coisas, integração de tecnologias, computação em nuvem, digitalização de processos, dentre outros.
5) Criar oportunidades de participação de discentes, docentes, técnicos e a sociedade em geral nos ambientes de inovação (hubs de incubação de empresas, laboratórios de prototipagem, espaços de coworking) das IES, a fim de estimular processos criativos e inovadores voltados ao bem-estar social.
6) Incentivar ações de economia solidária e economia criativa.
7) Criação de plataformas ou outros instrumentos que facilitem processos de internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão.
8) Consolidar programas existentes e analisar as possibilidades de criar novos programas de idiomas estrangeiros na IES, de modo a contemplar o ensino de línguas de parceiros internacionais estratégicos.
9) Propor convênios internacionais, vislumbrando mobilidade acadêmica de discentes e docentes das IES de Goiás e atrair discentes e docentes de instituições de ensino estrangeiras para estadia temporária ou permanente.

7. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDESGO (2024-2033)

Sumário Executivo

Neste capítulo apresenta-se:

- a proposta para implementação por meio da formação de um comitê composto por atores das quatro hélices da inovação;
- as estratégias de monitoramento e avaliação do Plano Diretor, incluindo a governança do comitê e a avaliação dos resultados alcançados.

A implementação é a fase do processo de políticas públicas em que as decisões se traduzem em ações. É um processo dinâmico e não-linear, composto por um conjunto de tarefas de natureza estratégica e operacional (WU *et al*, 2014). Ela “é caracterizada por processos estruturados que articulam diversos atores e tipos de recursos [...] para o alcance de seus objetivos e a execução das metas físicas das ações propostas” (IPEA, 2018a p. 123). Dito isso, a implementação das ações definidas nas diretrizes e objetivos, apresentados no capítulo anterior, precisará de esforços conjuntos dos diversos atores envolvidos na elaboração deste Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033).

O planejamento estratégico foi apresentado no capítulo anterior, intitulado Diretrizes e Objetivos. Os planejamentos tático e operacional, por sua vez, ou seja, o desenvolvimento de metas, responsáveis, indicadores de execução física e ações de implementação serão construídos com a participação de todos os *stakeholders* envolvidos ao longo do período de vigência da política.

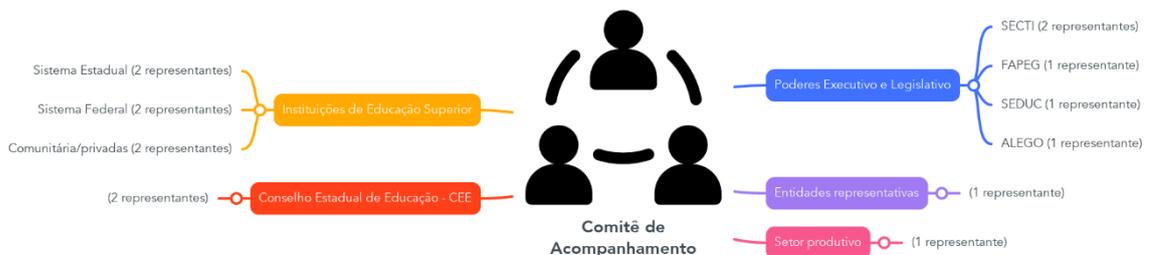
7.1 Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033)

Para fins de implementação dos objetivos delineados no planejamento estratégico, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação propõe a composição de um **Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás**, um grupo a

ser formado por representantes das quatro hélices da inovação, que guiaram o desenvolvimento deste estudo, a saber: órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado de Goiás, Instituições de Ensino Superior, entidades do setor produtivo, representantes docentes e discentes. O objetivo do comitê será discutir, deliberar, formular e implementar ações para alcance dos objetivos aqui propostos.

A primeira etapa para construção do Comitê de Acompanhamento é a definição dos segmentos, direta e indiretamente interessados (*stakeholders*), em sua realização que, inicialmente se destacam:

Figura 05: Segmentos, direta e indiretamente interessados (*stakeholders*), na composição do Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor



Fonte: SECTI

Assim, o intuito é incluir no comitê:

- 1) os órgãos do governo de Goiás responsáveis pelas políticas educacionais - SECTI e SEDUC; o Poder Legislativo do estado, por meio de sua Comissão de Educação; a Fundação de Amparo à Pesquisa; e o Conselho Estadual de Educação, instituição normativa e fiscalizadora da Educação, constitucionalmente sob a responsabilidade dos estados;
- 2) as Instituições de Ensino Superior que compõem o sistema estadual, jurisdicionadas ao CEE; as instituições do sistema federal; e as confessionais e privadas que participaram da elaboração do PDESGO (2024-2033);
- 3) as entidades de maior representação docente - sindicatos das entidades públicas e privadas com e sem fins lucrativos - e discente em Goiás - de graduação e pós-graduação; e
- 4) entidade representante dos setores econômicos do estado.

O comitê, desse modo, busca incluir os principais atores do ecossistema de inovação de Goiás.

Após sua assinatura, as instituições signatárias indicarão seus representantes para participação nos encontros, grupos de trabalho que virão a ser formados para desenvolvimento de estudos, elaboração de programas e implementação de ações, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A missão, a visão, os valores, a estrutura organizacional e os documentos do comitê serão posteriormente apresentados e publicados no site da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

7.2 Monitoramento e avaliação: governança do comitê e avaliação das diretrizes e objetivos

Após a implementação de uma política pública ou programa, os gestores públicos devem se dedicar ao seu acompanhamento e avaliação. A avaliação de uma política pública envolve as ações realizadas entre os diversos *stakeholders* envolvidos a fim de determinar os resultados práticos, incluindo tanto os meios utilizados para viabilizá-la quanto os objetivos alcançados (WU et al, 2014).

As ações de avaliação e monitoramento devem ser contínuas e integradas de modo a medir constantemente, comparar o resultado obtido e o previsto; e tomar decisões sobre medidas corretivas que reduzem falhas e elevem a eficiência (IPEA, 2018a).

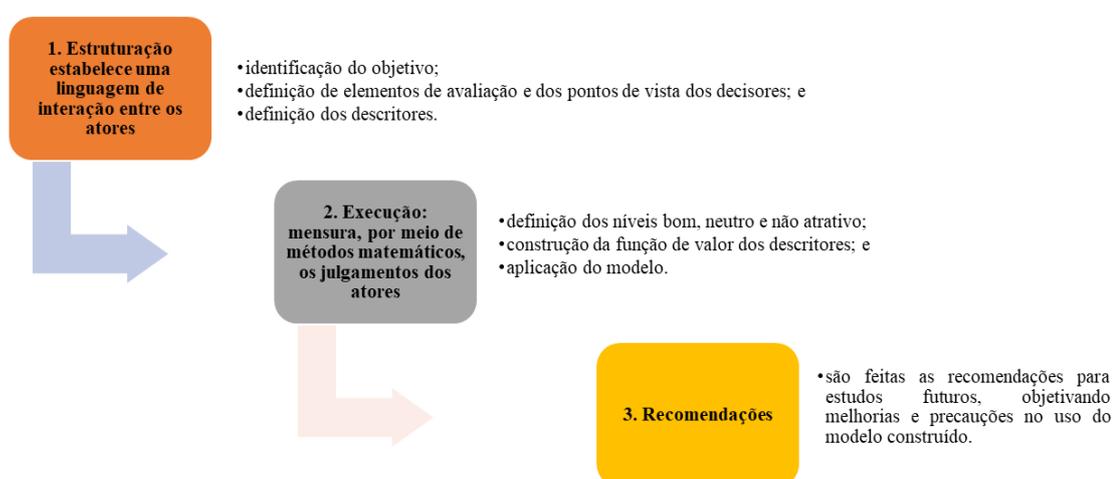
Existem diversos tipos de avaliação administrativa de políticas públicas. Para este PDESGO (2024-2033), as que parecem mais adequadas são a combinação de:

1. Avaliação de governança do comitê;
2. Avaliação de resultados das diretrizes e objetivos.

A avaliação de governança é recomendada em casos em que a política pública é implementada por um grupo plural de atores governamentais e da sociedade civil, políticas transversais e políticas que abarcam mais de uma esfera governamental. Tendo em vista que a proposição feita para implementação dos objetivos aqui delineados baseia-se na instituição de um Comitê de Acompanhamento, formado por uma pluralidade de atores governamentais, instituições de Ensino Superior e outros órgãos da sociedade civil, “a avaliação de governança

torna-se uma peça central nesse processo, pois, com ela, pode-se verificar como a liderança, a estratégia e o controle da política permitem e contribuem para a produção dos resultados esperados e para o alcance dos seus objetivos” . Seu objetivo, desse modo, “é, por meio de papéis e responsabilidades na estrutura de gestão e coordenação [...], alcançar maior efetividade e economicidade das ações governamentais” (IPEA, 2018b, p. 215-216).

Figura 06: Modelo de Aplicação da Avaliação de Governança da Política por meio dos Métodos Multicritérios de Apoio à Decisão (MCDA)



Fonte: Adaptado de IPEA (2018b, p. 218)

O modelo de avaliação de governança, a partir do passo a passo proposto permitirá que os membros do Comitê de Acompanhamento identifiquem os pontos fortes (notas no nível bom) e aqueles que demandam maior atenção (notas entre os níveis bom e neutro) na gestão do Plano Diretor. Adicionalmente, poderão ser aplicadas análises qualitativas a fim de entender melhor os problemas identificados.

As diretrizes e objetivos estabelecidos nas diretrizes e objetivos, por conseguinte, serão monitorados e avaliados pelo método de avaliação de resultados, que seguirá o seguinte fluxo.

Figura 07: Passo a passo para a Avaliação de Resultados



Fonte: Adaptado de IPEA (2018b, p. 242)

O objetivo desse tipo de avaliação é explorar os indicadores de resultados e inferir os impactos esperados na Educação Superior de Goiás ao longo da vigência deste Plano Diretor. Este tipo de avaliação compara o desempenho da política com relação aos objetivos estratégicos inicialmente propostos, a fim de determinar se as metas foram alcançadas (WU et al, 2014). Adicionalmente, pode ser um instrumento para avaliações mais elaboradas, como avaliação de impacto, bem como o desenho de novas políticas.

A avaliação de resultados poderá ser feita ao final de cada ano de vigência do PDESGO (2024-2033) e, ao final dos dez anos, caberá uma análise de impacto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. I de O. **A universidade e a formação de professores para a educação ambiental.** Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n. 0, p.71-78, nov. 2004. Trimestral.

ARAÚJO, M. J.; **Fundamentos de Agronegócios.** São Paulo: ed. Atlas S.A., 2007.

Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante volume 1/ Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018.

Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2/ Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** nº s/n, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

ETZKOWITZ, H; ZHOU, C. **Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo.** Inovação Estud. av. 31 (90) May-Aug 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>. GOIÁS. Acesso: 11 dez. 2023.

GOIÁS. **Constituição Estadual de 1989** nº s/n, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/17142#:~:text=Art.,seu%20hino%20e%20suas%20armas>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GOIÁS. **LEI COMPLEMENTAR nº 26**, de 28 de dezembro de 1998. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. [S. l.], 28 dez. 1998. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/101024/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Resolução CEE/PLENO nº 03**, 29 abr. 2016. IMB. Instituto Mauro Borges. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IMB. **Instituto Mauro Borges.** Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2023

IMB. **Instituto Mauro Borges.** Estudo das áreas prioritárias do Programa Universitário do Bem – PROBEM (2021). Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2021/04/estudo_probem_areas_prioritarias-f2e.pdf. Acesso: 03 de junho de 2024.

KROTH, D C, BARTH, E. **DO ACESSO AO ÊXITO ACADÊMICO: a Importância da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior.** In: Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí • ISSN 2237-6453 • Ano 20 • n. 58 • 2022

Lei 9394, de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional - de 20 de dezembro de 1996.

Lei Complementar 26, a LDB Estadual de Goiás, de 28 de dezembro de 1998. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. MEC.

MEC. Inep. **Censo da Educação Superior: 2022**. In: Censo da Educação Superior. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MICHAEL, Porter. **A vantagem competitiva das nações**. 1ª. ed. [S. l.]: Elsevier, 1989.

MOITA, F M G da S C; ANDRADE, F C B de. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago. 2009.

MOROSINI, Marília Costa et al. **A Evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011**. Porto Alegre/RS–Brasil. Faculdade de Educação–FACED. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul–PUCRS, v.10, p.1-10, 2012.

New Visions for Higher Education towards 2030: A stepping stone for the GUNi International Call for Action (2022–2025): “Rethinking HEIs for Sustainable and Inclusive Societies” - GUNi World Report Special Issue.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014.

Resolução CEE/PLENO Nº 03/2016 - Regula, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a delegação do Serviço Público Educacional, exclusivamente para a oferta de Educação na modalidade de Educação a Distância – EAD Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA- Ensino Fundamental e Ensino Médio e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e dá outras providências.

TIC Domicílios – 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 12 dez. 2023

VIEIRA, P A; BUAINAIN, A M; CONTINI, E. **Goiás: do vazio ao heterogêneo**. In: CAVALCANTI, I M et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [350]-393.

WU, Xun. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.

ANEXOS

ANEXO A - ANÁLISE DOS DADOS DO SURVEY

1. Perfil dos participantes

Os dados relativos ao número de cada um dos segmentos participantes na pesquisa (Tabela AA1) revelam que do total de 385 respondentes 243 (63,11%) são discentes, 94 (24,41%), docentes, 25 (6,49%), colaboradores do setor produtivo e 23 (5,97%), Coordenadores de curso.

Quanto ao perfil dos participantes, os coordenadores são majoritariamente homens brancos (56,5%), com idades entre 35 e 59 anos (87,00%), com doutorado ou mestrado (82,6%), e mais de 1/3 com área de conhecimento da escolaridade atual em educação.

Os docentes concentram-se na faixa entre 40 e 59 anos, com equilíbrio entre homens (47,9%) e mulheres (51,1%). Mais de 60,0% se declaram brancos, com doutorado e área do conhecimento da escolaridade atual em Educação.

Os discentes apresentam um perfil jovem, com 79,10% na faixa etária de 18 a 29 anos, com mais de 60,0% de mulheres, com idade entre 18 e 24 anos. Os que se declaram brancos representam 45,7% e os pardos 44,0%, com graduação (58,0%). As áreas de conhecimento da escolaridade atual dos discentes se destacam a Saúde e bem estar e Negócios, administração e direito.

Quanto aos colaboradores do setor produtivo, estes na maioria encontram-se nas faixas etárias de 18 a 24 anos, 30 a 34 anos e 50 a 59 anos. São majoritariamente formados por mulheres brancas com graduação na área do conhecimento da escolaridade atual Negócios, administração e direito (28,0%) e Ciências sociais, comunicação e informação (24,0%).

Os participantes residem em sua maioria na Região Metropolitana de Goiânia, com exceção para os Coordenadores que se concentram no Sudoeste Goiano.

TABELA AA1 - Perfil dos Participantes, por Função, 2023.

Perfil dos participantes	Segmentos							
	Coordenador		Docente		Discente		Colaborador do Setor Produtivo	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Faixa Etária	23	100,0	94	100,0	243	100,0	25	100,0
até 17 anos	-	-	-	-	5	2,1	-	-
18 a 24 anos	-	-	1	1,1	161	66,3	6	24,0
25 a 29 anos	-	-	3	3,2	31	12,8	4	16,0
30 a 34 anos	2	8,7	8	8,5	10	4,1	6	24,0
35 a 39 anos	8	34,8	14	14,9	11	4,5	1	4,0
40 a 49 anos	6	26,1	33	35,1	15	6,2	3	12,0
50 a 59 anos	6	26,1	24	25,5	10	4,1	5	20,0
60 anos ou mais	1	4,3	11	11,7	-	-	-	-
Cor/raça/etnia	23	100,0	94	100,0	243	100,0	25	100,0
Branco/a	13	56,5	61	64,9	111	45,7	12	48,0
Pardo/a	7	30,4	25	26,6	107	44,0	8	32,0
Preto/a	3	13,0	4	4,3	20	8,2	4	16,0
Amarelo/a	-	-	3	3,2	5	2,1	1	4,0
Latino	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Gênero	23	100,0	94	100,0	243	100,0	25	100,0
Feminino	10	43,5	48	51,1	150	61,7	17	68,0
Masculino	13	56,5	45	47,9	91	37,4	8	32,0
Não binário	-	-	-	-	2	0,8	-	-
Prefiro não informar	-	-	1	1,1%	-	-	-	-
Região	23	100,0	94	100,0	243	100,08	25	100,0
Metropolitana de Goiânia	6	26,1	45	47,9	134	55,1	20	80,0
Sudoeste Goiano	8	34,8	20	21,3	58	23,9	2	8,0
Centro Goiano (Eixo BR-153)	3	13,0	13	13,8	8	3,3	1	4,0
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	1	4,3	4	4,3	14	5,8	-	-
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	1	4,3	6	6,4	9	3,7	1	4,0
Sul Goiano	2	8,7	5	5,3	6	2,5	-	-
Nordeste Goiano	-	-	-	-	8	3,3	-	-
Entorno do Distrito Federal	-	-	-	-	3	1,2	1	4,0
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	1	4,3	1	1,1	2	0,8	-	-
Norte Goiano	1	4,3	-	-	1	0,4	-	-
Escolaridade atual	23	100,0	94	100,0	243	100,0	25	100,0
Ensino médio completo	-	-	-	-	87	35,8	2	8,0
Graduação	1	4,3	2	2,1	141	58,0	14	56,0
Especialização	2	8,7	4	4,3	10	4,1	7	28,0
Mestrado	8	34,8	28	29,8	5	2,1	-	-
Doutorado	11	47,8	47	50,0	-	-	2	8,0
Pós-doutorado	1	4,3	13	13,8	-	-	-	-

Perfil dos participantes	Segmentos							
	Coordenador		Docente		Discente		Colaborador do Setor Produtivo	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Área de conhecimento da escolaridade atual	23	100,0	94	100,0	243	100,0	25	100,0
Educação	8	34,8	21	22,3	29	11,9	4	16,0
Saúde e Bem-Estar	2	8,7	12	12,8	38	15,6	4	16,0
Negócios, Administração e Direito	4	17,4	7	7,4	35	14,4	7	28,0
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	2	8,7	13	13,8	30	12,3	2	8,0
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	5	21,7	14	14,9	22	9,1	1	4,0
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	-	-	12	12,8	22	9,1	6	24,0
Engenharia, Produção e Construção	1	4,3	6	6,4	24	9,9	-	-
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	1	4,3	2	2,1	19	7,8	1	4,0
Artes e Humanidades	-	-	7	7,4	15	6,2	-	-
Serviços	-	-	-	-	6	2,5	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	3	1,2	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Com relação às categorias administrativas em que os representantes das IES atuam (Tabela AA2), os coordenadores são, em sua maioria, vinculados à Rede Federal de ensino (39,1%), seguidos pelos vinculados à rede particular (17,4%). Entre os docentes, mais de 50,0% são da rede federal e os discentes também são, em sua maioria, da rede federal (51,9%), sendo que mais de 40,0% destes últimos pertencem a rede particular. Em relação aos discentes, 54,8% eram estudantes da rede pública de ensino superior.

TABELA AA2 - Distribuição dos Atores representantes das IES em Goiás, por Categoria Administrativa, 2023.

Categoria administrativa	Total	%	Atores representantes das IES					
			Coordenador		Docente		Discente	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	360	100,0	23	100,0	94	100,0	243	100,0
Federal	183	50,8	9	39,1	48	51,1	126	51,9
Estadual	24	6,7	4	17,4	13	13,8	7	2,9
Municipal	3	0,8	3	13,0	-	-	-	-
Particular	131	36,4	5	21,7	22	23,4	104	42,8
Comunitária	19	5,3	2	8,7	11	11,7	6	2,5

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A distribuição das áreas do curso de atuação, por atores representantes das IES (Tabela AA3) mostra que os coordenadores atuam, em sua maioria, nas áreas de Negócios, administração e direito (21,7%) e Ciências Naturais, Matemática e Estatística (11,7%). Os docentes nas áreas da Saúde e bem-estar (17,0%) e Ciências Naturais, matemática e estatística (18,1%) e os discentes estão inseridos na área de Saúde e bem-estar (18,5%), Negócios administração e direito (15,2%) e Agricultura silvicultura pesca e veterinária (14,8%).

TABELA AA3 - Distribuição dos representantes das IES em Goiás por Áreas do Curso de Atuação, 2023.

Área do curso de atuação	Total	%	Atores representantes das IES					
			Coordenador		Docente		Discente	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	360	100,0	23	100,0	94	100,0	243	100,0
Saúde e Bem-Estar	63	17,5	2	8,7	16	17,0	45	18,5
Negócios, Administração e Direito	53	14,7	5	21,7	11	11,7	37	15,2
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	50	13,9	2	8,7	12	12,8	36	14,8
Educação	47	13,1	4	17,4	13	13,8	30	12,3
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	42	11,7	5	21,7	17	18,1	20	8,2
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	34	9,4	-	-	9	9,6	25	10,3
Engenharia, Produção e Construção	30	8,3	2	8,7	7	7,4	21	8,6
Artes e Humanidades	21	5,8	1	4,3	7	7,4	13	5,3
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	20	5,6	2	8,7	2	2,1	16	6,6
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Quanto à distribuição das áreas do curso de atuação dos atores das IES, por categoria administrativa (Tabelas AA4, AA5 e AA6), o resultado mostra que 43,5% dos coordenadores atuam na área de Ciências Naturais, matemática e Estatística ou na área de Negócios, Administração e Direito, sendo que estes, em sua maioria trabalham na rede federal de ensino superior.

Os docentes atuam, em sua maioria (35,1%), na área de Ciências Naturais, matemática e Estatística ou na área de Saúde e Bem-estar, sendo mais de 50,0% trabalhadores da rede federal de ensino superior.

Entre os discentes, mais de 1/3 atuam, na área da Saúde e Bem-estar ou na área de Negócios, Administração e Direito, e mais de 50,0% são, alunos da rede federal de ensino.

TABELA AA4 - Distribuição das Áreas do Curso de Atuação dos Coordenadores, por Categoria Administrativa das IES em Goiás. Ano, 2023.

Área de conhecimento de atuação dos coordenadores	Total	%	Categoria administrativa das IES									
			Intercâmbio de estudantes Federais		Estadual		Municipal		Privada		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	23	100,0	9	100,0	4	100,0	3	100,0	5	100,0	2	100,0
Ciências Naturais, matemática e Estatística	5	21,7	3	33,3	1	25,0	-	-	-	-	1	50,0
Negócios, Administração e Direito	5	21,7	1	11,1	1	25,0	-	-	3	60,0	-	-
Educação	4	17,4	-	-	1	25,0	1	33,3	1	20,0	1	50,0
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	2	8,7	-	-	-	-	1	33,3	1	20,0	-	-
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	2	8,7	2	22,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia, Produção e Construção	2	8,7	1	11,1	-	-	1	33,3	-	-	-	-

Saúde e Bem-Estar	2	8,7	2	22,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Artes e Humanidades	1	4,3	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: (-) O dado é nulo.

TABELA AA5 - Distribuição das áreas do Curso de Atuação dos Docentes, por Categoria Administrativa das IES em Goiás. Ano, 2023.

Área de conhecimento de atuação dos docentes	Total	%	Categoria administrativa das IES							
			Federal		Estadual		Privada		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	94	100,0	48	100,0	13	100,0	22	100,0	11	100,0
Ciências Naturais, matemática e Estatística	17	18,1	16	33,3	-	-	-	-	1	9,1
Saúde e Bem-Estar	16	17,0	2	4,2	1	7,7	11	50,0	2	18,2
Educação	13	13,8	9	18,8	1	7,7	1	4,5	2	18,2
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	12	12,8	11	22,9	1	7,7	-	-	-	-
Negócios, Administração e Direito	11	11,7	2	4,2	2	15,4	5	22,7	2	18,2
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	9	9,6	1	2,1	2	15,4	4	18,2	2	18,2

Artes e Humanidades	7	7,4	2	4,2	5	38,5	-	-	-	-
Engenharia, Produção e Construção	7	7,4	4	8,3	1	7,7	-	-	2	18,2
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	2	2,1	1	2,1	-	-	1	4,5	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA AA6 - Distribuição das Áreas do Curso de Atuação dos Discentes, por Categoria Administrativa das IES em Goiás. Ano, 2023.

Área de conhecimento de atuação dos discentes	Total	%	Categoria administrativa das IES							
			Federal		Estadual		Privada		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0	126	100,0	7	100,0	104	100,0	6	100,0
Saúde e Bem-Estar	45	18,5	14	11,1	-	-	30	28,8	1	16,7
Negócios, Administração e Direito	37	15,2	12	9,5	1	14,3	22	21,2	2	33,3
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	36	14,8	32	25,4	1	14,3	3	2,9	-	-
Educação	30	12,3	21	16,7	1	14,3	7	6,7	1	16,7
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	25	10,3	9	7,1	-	-	14	13,5	2	33,3
Engenharia, Produção e Construção	21	8,6	18	14,3	-	-	3	2,9	-	-
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	20	8,2	13	10,3	1	14,3	6	5,8	-	-

Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	16	6,6	6	4,8	-	-	10	9,6	-	-
Artes e Humanidades	13	5,3	1	0,8	3	42,9	9	8,7	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Quanto ao tempo de atuação no cargo atual dos atores representantes das IES (Coordenadores e Docentes), explicitado na Tabela AA7, 56,5% dos coordenadores e 70,2% dos docentes têm 10 anos ou mais no cargo atual. Mais de 1/3 dos atores têm entre 2 e 9 anos de atuação.

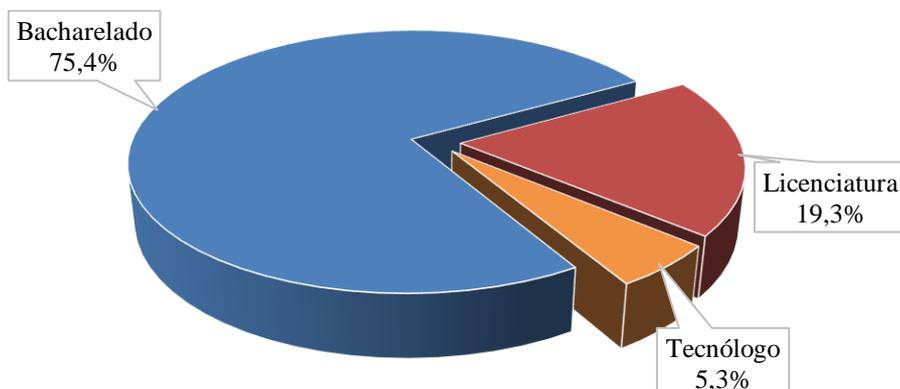
TABELA AA7 – Tempo de Atuação no Cargo Atual, por Atores representantes das IES em Goiás. Ano, 2023.

Tempo de atuação	Total	%	Atores representantes das IES			
			Coordenador		Docente	
			Total	%	Total	%
Total	117	100,0	23	100,0	94	100,0
Até 1 ano	2	1,7	-	-	2	2,1
Entre 2 e 4 anos	12	10,3	-	-	12	12,8
Entre 5 e 9 anos	24	20,5	10	43,5	14	14,9
10 anos ou mais	79	67,5	13	56,5	66	70,2

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os dados apresentados no Gráfico AA1 revelam que 75,4% dos discentes que responderam à pesquisa cursam o Bacharelado, contra 19,3% da Licenciatura e, 5,3% dos Tecnólogos.

**GRÁFICO AA1– Modalidade de Ensino dos Discentes da Educação Superior em Goiás.
Ano, 2023.**



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os dados apresentados na Tabela AA8 revelam a motivação dos discentes alunos para a escolha do curso, sendo destacado, em sua maioria: estudar o que gosta e crescimento pessoal, seguido de: maior chance de empregabilidade, vocação, ampliar a visão de mundo e expectativa financeira.

**TABELA AA8 – Motivações dos Discentes, por Escolha do Curso de Graduação em Goiás.
Ano, 2023.**

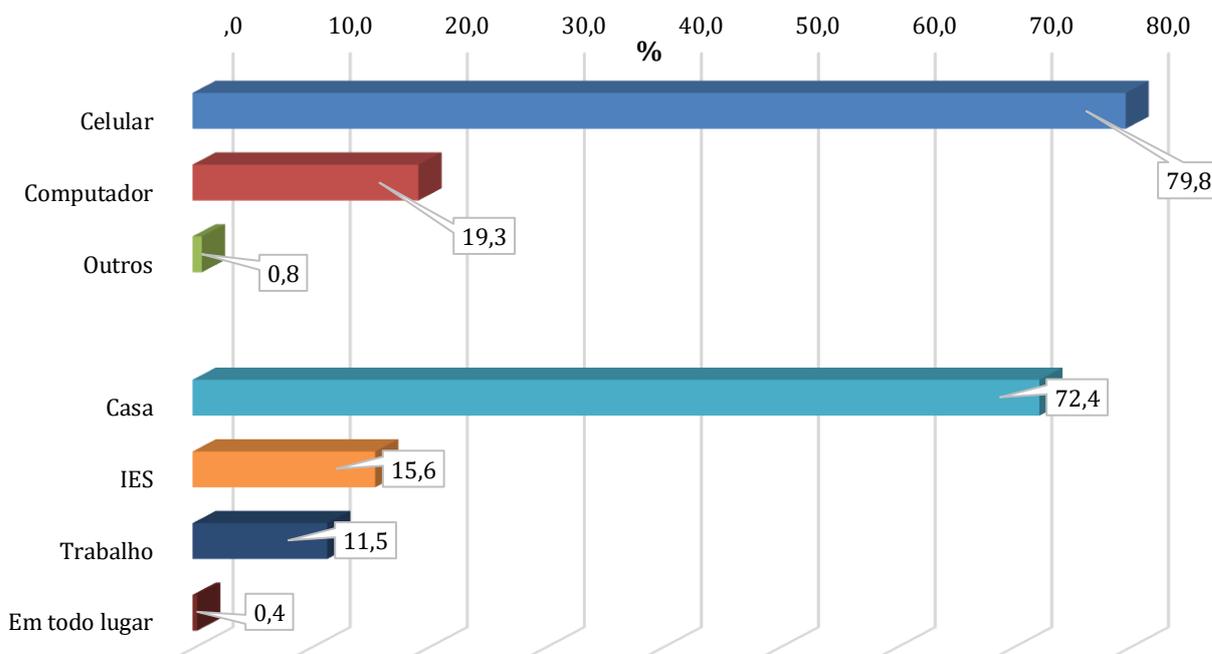
Motivações dos discentes	Total	%
Estudar o que você gosta	138	56,8
Crescimento pessoal	125	51,4
Maior chance de empregabilidade	101	41,6
Vocação	94	38,7
Ampliar a visão de mundo	91	37,4
Expectativa financeira	85	35,0
Aleatório	1	0,4
Apoio a minha filha que é TEA	1	0,4
Carreira de delegado de polícia	1	0,4
Contribuição com o desenvolvimento da sociedade	1	0,4
Índice de alto crescimento e procura no mercado	1	0,4
Me preparando para ser um legislador	1	0,4

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Observa-se pelo Gráfico AA2 que os discentes, em sua maioria, utilizam-se de celular para acessarem à internet (79,8%), seguido pelo Computador, com 19,3% e, no que concerne

ao local de acesso, a maioria o faz em Casa (72,4%), seguido pela IES (15,6%) e, no Trabalho (11,5%).

GRÁFICO AA2 – Dispositivo e Local que os Discentes do Ensino Superior Mais Acessam a Internet em Goiás. Ano, 2023.



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Verifica-se pelas informações da Tabela AA9 que, quanto à proficiência em outros idiomas, o inglês e espanhol se destacam como sendo as línguas mais frequentes entre os alunos.

TABELA AA9 – Nível de Proficiência dos Discentes em outras Línguas / Idiomas além da Portuguesa, por tipo de Idioma em Goiás. Ano, 2023.

Nível de proficiência em outros idiomas (além da Língua Portuguesa)	Idiomas							
	Inglês		Espanhol		Francês		Outros	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0	243	100,0	243	100,0	243	100,0
Nenhum	74	30,5	96	39,5	217	89,3	237	97,5

Nível de proficiência em outros idiomas (além da Língua Portuguesa)	Idiomas							
	Inglês		Espanhol		Francês		Outros	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Básico	89	36,6	117	48,1	22	9,1	5	2,1
Intermediário	56	23,0	24	9,9	3	1,2	1	0,4
Fluente	24	9,9	6	2,5	1	0,4	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: Os outros idiomas declarados pelo discentes são: Italiano (n=2); Libras (n=2); Alemão (n=1) e; Esperanto (n=1).

Os colaboradores do setor produtivo em Goiás participantes da pesquisa são, em sua maioria, funcionários ou operários (52,0%) em médias ou grandes empresas do setor de serviços (Tabela AA10).

TABELA AA10 - Perfil dos Colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Perfil do Colaborador do setor produtivo	Total	%
Função/cargo que ocupa na empresa	25	100,0
Estratégico (presidentes e diretores)	5	20,0
Tático (gerentes)	2	8,0
Operacional 1 (supervisores)	4	16,0
Operacional 2 (funcionários e operários)	13	52,0
Promotor	1	4,0
Porte da empresa em que atua?	25	100,0
Microempresa	5	20,0
Pequena empresa	3	12,0
Média empresa	9	36,0
Grande empresa	8	32,0
Setor/es econômico/s da empresa	25	100,0
Serviço	18	72,0

Perfil do Colaborador do setor produtivo	Total	%
Indústria	3	12,0
Agropecuária	3	12,0
Agropecuária, Serviço	1	4,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Introduzido o perfil dos respondentes, nos itens subsequentes apresenta-se os principais aspectos do *survey*, primeiramente tendo-se como referência a categoria de respondente e, em seguida, os eixos estruturantes.

2. Análise dos resultados do *survey* por categoria de respondente

A análise seguinte toma como referência a categoria dos respondentes ao *survey*, notadamente, coordenadores de curso, docentes, discentes e representantes do setor produtivo.

2.1. Coordenadores de Curso e Docentes

Eixo 1: Gestão sustentável da Educação Superior

As Tabelas AA11 e AA12 sintetizam as motivações dos coordenadores e docentes para atuar na função atual que exercem nas IES, respectivamente, sendo que os primeiros responderam como motivações principais para atuar na função atual, poder desempenhar funções específicas nas IES e desenvolver novas ideias/propósitos para o trabalho/ensino. Já os docentes responderam como motivações principais prazer associado ao estudo, desenvolver novas ideias/propósitos para o trabalho/ensino, seguido por desenvolvimento pessoal, desenvolver projetos na IE em colaboração com colegas e progredir na carreira.

TABELA AA11 - Motivações dos Coordenadores para Atuar na Sua Função Atual em Goiás. Ano, 2023.

Motivações dos coordenadores para atuar na sua função atual	Total	%
Total	23	100,0
Desempenhar funções específicas na IES	6	26,1
Desenvolver novas ideias/propósitos para o meu trabalho/ensino	5	21,7
Progredir na carreira	4	17,4
Desenvolver projetos na IES em colaboração com colegas	3	13,0
Devido às novas exigências associadas ao meu trabalho	2	8,7
Desenvolver as minhas destrezas profissionais	1	4,3
Prazer associado ao estudo	1	4,3
Promover o meu desenvolvimento pessoal	1	4,3

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA AA12 - Motivações para atuar na sua Função Atual, por Declaração dos Docentes que atuam nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Motivações para atuar na sua função atual	Total	%
Prazer associado ao estudo	52	55,3
Desenvolver novas ideias/propósitos para o meu trabalho/ensino	40	42,6
Promover o meu desenvolvimento pessoal	35	37,2
Desenvolver projetos na IES em colaboração com colegas	34	36,2
Progredir na carreira	34	36,2
Partilhar ideias e experiências com colegas	29	30,9
Aumentar oportunidades profissionais	24	25,5
Vontade de desenvolver as minhas perspectivas pedagógicas	23	24,5
Desenvolver as minhas destrezas profissionais	20	21,3
Desempenhar funções específicas na IES	18	19,1

Construir recursos didáticos com colegas	16	17,0
Devido às novas exigências associadas ao meu trabalho	7	7,4
Aumentar a minha autoestima	1	1,1
Contribuir com o desenvolvimento da sociedade goiana e brasileira.	1	1,1
Formar outros professores	1	1,1
Pesquisa	1	1,1
Prazer em lecionar	1	1,1
Promover conhecimento contra hegemônicos para emancipação dos sujeitos	1	1,1
Questões financeiras	1	1,1
Saída do mercado profissional	1	1,1

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os aspectos relativos à coordenação de curso na Educação Superior mais frequentes (50,0% ou mais), declarados pelos coordenadores e docentes, conforme a Tabela AA13, são: o meu trabalho exige destrezas complexas; ao fazer o meu trabalho tenho informação sobre a minha eficácia ou qualidade; posso terminar uma tarefa que eu próprio(a) comecei; o meu trabalho forma um todo com sentido; os resultados do meu trabalho têm efeitos/repercussões significativos na vida e no desenvolvimento de outras pessoas; tenho uma atitude considerável em termos de tomada de decisão; O meu trabalho deve ter como preocupação o bem do outro.

TABELA AA13 - Aspectos mais frequentes na Educação Superior, por Função em IES de Goiás. Ano, 2023.

Aspectos mais frequentes na Educação Superior	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
O meu trabalho exige destrezas complexas	23	100,0	94	100,0
Nunca	-	-	1	1,1
Raramente	-	-	2	2,1
Ocasionalmente	7	30,4	15	16,0
Frequentemente	5	21,7	43	45,7

Aspectos mais frequentes na Educação Superior	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Com muita frequência	11	47,8	33	35,1
Não tenho oportunidade para tomar iniciativas ou decisões	23	100,0	94	100,0
Nunca	1	4,3	10	10,6
Raramente	10	43,5	43	45,7
Ocasionalmente	8	34,8	32	34,0
Frequentemente	4	17,4	6	6,4
Com muita frequência	-	-	3	3,2
Ao fazer o meu trabalho tenho informação sobre a minha eficácia ou qualidade	23	100,0	94	100,0
Nunca	1	4,3	2	2,1
Raramente	5	21,7	6	6,4
Ocasionalmente	5	21,7	23	24,5
Frequentemente	8	34,8	46	48,9
Com muita frequência	4	17,4	17	18,1
Posso terminar uma tarefa que eu próprio(a) comecei	23	100,0	94	100,0
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	1	1,1
Ocasionalmente	5	21,7	2	2,1
Frequentemente	8	34,8	38	40,4
Com muita frequência	10	43,5	53	56,4
De uma forma geral, o meu trabalho não tem um sentido ou importância particular/peculiar	23	100,0	94	100,0
Nunca	10	43,5	57	60,6
Raramente	6	26,1	29	30,9
Ocasionalmente	5	21,7	5	5,3
Frequentemente	2	8,7	3	3,2
Com muita frequência	-	-	-	-

Aspectos mais frequentes na Educação Superior	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Fazer o meu trabalho não me dá dados/pistas sobre como me estou a sair	23	100,0	94	100,0
Nunca	6	26,1	34	36,2
Raramente	8	34,8	26	27,7
Ocasionalmente	6	26,1	16	17,0
Frequentemente	3	13,0	11	11,7
Com muita frequência	-	-	7	7,4
O meu trabalho é, em geral, simples e repetitiva	23	100,0	94	100,0
Nunca	7	30,4	46	48,9
Raramente	8	34,8	32	34,0
Ocasionalmente	7	30,4	10	10,6
Frequentemente	-	-	4	4,3
Com muita frequência	1	4,3	2	2,1
O meu trabalho forma um todo com sentido	23	100,0	94	100,0
Nunca	0	0,0	1	1,1
Raramente	0	0,0	1	1,1
Ocasionalmente	4	17,4	6	6,4
Frequentemente	11	47,8	40	42,6
Com muita frequência	8	34,8	46	48,9
Os resultados do meu trabalho têm efeitos/repercussões significativos na vida e no desenvolvimento de outras pessoas	23	100,0	94	100,0
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	-	-
Ocasionalmente	1	4,3	4	4,3
Frequentemente	8	34,8	36	38,3
Com muita frequência	14	60,9	54	57,4
Tenho uma atitude considerável em termos de tomada de decisão	23	100,0	94	100,0

Aspectos mais frequentes na Educação Superior	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Nunca	-	-	-	-
Raramente	1	4,3	3	3,2
Ocasionalmente	7	30,4	11	11,7
Frequentemente	8	34,8	54	57,4
Com muita frequência	7	30,4	26	27,7
O meu trabalho não implica uma responsabilidade ética particular	23	100,0	94	100,0
Nunca	13	56,5	72	76,6
Raramente	3	13,0	12	12,8
Ocasionalmente	1	4,3	1	1,1
Frequentemente	1	4,3	5	5,3
Com muita frequência	5	21,7	4	4,3
O meu trabalho deve ter como preocupação o bem do outro	23	100,0	94	100,0
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	-	-
Ocasionalmente	3	13,0	2	2,1
Frequentemente	3	13,0	24	25,5
Com muita frequência	17	73,9	68	72,3
O meu trabalho não obriga a um modo de ser e estar particular	23	100,0	94	100,0
Nunca	5	21,7	35	37,2
Raramente	3	13,0	23	24,5
Ocasionalmente	8	34,8	19	20,2
Frequentemente	3	13,0	9	9,6
Com muita frequência	4	17,4	8	8,5

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As assertivas mais importantes no contexto que atuam, declarados pelos coordenadores e docentes (50,0% ou mais de concordância), conforme a Tabela AA14: Na minha IES,

partilhamos ideias e materiais; As reuniões de colegiado são importantes para o meu trabalho acadêmico; Na minha IES, discutimos sobre atividades científicas extracurriculares; Na minha IES, desenvolvem-se projeto (de natureza interdisciplinar/multidisciplinar) entre professores e alunos; Na minha IES, discutimos as nossas práticas de avaliação; Na minha IES existe um propósito comum no sentido de um desempenho de qualidade pelos colegas; Sou encorajado/a tomar decisões sobre como ensinar.

TABELA AA14 – Assertivas Importantes no Contexto que Atua, por Função Atual nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Assertivas importantes no contexto que atua	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Tenho tempo durante o dia para discutir as minhas práticas pedagógicas	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	4	17,4	9	9,6
Discordo	5	21,7	23	24,5
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7	23	24,5
Concordo	6	26,1	30	31,9
Concordo totalmente	3	13,0	9	9,6
Na minha IES os professores planificam em conjunto	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	15	16,0
Discordo	6	26,1	16	17,0
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0	22	23,4
Concordo	11	47,8	32	34,0
Concordo totalmente	2	8,7	9	9,6
Na minha IES, os professores têm tempo e condições para discutir as suas práticas pedagógicas	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	3	13,0	12	12,8
Discordo	4	17,4	20	21,3
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4	19	20,2

Assertivas importantes no contexto que atua	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Concordo	10	43,5	35	37,2
Concordo totalmente	2	8,7	8	8,5
Na minha IES, partilhamos ideias e materiais	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	5	5,3
Discordo	3	13,0	6	6,4
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0	22	23,4
Concordo	14	60,9	49	52,1
Concordo totalmente	2	8,7	12	12,8
Na minha IES, raramente discutimos assuntos profissionais	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	10	43,5	23	24,5
Discordo	9	39,1	40	42,6
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7	10	10,6
Concordo	2	8,7	13	13,8
Concordo totalmente	0	0,0	8	8,5
As reuniões de colegiado são importantes para o meu trabalho acadêmico	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	6	6,4
Discordo	2	8,7	5	5,3
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7	12	12,8
Concordo	6	26,1	38	40,4
Concordo totalmente	12	52,2	33	35,1
Na minha IES, discutimos sobre atividades científicas extracurriculares	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	2	8,7	7	7,4
Discordo	1	4,3	4	4,3
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0	12	12,8
Concordo	11	47,8	52	55,3

Assertivas importantes no contexto que atua	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Concordo totalmente	6	26,1	19	20,2
Na minha IES, desenvolvem-se projeto (de natureza interdisciplinar/multidisciplinar) entre professores e alunos	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	0	0,0	2	2,1
Discordo	1	4,3	5	5,3
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0	14	14,9
Concordo	10	43,5	46	48,9
Concordo totalmente	9	39,1	27	28,7
Na minha IES, discutimos as nossas práticas de avaliação	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	7	7,4
Discordo	3	13,0	20	21,3
Não concordo, tampouco discordo	1	4,3	20	21,3
Concordo	13	56,5	36	38,3
Concordo totalmente	5	21,7	11	11,7
Na minha IES existe um propósito comum no sentido de um desempenho de qualidade pelos colegas	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	3	13,0	6	6,4
Discordo	3	13,0	17	18,1
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7	21	22,3
Concordo	10	43,5	38	40,4
Concordo totalmente	5	21,7	12	12,8
Sou encorajado/a tomar decisões sobre como ensinar	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	6	6,4
Discordo	3	13,0	15	16,0
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4	13	13,8
Concordo	10	43,5	40	42,6
Concordo totalmente	2	8,7	20	21,3

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho declarados pelos coordenadores e docentes (50,0% ou mais de concordância), conforme a Tabela AA15: na minha IES, há oportunidades para desenvolver um trabalho acadêmico-criativo; tenho oportunidades para aumentar a minha formação; tenho oportunidade para aprender algo novo; o meu trabalho está frequentemente a mudar e preciso me atualizar constantemente; na minha IES, os professores preocupam-se com a sua formação/desenvolvimento profissional no sentido de dar resposta às mudanças na vida da instituição; a formação contínua deve levar em conta uma perspectiva de desenvolvimento da instituição; a formação contínua deve responder a necessidades a longo prazo.

TABELA AA15 – Itens de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional no Local de Trabalho, por Função Atual em Goiás. Ano, 2023.

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Na minha IES, há oportunidades para desenvolver um trabalho acadêmico-criativo	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	4	4,26
Discordo	1	4,3	4	4,26
Não concordo, tampouco discordo	6	26,1	13	13,83
Concordo	13	56,5	56	59,57
Concordo totalmente	2	8,7	17	18,09
Tenho oportunidades para aumentar a minha formação	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	2	8,7	4	4,26
Discordo	3	13,0	7	7,45
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0	12	12,77
Concordo	7	30,4	45	47,87
Concordo totalmente	8	34,8	26	27,66
Tenho oportunidade para aprender algo novo	23	100,0	94	100,0

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Discordo totalmente	1	4,3	3	3,19
Discordo	0	0,0	6	6,38
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7	7	7,45
Concordo	8	34,8	46	48,94
Concordo totalmente	9	39,1	32	34,04
O meu trabalho está frequentemente a mudar e preciso me atualizar constantemente	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	-	-	2	2,13
Discordo	1	4,3	3	3,19
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7	4	4,26
Concordo	12	52,2	50	53,19
Concordo totalmente	8	34,8	35	37,23
Na minha IES, os professores preocupam-se com a sua formação/desenvolvimento profissional no sentido de dar resposta às mudanças na vida da instituição	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	2	2,13
Discordo	3	13,0	6	6,38
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7	28	29,79
Concordo	8	34,8	38	40,43
Concordo totalmente	6	26,1	20	21,28
Não tenho oportunidades para me desenvolver profissionalmente de forma contínua	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	10	43,5	27	28,72
Discordo	7	30,4	36	38,30
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7	13	13,83
Concordo	2	8,7	13	13,83
Concordo totalmente	2	8,7	5	5,32

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Na minha IES existe uma política global em termos de desenvolvimento profissional	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	4	17,4	7	7,45
Discordo	3	13,0	12	12,77
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7	14	14,89
Concordo	6	26,1	43	45,74
Concordo totalmente	5	21,7	18	19,15
A formação contínua deve centrar-se no desenvolvimento de destrezas e de atividades centradas na sala de aula	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	-	-	7	7,45
Discordo	8	34,8	23	24,47
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4	18	19,15
Concordo	7	30,4	32	34,04
Concordo totalmente	4	17,4	14	14,89
A formação contínua deve levar em conta uma perspectiva de desenvolvimento da instituição	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	1	1,06
Discordo	1	4,3	4	4,26
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4	10	10,64
Concordo	11	47,8	56	59,57
Concordo totalmente	6	26,1	23	24,47
A formação contínua deve responder a necessidades a curto prazo	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	10	10,64
Discordo	7	30,4	18	19,15
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4	26	27,66
Concordo	6	26,1	32	34,0
Concordo totalmente	2	8,7	8	8,51

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função na IES			
	Coordenador		Professor	
	Total	%	Total	%
Sinto-me encorajado/a para participar em atividades de desenvolvimento profissional	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	2	8,7	6	6,38
Discordo	2	8,7	10	10,64
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4	19	20,21
Concordo	8	34,8	44	46,81
Concordo totalmente	4	17,4	15	15,96
A formação contínua deve responder a necessidades a longo prazo	23	100,0	94	100,0
Discordo totalmente	1	4,3	3	3,19
Discordo	-	-	2	2,13
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4	17	18,09
Concordo	9	39,1	51	54,26
Concordo totalmente	9	39,1	21	22,34

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 2 - Acesso, Permanência e Êxito

Em relação à existência de políticas e programas de acompanhamento estudantil ligadas ao tema das ações afirmativas, diversidade, equidade, 82,6% dos coordenadores e 20,2% dos docentes declaram que possuem nas suas IES de atuação.

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica: 52,2% dos coordenadores declararam ter esses programas especiais e 36,2% dos docentes declararam ter nas suas IES.

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica: 52,2% dos coordenadores declararam ter esses programas especiais e 36,2% dos docentes declararam ter nas suas IES.

Nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito nas IES, conforme a Tabela AA16: 73,9% dos coordenadores participam do processo e 8,7% comandam o processo. Entre os docentes 65,9% participam do processo e 1,1% comandam o processo.

TABELA AA16 - Políticas e Programas de Acesso, Permanência e Êxito, por Declaração dos Coordenadores e Docentes das IES em Goiás. Ano, 2023.

Políticas e programas de acesso, permanência e êxito	Coordenadores		Professores	
	Total	%	Total	%
Há programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade na IES?	23	100,0	94	100,0
Sim	19	82,6	19	20,2
Não	4	17,4	75	79,8
Há projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica?	23	100,0	94	100,0
Sim	12	52,2	34	36,2
Não	11	47,8	60	63,8
Na IES há uma política estruturada para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência?	23	100,0	94	100,0
Sim	14	60,9	35	37,2
Não	9	39,1	59	62,8
Qual o seu nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito em sua IES?	23	100,0	94	100,0
Não participo do processo	4	17,4	31	33,0
Participo ativamente	10	43,5	13	13,8
Participo periféricamente	7	30,4	49	52,1
Comando o processo	2	8,7	1	1,1

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As principais dificuldades dos alunos para cursar o ensino superior, segundo declaração dos coordenadores e docentes foram: Se manter financeiramente ao longo do curso e conciliar horários com trabalho remunerado (Tabelas AA17 e AA18).

TABELA AA17 – Dificuldade dos Alunos para cursar o Ensino Superior, por Declaração dos Coordenadores de Cursos das IES em Goiás. Ano, 2023.

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos coordenadores de cursos das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Se manter financeiramente ao longo do curso	23	100,0	21	91,3	2	8,7
Conciliar horários com trabalho remunerado	23	100,0	16	69,6	7	30,4
Manter a motivação em função do currículo do curso	23	100,0	9	39,1	14	60,9
Alto custo de oportunidade de estudar em detrimento de trabalhar	23	100,0	7	30,4	16	69,6
Falta de garantia de emprego na área/ retorno a longo prazo	23	100,0	6	26,1	17	73,9
Dificuldades oriundas de uma má formação escolar no ensino básico e médio.	23	100,0	1	4,3	22	95,7
falta de valorização de profissões que exigem alto grau de qualificação. Falta de valorização das profissões do magistério.	23	100,0	1	4,3	22	95,7
Transporte escolar.	23	100,0	1	4,3	22	95,7

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA AA18 – Dificuldade dos Alunos para cursar o Ensino Superior, por Declaração dos Docentes das IES em Goiás. Ano, 2023.

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos docentes das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Se manter financeiramente ao longo do curso	94	100,0	82	87,2	12	12,8
Conciliar horários com trabalho remunerado	94	100,0	71	75,5	23	24,5
Alto custo de oportunidade de estudar em detrimento de trabalhar	94	100,0	40	42,6	54	57,4

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos docentes das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Manter a motivação em função do currículo do curso	94	100,0	36	38,3	58	61,7
Falta de garantia de emprego na área/ retorno a longo prazo	94	100,0	26	27,7	68	72,3
Desconhecimento da IES	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Falta de transporte para a faculdade	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Imaturidade dos discentes e falta de conhecimento prévio (principalmente dificuldade de leitura e compreensão de textos e escrita).	94	100,0	1	1,1	93	98,9
imaturidade na primeira escolha do curso superior	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Transporte	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

Em relação ao incentivo à pesquisa nas IES, conforme a Tabela AA19: 69,6% declararam que a unidade dedicada à pesquisa era a Pró-Reitoria; 95,7% declararam que a IES possui programa de iniciação científica e que a curricularização da extensão já foi implementada, conforme determina a Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação; Mais de 70% declaram que desenvolvem alguma atividade de ensino e/ou pesquisa ou atividade de extensão e/ou inovação na IES.

TABELA AA19 – Formas de Incentivo à Pesquisa nas IES, por Declaração dos Coordenadores dos Cursos de Graduação em Goiás. Ano, 2023.

Formas de incentivo à pesquisa nas IES	Total	%
Que tipo de unidade dedicada à pesquisa existe na IES?	23	100,0
Pró-reitoria	16	69,6
Núcleo de Coordenação	3	13,0

Laboratórios Experimentais	2	8,7
Núcleo de pesquisa	1	4,3
Não há	1	4,3
A IES possui programa de iniciação científica?	23	100,0
Sim	22	95,7
Não	1	4,3
A curricularização da extensão já foi implantada nas IES, conforme determina a Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação?	23	100,0
Sim	22	95,7
Não	1	4,3
Desenvolve alguma atividade de ensino e/ou pesquisa sua Instituição? *1	23	100,0
Sim	18	78,3
Não	5	21,7
Desenvolve alguma atividade de extensão e/ou de inovação na sua Instituição?	23	100,0
Sim	19	82,6
Não	4	17,4
Como constrói as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	23	100,0
A partir das demandas da sociedade	10	43,5
A partir dos seus interesses de pesquisa	5	21,7
Definido pela IES no PDI	5	21,7
A partir dos interesses dos seus alunos	2	8,7
A partir de interesses de pesquisa e demandas da sociedade.	1	4,3
Como a comunidade acadêmica avalia as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	23	100,0
Sem importância	1	4,3
Razoavelmente importante	4	17,4
Importante	12	52,2
Muito importante	6	26,1

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As práticas pedagógicas mais utilizadas pelos professores, segundo os coordenadores dos cursos, são: Aula expositiva, aulas práticas, seminários e/ou estágio supervisionado (Tabela AA20).

TABELA AA20 – Práticas Pedagógicas Mais Utilizadas pelos Professores nas IES, por Declaração dos Coordenadores nos Cursos que Atuam em Goiás. Ano, 2023.

Práticas pedagógicas mais utilizadas pelos professores nas IES	Total	%	Declaração dos coordenadores nos cursos que atuam			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	23	100,0	4	17,4	19	82,6
Aula expositiva	23	100,0	18	78,3	5	21,7
Aulas práticas	23	100,0	17	73,9	6	26,1
Seminários	23	100,0	16	69,6	7	30,4
Estágio supervisionado	23	100,0	14	60,9	9	39,1
Visitas externas	23	100,0	10	43,5	13	56,5
Atividades de extensão	23	100,0	1	4,3	22	95,7
Atividades integradoras	23	100,0	1	4,3	22	95,7
Desenvolvimento de produtos educacionais	23	100,0	1	4,3	22	95,7
Práticas como componentes curriculares	23	100,0	1	4,3	22	95,7

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Em relação às formas de incorporação ou ampliação das atividades de extensão nos cursos que atuam, mais de 65,0% dos coordenadores declaram como práticas possíveis a ampliação do número de projetos institucionais de extensão e aproximação com as demandas de comunidades locais (Tabela AA21).

TABELA AA21 – Formas de Ampliação das Atividades de Extensão nas IES, por Declaração dos Coordenadores nos Cursos que Atuam em Goiás. Ano, 2023.

Formas de ampliação das atividades de extensão nas IES	Total	%	Declaração dos coordenadores nos cursos que atuam			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Ampliação do número de projetos institucionais de extensão	23	100,0	15	65,2	8	34,8
Aproximação com as demandas de comunidades locais	23	100,0	16	69,6	7	30,4
Aumentar o número de bolsas de extensão para alunos. Valorizar mais o professor com carga horária maior para a extensão. Fornecer fomentos para as atividades de extensão.	23	100,0	1	4,3	22	95,7
Aumentar o número de docentes	23	100,0	1	4,3	22	95,7

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A Tabela AA22 apresenta a atuação dos docentes nas atividades de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão nas IES que atuam. 77,7% dos docentes declaram que desenvolvem alguma atividade de ensino e/ou pesquisa na sua instituição, enquanto 52,1%, que desenvolvem atividades de extensão e/ou inovação. Em sua maioria essas atividades são desenvolvidas a partir de demandas da sociedade ou dos seus interesses de pesquisa.

TABELA AA22 – Participação dos Docentes nas Atividades de Incentivo ao Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES que Atuam em Goiás. Ano, 2023.

Atividades de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão nas IES	Total	%
Desenvolve alguma atividade de ensino e/ou pesquisa sua Instituição?	94	100,0
Sim	73	77,7
Não	21	22,3
Desenvolve alguma atividade de extensão e/ou de inovação na sua Instituição?	94	100,0
Sim	49	52,1

Não	45	47,9
Como constrói as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	94	100,0
Não desenvolvo	3	3,2
A partir das demandas da sociedade	32	34,0
A partir dos seus interesses de pesquisa	25	26,6
Previsto no PDI da IES	16	17,0
A partir dos interesses dos seus alunos	15	16,0
A partir dos meus interesses e dos alunos	1	1,1
Interesses da comunidade acadêmica de forma geral	1	1,1
Tendência de pesquisa nacional	1	1,1
Como a comunidade acadêmica avalia as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	94	100,0
Sem importância	1	1,1
Pouco importante	7	7,4
Razoavelmente importante	15	16,0
Importante	34	36,2
Muito importante	37	39,4
Considera que a sua IES estimula a adoção de novas metodologias de ensino?	94	100,0
Sim	62	66,0
Não	32	34,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As Tabelas AA23, AA24, AA25, AA26 e AA27 apresentam questões relacionadas à valorização, desafios pedagógicos, atividades de extensão, metodologias de ensino adotadas em sala de aula e uso de metodologias para estimular o discente na construção do conhecimento, declarados pelos docentes das IES.

Mais de 70,0% dos docentes declaram como medidas para aumentar a valorização dos docentes a melhoria no plano de carreira e aumento salarial (Tabela AA23).

TABELA AA23 – Medidas para Aumentar a Valorização dos Professores das IES, por Opinião Declarada pelos Docentes em Goiás. Ano, 2023.

Medidas para aumentar a valorização dos professores das IES	Total	%	Opinião declarada pelos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Melhoria no plano de carreira	94	100,0	69	73,4	25	26,6
Aumento salarial	94	100,0	66	70,2	28	29,8
Ampliação das bolsas de formação continuada	94	100,0	44	46,8	50	53,2
Ampliação das bolsas de pesquisa	94	100,0	41	43,6	53	56,4
Redução de carga horária administrativa	94	100,0	35	37,2	59	62,8
Aumento de pessoal técnico administrativo.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Melhores condições de infraestrutura para a execução das atividades.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Não tratar os docentes como responsáveis pelos problemas oriundos das políticas públicas adotadas para reduzir investimentos e transformar o ensino superior em mera máquina de mercadorias	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Política nacional de valorização do professor junto à comunidade em que está inserido	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os principais desafios pedagógicos (60,0% ou mais) enfrentados pelos docentes em sala de aula foram: Engajamento e participação dos alunos e desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto dos alunos (Tabela AA24).

TABELA AA24 – Principais Desafios Pedagógicos dos Docentes, por Uso das Práticas em Sala de Aula das IES em Goiás. Ano, 2023.

Principais desafios pedagógicos dos docentes	Total	%	práticas usadas em sala de aula			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%

Estimular o engajamento e participação dos alunos	94	100,0	72	76,6	22	23,4
Desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto dos alunos	94	100,0	60	63,8	34	36,2
Processo de avaliação dos discentes	94	100,0	31	33,0	63	67,0
Incorporar tecnologias de ensino remoto em cursos presenciais (ensino híbrido)	94	100,0	27	28,7	67	71,3
Burocratização dos sistemas de controle da aprendizagem e desenvolvimento de conteúdo	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Incorporar habilidades para incentivar a prática de leitura dos alunos.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Relações de aprendizagem que não desencadeiam adoecimentos emocionais.	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Com relação às atividades de extensão dos docentes nas disciplinas que lecionam, quase 80,0% declaram como alternativa possível para a ampliação das atividades a aproximação com as demandas de comunidades locais (Tabela AA25).

TABELA AA25 – Formas de Incorporar ou Ampliar as Atividades de Extensão dos Docentes, por Prática nas Disciplinas que Lecionam nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Formas de incorporar ou ampliar as atividades de extensão dos docentes	Total	%	Prática nas disciplinas			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Aproximação com as demandas de comunidades locais	94	100,0	75	79,8	19	20,2
Ampliação do número de projetos institucionais de extensão	94	100,0	36	38,3	58	61,7
Criar ou fortalecer empresas juniores	94	100,0	24	25,5	70	74,5
Adequando os projetos e a necessidade da prática extensionista ao perfil das/os estudantes (trabalhadoras/res) à realidade de cursos noturnos.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Atividades de extensão tem seu espaço próprio e não devem ser tratadas como disciplinas ou inseridas nelas.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Fortalecer as incubadoras de empresas com participação dos alunos	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Valorização da extensão com bolsa extensionistas para docente e discentes.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
--	----	-------	---	-----	----	------

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula, declaradas pelos docentes, foram: Aulas expositivas (93,6%), aulas práticas (71,3%) e seminários (66,0%) (Tabela AA26).

TABELA AA26 – Principais Metodologias de Ensino Adotadas Em Sala de Aula, por Declaração de Uso dos Docentes nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Aula expositiva	94	100,0	88	93,6	6	6,4
Aulas práticas	94	100,0	67	71,3	27	28,7
Seminários	94	100,0	62	66,0	32	34,0
Visitas externas	94	100,0	35	37,2	59	62,8
Estágio supervisionado	94	100,0	19	20,2	75	79,8
Sala de aula invertida	94	100,0	2	2,1	92	97,9
Atividades coletivas e auto conduzidas	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Atividades de extensão	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Aula de Investigação	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Debates em grupo/turma	94	100,0	1	1,1	93	98,9
<i>Design Thinking</i>	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Dinâmicas em grupo	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Estudo de caso	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Estudo Dirigido	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Estudos e escrita	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Filmes	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Mapa mental	94	100,0	1	1,1	93	98,9
PBL	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Projetos	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Resolução de problemas	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Vídeos	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Vivências práticas com os acadêmicos	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A maior parte, 85,1% dos docentes utilizam metodologias ativas para estimular o discente na construção do conhecimento. As principais metodologias adotadas são: Elaboração de projetos (62,8%), sala de aula invertida (52,1%), desafios (45,7%) e pesquisa de campo (45,7%) (Tabela AA27).

TABELA AA27 – Principais Metodologias Ativas que Estimulam a Participação dos Discente na Construção do Conhecimento, por Declaração de Uso dos Docentes dos Cursos nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Principais metodologias ativas que estimulam a participação dos discente na construção do conhecimento	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não adota	94	100,0	14	14,9	80	85,1
Elaboração de projetos	94	100,0	59	62,8	35	37,2
Sala de aula invertida	94	100,0	49	52,1	45	47,9
Desafios	94	100,0	43	45,7	51	54,3
Pesquisas de campo	94	100,0	43	45,7	51	54,3

Principais metodologias ativas que estimulam a participação dos discente na construção do conhecimento	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Gamificação	94	100,0	21	22,3	73	77,7
<i>Design thinking</i>	94	100,0	12	12,8	82	87,2
Prototipação	94	100,0	10	10,6	84	89,4
Debates entre pontos de vistas opostos para defesa de argumentos técnicos.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Dramatização de uma ação ou atividade empresarial	94	100,0	1	1,1	93	98,9
GVGO; brainstorming; podcast; problematização.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Leitura de artigos acadêmicos.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
PBL	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Rotação por estações	94	100,0	1	1,1	93	98,9
<i>Storytelling</i>	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

As principais práticas de inovação (50,0% ou mais de resposta) adotadas pelos coordenadores nos cursos que atuam são: Abordar práticas de inclusão escolar, permitir que os alunos tenham voz e participação nos processos pedagógicos e Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (Tabela AA28).

Os docentes declaram como principais práticas de inovação adotadas a Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (54,3%) e a prática de inclusão escolar (43,6%) (Quadro AA29).

Tabela AA28 – Práticas de Inovação Adotadas nos Cursos, por Declaração dos Coordenadores das IES em Goiás. Ano, 2023.

Práticas para inovação são adotadas no curso	Total	%	Declaração dos coordenadores			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	23	100,0	4	17,4	19	82,6
Abordar práticas de inclusão escolar	23	100,0	13	56,5	10	43,5
Permitir que os alunos tenham voz e participação nos processos pedagógicos	23	100,0	13	56,5	10	43,5
Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas	23	100,0	12	52,2	11	47,8
Estimular o desenvolvimento de competências socioemocionais	23	100,0	8	34,8	15	65,2
Promover a gamificação dos conteúdos	23	100,0	6	26,1	17	73,9
Uso de ferramentas de planejamento estratégico e gestão	23	100,0	6	26,1	17	73,9
Liberar tempo dos professores com tarefas administrativas	23	100,0	4	17,4	19	82,6
Utilizar técnicas de <i>design thinking</i>	23	100,0	2	8,7	21	91,3
Potencializar o aprendizado através da abordagem STEAM	23	100,0	1	4,3	22	95,7

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Tabela AA29 – Práticas de Inovação Adotadas nos Cursos, por Declaração dos Docentes das IES em Goiás. Ano, 2023.

Práticas para inovação são adotadas no curso	Total	%	Declaração dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	94	100,0	10	10,6	84	89,4
Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas	94	100,0	51	54,3	43	45,7

Práticas para inovação são adotadas no curso	Total	%	Declaração dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Práticas de inclusão escolar	94	100,0	41	43,6	53	56,4
Participação dos alunos no processo pedagógico	94	100,0	32	34,0	62	66,0
Estímulo ao desenvolvimento de competências socioemocionais	94	100,0	29	30,9	65	69,1
Uso de ferramentas de planejamento estratégico e gestão	94	100,0	19	20,2	75	79,8
Promoção da gamificação de conteúdos	94	100,0	17	18,1	77	81,9
Uso de técnicas de <i>design thinking</i>	94	100,0	10	10,6	84	89,4
Liberação do tempo dos professores com tarefas administrativas	94	100,0	8	8,5	86	91,5
Potencialização do aprendizado através da abordagem STEAM	94	100,0	4	4,3	90	95,7
Há incentivo para capacitações, contudo sem um direcionamento específico conforme indicado nos itens desta questão.	94	100,0	1	1,1	93	98,9
Monitorias	94	100,0	1	1,1	93	98,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A Tabela AA30 mostra que 82,6% dos coordenadores e 77,7% dos docentes declaram não ter registro de patentes ou outros registros relacionados à inovação gerados pelo curso em que atuam.

TABELA AA30 – Número de Patentes ou outros registros relacionados à Inovação, por Declaração dos Coordenadores e Docentes em relação aos Cursos que Atuam nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Nº de patentes ou outros registros relacionados à inovação	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%
Total	23	100,00	94	100,0

Não há registro de patentes	19	82,6	73	77,7
De 1 a 5 registros	3	13,0	16	17,0
De 6 a 10 registros	-	-	1	1,1
11 registros ou mais	1	4,3	4	4,3

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Segundo os dados da Tabela AA31, mais de 50,0% dos coordenadores tratam do tema internacionalização nos cursos que atuam, sendo que 30,4% utilizam com frequência ou com muita frequência. Entre os docentes, 56,4% declaram tratar do tema internacionalização, sendo 21,3% com ou com muita frequência.

TABELA AA31 – Frequência do Uso do Tema Internacionalização, por Declaração dos Coordenadores e Docentes em Relação aos Cursos que atuam nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Frequência do uso do tema internacionalização na IES	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%
Total	23	100,00	94	100,0
Nunca	5	21,7	11	11,7
Raramente	6	26,1	30	31,9
Ocasionalmente	5	21,7	33	35,1
Frequentemente	4	17,4	15	16,0
Com muita frequência	3	13,0	5	5,3

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Observa-se pela Tabela AA32 que mais de 90,0% dos coordenadores e docentes consideram importante o empreendedorismo, a inovação e a internacionalização para a formação profissional.

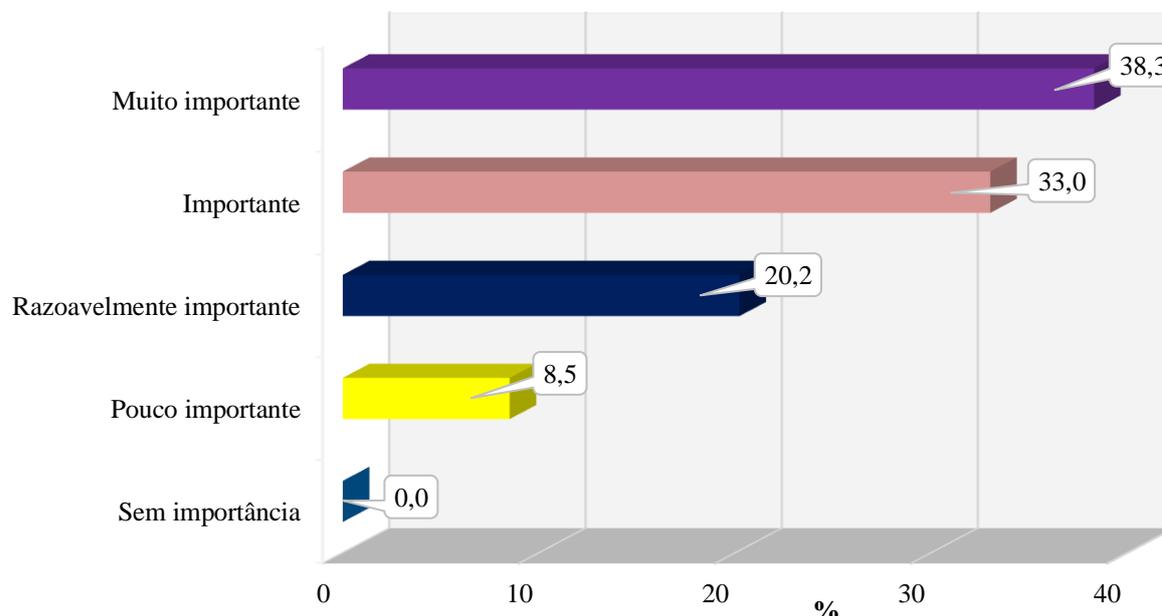
TABELA AA32 – Importância do Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização para a Formação Profissional dos Alunos, por Declaração dos Coordenadores e Docentes das IES em Goiás. Ano, 2023.

Importância do empreendedorismo, inovação e internacionalização para a formação profissional dos seus alunos	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%
Total	23	100,00	94	100,0
Sem importância	-	-	3	3,2
Pouco importante	1	4,3	3	3,2
Razoavelmente importante	5	21,7	11	11,7
Importante	10	43,5	27	28,7
Muito importante	7	30,4	50	53,2

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Para 71,3% dos docentes o tema internacionalização é importante ou muito importante para a formação dos alunos do curso que atuam (Gráfico AA3).

GRÁFICO AA3– Participação percentual do Tema Internacionalização para Formação dos Alunos/as de Seu Curso, por Declaração dos Docentes das IES em Goiás. Ano, 2023.



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

2.2. Discentes

Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

Verifica-se pela Tabela AA33 que, dos 243 discentes que responderam à pesquisa, 133 (54,7%), cursam ensino superior em instituições públicas, 104 (42,8%), em instituições particulares e 6 (2,4%), em instituições comunitárias. 40,0% dos discentes de instituições particulares custeiam seu ensino com recursos próprios, 23,1%, pelo programa PROBEM (OVG) e, 21,2% pelo PROUNI; e os demais pelo FIES, Vestibular social, Bolsa da faculdade, CAPES.

TABELA AA33 – Tipo de Financiamento que os Discentes Utilizam para Custear os Estudos, por Categoria Administrativa das IES em Goiás. Ano, 2023.

Tipo de financiamento	Total	%	Categoria administrativa					
			Pública		Particular		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0	133	100,0	104	100,0	6	100,0
Estudo em instituição pública	131	53,9	130	97,7	-	-	1	16,7
Integralmente com recursos próprios	42	17,3	-	-	42	40,4	-	-
PROBEM (OVG)	26	10,7	1	0,8	24	23,1	1	16,7
PROUNI	24	9,9	-	-	22	21,2	2	33,3
FIES	6	2,5	-	-	5	4,8	1	16,7
Vestibular Social	5	2,1	-	-	4	3,8	1	16,7
Bolsa da Faculdade	4	1,6	-	-	4	3,8	-	-
CAPES	2	0,8	-	-	2	1,9	-	-
Bolsa Social, ProBem e Fies	1	0,4	-	-	1	1,0	-	-
FAPEG	1	0,4	1	0,8	-	-	-	-
Financiamento de governos municipais	1	0,4	1	0,8	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Já a Tabela AA34, explicita que entre os discentes entrevistados, 25,9% já iniciaram algum curso superior e desistiu, sendo que, destes, 13,2% foi por questões financeiras e, 11,9% por falta de afinidade.

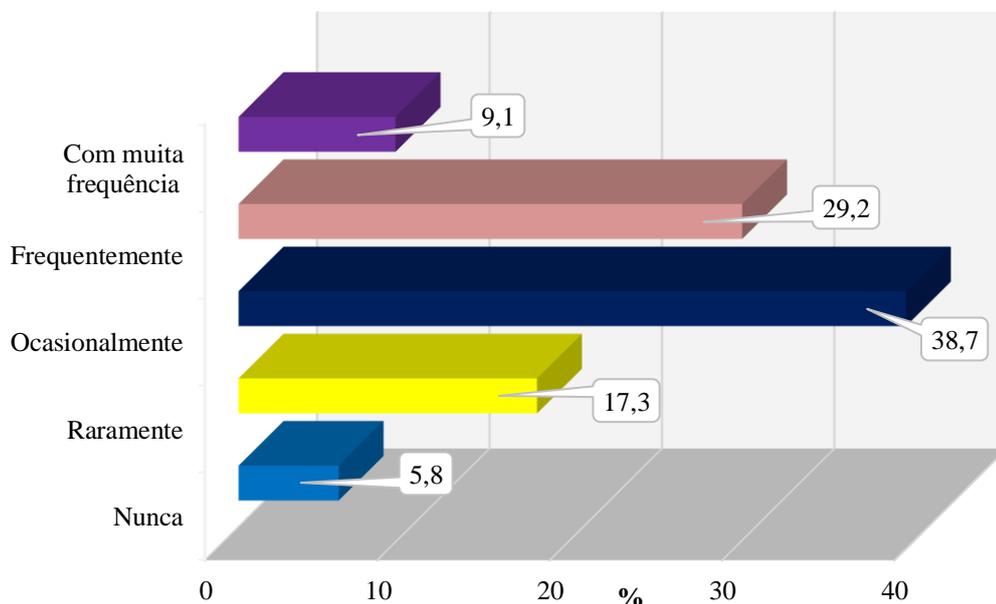
TABELA AA34 – Discentes que já iniciaram algum Curso Superior em IES de Goiás, por desistência ou não e razão da desistência. Ano 2023.

Discentes que já iniciaram algum curso superior, por desistência ou não e razão da desistência	Total	%
Total	243	100,0
Não	180	74,1
Sim. Desisti do curso por questões financeiras	32	13,2
Sim. Desisti do curso por falta da afinidade	29	11,9
Sim. Ausência de tempo	1	0,4
Sim. Ausência de turma	1	0,4

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Mais de 35,0% dos discentes declaram que a sua IES realiza ocasionalmente investimentos financeiros de forma adequada para atender as demandas internas. Por outro lado, 38,7% declaram que a IES realiza esses investimentos frequentemente ou com muita frequência (Gráfico AA4).

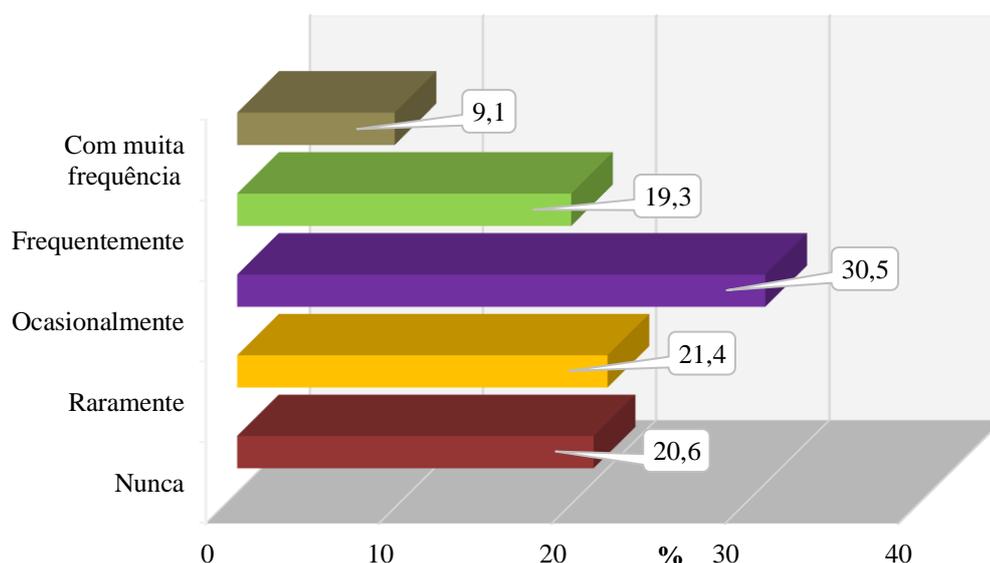
GRÁFICO AA4 – Frequência que os Discentes consideram que a sua IES realiza Investimentos Financeiros de forma adequada para atender as Demandas Internas em Goiás. Ano, 2023.



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Em relação a problemas financeiros enfrentados nas IES decorrentes dos efeitos da COVID 19, 1/3 dos entrevistados declaram que esses problemas ocorrem ocasionalmente, 19,3%, que ocorrem frequentemente e 8,2% com muita frequência (Gráfico AA5).

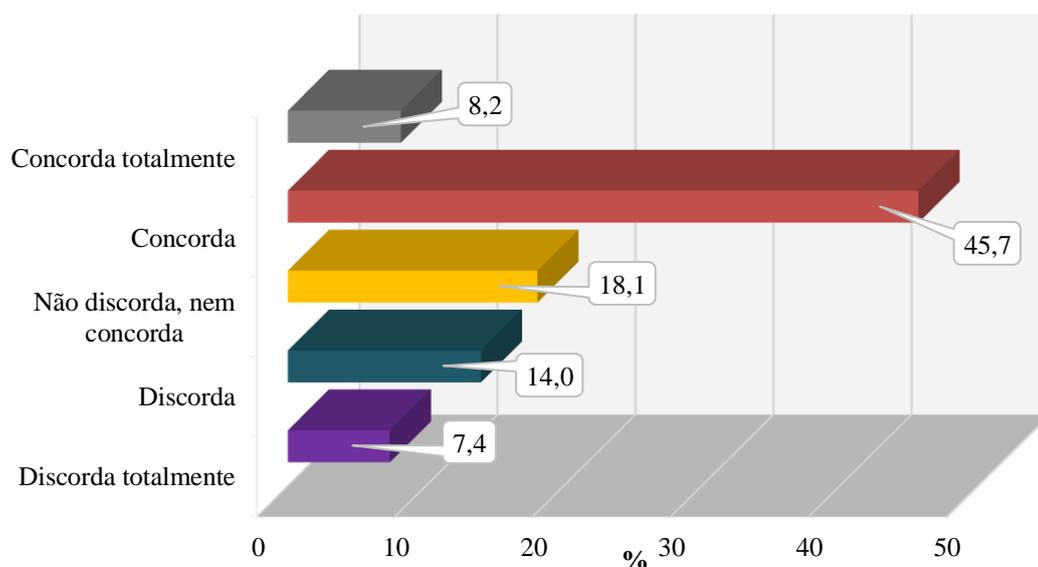
GRÁFICO AA5 – Declaração do Discentes em relação a Presença de Problemas Financeiros das IES em Decorrencia dos Efeitos da Covid-19 em Goiás. Ano, 2023.



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Mais de 60,0% dos alunos entrevistados concordam que a quantidade de alunos por turma é adequada (Gráfico AA6).

GRÁFICO AA6 – Concordância dos Discentes em relação a adequação da quantidade de alunos em sala de aula nas IES em Goiás. Ano, 2023.



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Segundo disposto na Tabela AA35, os discentes declaram que as áreas dos cursos que mais carecem da oferta adequada de laboratórios, equipamentos de informática e livros pela IES são (Mais de 1/3 dos discentes responderam nunca ou raramente): Saúde e Bem-Estar, Negócios Administração e Direito e Educação. Já entre os alunos de Silvicultura, Pesca e Veterinária, mais de 30,0% declaram que a oferta desses equipamentos era frequente.

TABELA AA35 – Área em que se enquadra o curso dos Discentes, por frequência da oferta de Laboratório, Equipamentos de Informática e Livros nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Área que se enquadra o curso dos discentes	Total	%	Frequência da oferta de laboratório, equipamentos de informática e livros									
			Nunca		Raramente		Ocasionalmente		Frequentemente		Com muita frequência	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0	6	100,0	34	100,0	68	100,0	80	100,0	55	100,0
Saúde e Bem-Estar	45	18,5	1	16,7	7	20,6	18	26,5	10	12,5	9	16,4
Negócios, Administração e Direito	37	15,2	1	16,7	5	14,7	10	14,7	17	21,3	4	7,3
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	36	14,8	-	-	4	11,8	11	16,2	11	13,8	10	18,2
Educação	30	12,3	2	33,3	1	2,9	7	10,3	13	16,3	7	12,7
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	25	10,3	1	16,7	3	8,8	8	11,8	10	12,5	3	5,5
Engenharia, Produção e Construção	21	8,6	1	16,7	3	8,8	3	4,4	5	6,3	9	16,4

Área que se enquadra o curso dos discentes	Frequência da oferta de laboratório, equipamentos de informática e livros											
			Nunca		Raramente		Ocasionalmente		Frequentemente		Com muita frequência	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	20	8,2	-	-	2	5,9	6	8,8	4	5,0	8	14,5
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	16	6,6	-	-	4	11,8	1	1,5	8	10,0	3	5,5
Artes e Humanidades	13	5,3	-	-	5	14,7	4	5,9	2	2,5	2	3,6
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito

Como informa a Tabela AA36, em relação ao esforço das IES para facilitar o acesso ao curso de graduação, as ações mais declaradas pelos discentes foram: Ações afirmativas (cotas) e facilidade para custear as mensalidades. Mais de 30,0% declaram que não houve esforços significativos.

Quanto às ações para garantir a permanência dos estudantes das IES, as mais citadas são: programas de moradia estudantil (19,8%), auxílio alimentação (18,1%) e políticas de financiamento estudantil (16,0%). Porém, 31,3% dos discentes declaram não ter conhecimento sobre essas ações.

Como políticas de avaliação do êxito acadêmico as mais citadas são: empregabilidade dos alunos graduados (60,5%) e acompanhamento da taxa de evasão escolar (28,4%), sendo

que 44,9% dos alunos se declaram empregados com carteira assinada e quase 50,0% declaram autônomos ou empreendedores.

Mais de 45,0% declaram que o ensino superior melhorou seu nível de empregabilidade.

TABELA AA36 – Declaração dos Discentes sobre as Políticas e Projetos de Acesso, Permanência e Êxito das IES em Goiás. Ano, 2023.

Políticas e projetos de acesso, permanência e êxito das IES	Total	%
Percebeu algum esforço, de sua atual Instituição de Ensino, para facilitar seu acesso ao curso de graduação?	243	100,0
Ações afirmativas (cotas)	101	41,6
Não houve esforços significativas	76	31,3
Facilidades para custear as mensalidades	50	20,6
Bolsa auxílio	5	2,1
Vestibular Social	3	1,2
Estudo IES pública	2	0,8
Enem anteriores	1	0,4
Flexibilidade nos critérios de inscrição e seleção de candidatos nos cursos	1	0,4
Melhoria no ambiente on-line da Faculdade	1	0,4
Não tenho conhecimento	1	0,4
Processo Seletivo próprio para cursos superiores	1	0,4
Transferência externa	1	0,4
Em sua Instituição de Ensino há alguma política para garantir a permanência dos estudantes no Ensino Superior?	243	100,0
Não tenho conhecimento	76	31,3
Programas de moradia estudantil	48	19,8
Auxílio alimentação	44	18,1
Políticas de financiamento estudantil	39	16,0
Acolhimento socioemocional	18	7,4

Políticas e projetos de acesso, permanência e êxito das IES	Total	%
Auxílio permanência	5	2,1
Diversos auxílios	3	1,2
Auxílio alimentação, Programas de moradia estudantil	2	0,8
Acolhimento socioemocional, Auxílio alimentação, Programas de moradia estudantil	1	0,4
Auxílio alimentação e outros	1	0,4
Auxílio alimentação, Auxílio permanência	1	0,4
Auxílio alimentação, Auxílio permanência, bolsas de monitoria	1	0,4
Não	1	0,4
Políticas de financiamento estudantil, Programas de moradia estudantil e Acolhimento socioemocional	1	0,4
Possui, mas é insuficiente, poucas vagas.	1	0,4
Programa de moradia estudantil, Políticas de financiamento estudantil e bolsas estudantis.	1	0,4
Há alguma política de avaliação do êxito acadêmico (desempenho)?	243	100,0
Rendimento acadêmico (notas e aprovação)	147	3,3
Não tenho conhecimento	69	0,8
Tempo de integralização do curso	12	2,1
Acompanhamento da taxa de evasão	8	28,4
Empregabilidade dos alunos graduados	5	60,5
Diversas políticas	2	4,9
Qual seu status atual em relação ao mercado de trabalho?	243	100,0
Desempregado/a	109	3,7
Empregado/a com registro em carteira	65	44,9
Estagiário/a	55	2,1
Autônomo/a	9	26,7
Empreendedor/a	5	22,6

Políticas e projetos de acesso, permanência e êxito das IES	Total	%
Acredita que o Ensino Superior melhorou seu nível de empregabilidade?	243	100,0
Não melhorou	23	9,5
Melhorou um pouco	36	14,8
Nem piorou e nem melhorou	70	28,8
Melhorou	76	31,3
Melhorou muito	38	15,6

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

Como indica a Tabela AA37, sob a ótica do discente, no que se refere ao ensino, a pesquisa e a extensão nas IES em que estudam, é possível notar que:

- Mais de 60,0% dos discentes acreditam que as práticas de ensino adotadas o tornarão um profissional capacitado e que o curso atendeu às suas expectativas.
- Mais de 70,0% declararam que a IES que estuda realiza frequentemente atividades de pesquisa e extensão.
- Mais de 40,0% dos alunos declaram que participam das atividades de pesquisa e extensão propostas pela IES.
- Um total de 74,5% dos alunos declara que a IES realiza estágio probatório como estratégia de aproximação da realidade do mercado de trabalho.
- A utilização de metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações pelas IES foi declarado por mais de 45,0% dos discentes que responderam à pesquisa.
- Mais de 50,0% dos alunos declaram que as disciplinas ministradas à distância nunca ou raramente favorecem o aprendizado e nas IES que estudam mais de 45,0% responderam que essa modalidade de ensino não é frequente.

TABELA AA37 – Declaração dos Discentes sobre sua Percepção do Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES que estudam em Goiás. Ano, 2023.

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Total	%
Acredita que as práticas de ensino adotadas em seu curso o tornarão um profissional capacitado?	243	100,0
Não acredito	8	3,3
Acredito parcialmente	56	23,0
Não acredito, tampouco desacredito	20	8,2
Acredito	106	43,6
Acredito totalmente	53	21,8
Em relação as suas expectativas, seu curso:	243	100,0
Não atendeu	12	4,9
Atendeu parcialmente	48	19,8
Não atendeu, tampouco desatendeu	20	8,2
Atendeu	126	51,9
Atendeu totalmente	37	15,2
Com que frequência sua Instituição de Ensino realiza atividades de pesquisa e extensão?	243	100,0
Nunca	3	1,2
Raramente	12	4,9
Ocasionalmente	47	19,3
Frequentemente	103	42,4
Com muita frequência	78	32,1
Participa das atividades de pesquisa e extensão propostas pela Instituição de Ensino?	243	100,0
Nunca	34	14,0
Raramente	43	17,7
Ocasionalmente	65	26,7

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Total	%
Frequentemente	62	25,5
Com muita frequência	39	16,0
A sua Instituição de Ensino adota alguma estratégia para aproximá-lo da realidade do mercado de trabalho?	243	100,0
Não há estratégias	30	12,3
Não sei informar	3	1,2
Realização de estágio obrigatório	181	74,5
Convênios com empresas	21	8,6
Divulgação de vagas	2	0,8
Estágio não obrigatório	1	0,4
Feira de estágios	1	0,4
Internato	1	0,4
Parceria com governos para programas como PIBID e Residência Pedagógica.	1	0,4
Projetos	1	0,4
Residência pedagógica	1	0,4
Em seu curso de graduação são utilizadas metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações?	243	100,0
Nunca	7	2,9
Raramente	40	16,5
Ocasionalmente	82	33,7
Frequentemente	81	33,3
Com muita frequência	33	13,6
A Educação a Distância (EaD) está presente em seu curso de graduação?	243	100,0
Nunca	55	22,6
Raramente	56	23,0
Ocasionalmente	65	26,7

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Total	%
Frequentemente	45	18,5
Com muita frequência	22	9,1
Acredita que as disciplinas ministradas na modalidade de Educação a Distância (EaD) favorecem seu aprendizado?	243	100,0
Nunca	63	25,9
Raramente	74	30,5
Ocasionalmente	45	18,5
Frequentemente	37	15,2
Com muita frequência	24	9,9

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

Em relação à percepção dos alunos acerca das ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização das IES (Tabela AA38), observa-se que:

- Quanto às IES que possuem algum ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas etc. Mais de 50,0% dos discentes declaram que não têm conhecimento e 42,4% declaram que possui, mas não tem envolvimento.
- Em relação às IES que possuem alguma parceria com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e inovação: 58,8% dos alunos declaram que não têm conhecimento e 35,8% declaram que possuem, mas não têm envolvimento.
- Sobre esforços da Instituição de Ensino para se aproximar do setor produtivo local (empresas): Quase 70,0% dos estudantes declaram nunca, raramente ou ocasionalmente.
- Sobre a IES que possui projeto ou parceria internacional, 46,1% dos estudantes não têm conhecimento e 50% declaram que possui, mas não tem envolvimento.

TABELA AA38 – Declaração dos Discentes sobre a percepção e o conhecimento de ações de Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização das IES que estudam em Goiás. Ano, 2023.

Percepção e conhecimento de ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização nas IES	Total	%
Em seu curso há disciplinas ou atividades acadêmicas que discutam as questões referentes ao empreendedorismo e a inovação?	243	100,0
Nunca	42	17,3%
Raramente	56	23,0%
Ocasionalmente	60	24,7%
Frequentemente	56	23,0%
Com muita frequência	29	11,9%
Sua Instituição de Ensino possui algum ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas etc.?	243	100,0
Não possui	2	0,8
Não tenho conhecimento	126	51,9
Possui e faço parte das atividades	12	4,9
Possui, mas não tenho envolvimento	103	42,4
Sua Instituição de Ensino possui alguma parceria com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e inovação?	243	100,0
Não possui	1	0,4
Não tenho conhecimento	143	58,8
Possui e faço parte das atividades	12	4,9
Possui, mas não tenho envolvimento	87	35,8
Tem percebido esforços de sua Instituição de Ensino para se aproximar do setor produtivo local (empresas)?	243	100,0
Nunca	31	12,8
Raramente	47	19,3
Ocasionalmente	91	37,4

Percepção e conhecimento de ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização nas IES	Total	%
Frequentemente	49	20,2
Com muita frequência	25	10,3
Sua Instituição de Ensino possui algum projeto ou parceria internacional?	243	100,0
Não	1	0,4
Não tenho conhecimento	112	46,1
Possui e faço parte das atividades	8	3,3
Possui, mas não tenho envolvimento	122	50,2

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

2.3. Colaboradores do setor produtivo

Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

Quanto à contribuição dos colaboradores do setor produtivo na gestão da Educação Superior (Tabela AA39):

- Do total, 48,0% das empresas não desenvolvem nenhuma ação que colabore com o fortalecimento e gestão das IES locais.
- Quanto às vagas de estágio, 40,0% oferecem.
- A maior parte, 64,0%, não contribuem ou nunca contribuíram para o financiamento das IES, centros de pesquisa e ambientes de inovação.
- Quanto ao conhecimento da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), 44% desconhecem tais leis.
- A maior parte dos colaboradores (68,0%), acredita que a aproximação com as IES locais pode contribuir para a expansão de seu negócio.

TABELA AA39 – Contribuições dos colaboradores do Setor Produtivo para a Gestão Sustentável da Educação Superior nas IES locais em Goiás. Ano, 2023.

Contribuições dos colaboradores do setor produtivo para a gestão sustentável da Educação Superior	Total	%
A empresa desenvolve alguma ação que colabora com o fortalecimento e gestão das Instituições de Ensino Superior locais?	25	100,0
Financiamos pontualmente algumas ações acadêmicas	2	8,0
Financiamos projetos de pesquisa	1	4,0
Não desenvolvemos nenhuma ação	12	48,0
Ofertamos vagas de estágio	10	40,0
A empresa contribui ou já contribuiu para o financiamento de Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa e Ambientes de Inovação?	25	100,0
Não	16	64,0
Sim	9	36,0
A empresa tem conhecimento das vantagens relacionadas à Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991)?	25	100,0
Desconhece a existência de ambas as leis	11	44,0
Tem conhecimento e desfruta das vantagens	6	24,0
Tem conhecimento, porém não desfruta das vantagens	8	32,0
Acredita que a aproximação com as Instituições de Ensino Superior locais possa ser uma estratégia relevante para expansão ou consolidação de seu negócio?	25	100,0
Nunca	2	8,0
Raramente	-	-
Ocasionalmente	6	24,0
Frequentemente	9	36,0
Com muita frequência	8	32,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito

Quanto às ações e políticas das empresas para facilitar o acesso dos colaboradores às IES (Tabela AA40), 52,0% das empresas não oferecem nenhum incentivo, 44,0% oferecem bolsas de estudo.

Quanto a garantir a permanência do colaborador na IES, 48,0% das empresas oferecem a flexibilização do horário de trabalho.

Em 72,0% das empresas não há política de avaliação do desempenho dos colaboradores que cursam ensino superior.

TABELA AA40 – Ações e Políticas das Empresas para facilitar o Acesso, Permanência e Êxito dos colaboradores do Setor Produtivo nas IES em Goiás. Ano, 2023.

Ações e políticas das empresas para facilitar o acesso, permanência e êxito dos colaboradores do setor produtivo nas IES	Total	%
A empresa desenvolve programas de incentivo para os colaboradores acessarem o Ensino Superior?	25	100,0
Não oferecemos nenhum incentivo	13	52,0
Ofertamos bolsas de estudo	11	44,0
Estágio remunerado para auxiliar o estudante nos custos	1	4,0
Há alguma política para garantir a permanência do colaborador no Ensino Superior?	25	100,0
Apenas bolsas de estudos	6	24,0
Flexibilização do horário de trabalho	12	48,0
Não há incentivos	7	28,0
Há alguma política de avaliação do êxito (desempenho) dos colaboradores que cursam o Ensino Superior?	25	100,0
Não há incentivos	18	72,0
Acompanhamento de notas	7	28,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, pesquisa e extensão

Observa-se pela Tabela AA41, que 48,0% dos colaboradores do setor produtivo que responderam à pesquisa declaram que as demandas da sua empresa ou segmento empresarial são retratadas nas atividades acadêmicas das IES com frequência ou com muita frequência. No entanto, 48,0% nunca apresentou às IES locais problemas específicos para serem abordados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

E, 44,0% dos colaboradores acreditam que as IES são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem de suas atividades com frequência ou com muita frequência.

TABELA AA41 – Incentivo ao Ensino, Pesquisa e Extensão dos colaboradores do Setor Produtivo com as IES em Goiás. Ano, 2023.

Incentivo ao ensino, pesquisa e extensão dos colaboradores do setor produtivo com as IES	Total	%
Considera que as demandas de sua empresa e de seu segmento empresarial são retratadas nas atividades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior?	25	100,0
Nunca	2	8,0
Raramente	2	8,0
Ocasionalmente	9	36,0
Frequentemente	8	32,0
Com muita frequência	4	16,0
Em algum momento a empresa já apresentou às Instituições de Ensino Superior locais problemas específicos para serem abordados em atividades de ensino, pesquisa e extensão?	25	100,0
Nunca	12	48,0
Raramente	5	20,0
Ocasionalmente	7	28,0
Frequentemente	1	4,0
Com muita frequência	-	-

Acredita que as Instituições de Ensino Superior são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	25	100,0
Nunca	2	8,0
Raramente	5	20,0
Ocasionalmente	7	28,0
Frequentemente	8	32,0
Com muita frequência	3	12,0
Como avalia as estratégias de formação acadêmica adotadas pelas Instituições de Ensino Superior locais em relação às necessidades do setor produtivo de Goiás?	25	100,0
Nunca	1	4,0
Raramente	6	24,0
Ocasionalmente	11	44,0
Frequentemente	6	24,0
Com muita frequência	1	4,0
Acredita que as formações acadêmicas priorizadas por sua empresa ou segmento empresarial se assemelham as áreas com maior oferta de cursos em Goiás?	25	100,0
Nunca	1	4,0
Raramente	8	32,0
Ocasionalmente	6	24,0
Frequentemente	6	24,0
Com muita frequência	4	16,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As principais formações acadêmicas prioritárias para o desenvolvimento das empresas, segundo declaração dos colaboradores foram: Administração e Direito (60,0%) e Negócios (60,0%) (Tabela AA 42).

TABELA AA42 – Formações Acadêmicas prioritárias a médio e longo Prazo para o Negócio da Empresa, por declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Formações acadêmicas prioritárias a médio e longo prazo para o negócio da empresa	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Administração e Direito	25	100,0	15	60,0	10	40,0
Negócios	25	100,0	15	60,0	10	40,0
Ciências Sociais	25	100,0	14	56,0	11	44,0
Comunicação e Informação	25	100,0	14	56,0	11	44,0
Computação	25	100,0	13	52,0	12	48,0
Tecnologia da Informação e Comunicação	25	100,0	13	52,0	12	48,0
Serviços	25	100,0	10	40,0	15	60,0
Ciências Naturais	25	100,0	8	32,0	17	68,0
Matemática e Estatística	25	100,0	8	32,0	17	68,0
Educação	25	100,0	7	28,0	18	72,0
Engenharia	25	100,0	7	28,0	18	72,0
Produção e Construção	25	100,0	7	28,0	18	72,0
Programas Básicos	25	100,0	6	24,0	19	76,0
Saúde e Bem-Estar	25	100,0	6	24,0	19	76,0
Agricultura	25	100,0	4	16,0	21	84,0
Pesca Veterinária	25	100,0	4	16,0	21	84,0
Silvicultura	25	100,0	4	16,0	21	84,0
Artes e Humanidades	25	100,0	3	12,0	22	88,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Como habilidades decisivas para novas contratações em suas empresas, as mais declaradas pelos colaboradores foram: capacidade de comunicação (64,0%) e inteligência emocional (64,0%) (Tabela AA 43).

TABELA AA43 – Habilidades decisivas para novas contratações, por declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Habilidades decisivas para novas contratações	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Capacidade de comunicação	25	100,0	16	64,0	9	36,0
Inteligência emocional	25	100,0	16	64,0	9	36,0
Empatia	25	100,0	14	56,0	11	44,0
Liderança	25	100,0	13	52,0	12	48,0
Poder de persuasão	25	100,0	6	24,0	19	76,0
Caráter e honestidade - as demais podem ser ensinadas	25	100,0	1	4,0	24	96,0
Criatividade	25	100,0	1	4,0	24	96,0
Inovação	25	100,0	1	4,0	24	96,0
Proatividade	25	100,0	1	4,0	24	96,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As habilidades técnicas consideradas decisivas para novas contratações, declaradas pelos colaboradores são: Habilidade com tecnologias da informação e comunicação (100%) e formação acadêmica (curso de graduação) (56,0%) (Tabela AA 44).

TABELA AA44 – Habilidades técnicas decisivas para novas contratações, por declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Habilidades técnicas decisivas para novas contratações	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Habilidade com tecnologias da informação e comunicação	25	100,0	25	100,0	-	-
Formação acadêmica (curso de graduação)	25	100,0	14	56,0	11	44,0
Educação continuada (curso de pós-graduação)	25	100,0	8	32,0	17	68,0
Fluência em idiomas	25	100,0	4	16,0	21	84,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

Verifica-se pela Tabela AA45, que 60,0% dos colaboradores mantêm ou já mantiveram parcerias com IES, Centros de Pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo.

TABELA AA45 – Interesse dos colaboradores do Setor Produtivo de aproximação com as universidades, Centros de Pesquisa, Ambientes de Inovação e Empreendedorismo em Goiás. Ano, 2023.

Interesse dos colaboradores do setor produtivo de aproximação com as universidades, centros de pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo	Total	%
Total	25	100,00
Já tem/teve parceria	15	60,0
Sem interesse	1	4,0
Pouco interesse	3	12,0
Indiferente	2	8,0
Tem interesse	2	8,0
Muito interesse	2	8,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Um total de 40,0% das parcerias ocorrem por meio de programas de estágios, 24,0% contratação de serviços e 24,0% convênios e descontos para colaboradores (Tabela AA46).

TABELA AA46 – Tipo de parceria dos colaboradores do Setor Produtivo com as Universidades, Centros de Pesquisa, Ambientes de Inovação e Empreendedorismo, por declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Tipo de parceria dos colaboradores do setor produtivo com as universidades, centros de pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não tem parceria	25	100,0	10	40,0	15	60,0
Programas de estágio	25	100,0	10	40,0	15	60,0
Contratação de serviços	25	100,0	6	24,0	19	76,0
Convênios e descontos para colaboradores	25	100,0	6	24,0	19	76,0
Desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos	25	100,0	4	16,0	21	84,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Segundo dados da Tabela AA47, mais de 65,0% dos colaboradores declaram que as IES representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do empreendedorismo e inovação com frequência ou com muita frequência, e para 56,0% dos colaboradores os negócios de sua empresa dependem da atualização constante em termos de pesquisa e desenvolvimento com frequência ou com muita frequência.

TABELA AA47 – Percepção dos colaboradores do Setor Produtivo sobre aproximação com as IES e as constantes atualizações de P&D em Goiás. Ano, 2023.

Percepção dos colaboradores do setor produtivo sobre aproximação com as IES e as constantes atualizações de P&D	Total	%
Acredita que as Instituições de Ensino Superior representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do Empreendedorismo e Inovação?	25	100,0
Nunca	-	-

Raramente	3	12,0
Ocasionalmente	5	20,0
Frequentemente	7	28,0
Com muita frequência	10	40,0
O negócio da empresa depende de atualização constante em termos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)?	25	100,0
Nunca	1	4,0
Raramente	5	20,0
Ocasionalmente	5	20,0
Frequentemente	6	24,0
Com muita frequência	8	32,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Conforme os dados apresentados no Tabela AA48, 60,0% dos colaboradores declaram ter relação com os ambientes de inovação no universo do empreendedorismo e inovação, contra 40,0% que declaram que não se relacionam.

TABELA AA48 – Elementos pertencentes ao universo do Empreendedorismo e Inovação relacionados nas Empresas, por Declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Elementos pertencentes ao universo do empreendedorismo e inovação	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não se relaciona	25	100,0	10	40,0	15	60,0
Ambientes de Inovação	25	100,0	15	60,0	10	40,0
Arranjo Produtivo Local (APL)	25	100,0	4	16,0	21	84,0
Incubadoras de empresas	25	100,0	4	16,0	21	84,0
Clusters	25	100,0	2	8,0	23	92,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Como informa a Tabela AA49, em relação ao percentual de investimento em ações de inovação, 40,0% dos colaboradores declaram investir de 3,1% ou mais. 24% não investem em ações de inovação.

TABELA AA49– Percentual do faturamento anual que sua Empresa investe em Ações voltadas à Inovação, conforme declaração do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Percentual do faturamento anual que sua empresa investe em ações voltadas à inovação	Total	%
Total	25	100,00
Não há investimento	6	24,0
Até 1,0%	6	24,0
De 1,1% a 3,0%	3	12,0
De 3,1% a 6,0%	4	16,0
De 6,1% ou mais	6	24,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A Tabela AA50 revela que, entre as empresas que investiram em ações de inovação, 48,0% declaram ter investido em inovação de processo, 32,0% em inovação de produto e 28,0% em inovação do modelo de negócios.

TABELA AA50 – Tipo de Inovação Realizada Pela Empresa, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Tipo de inovação realizada pela empresa	Total	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
		Sim		Não	
		Total	%	Total	%
Inovação de processo	25	12	48,0	13	52,0
Inovação de produto	25	8	32,0	17	68,0

Tipo de inovação realizada pela empresa	Total	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
		Sim		Não	
		Total	%	Total	%
Inovação no modelo de negócios	25	7	28,0	18	72,0

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os dados da Tabela AA51 explicitam que 56,0% dos colaboradores nunca investiram em programas de cooperação internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais.

TABELA AA51 – Frequência de investimento em Programas de Cooperação internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros Organismos Internacionais, por declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Frequência de investimento em programas de cooperação internacional com Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais	Total	%
Total	25	100,00
Nunca	14	56,0
Raramente	2	8,0
Ocasionalmente	7	28,0
Frequentemente	2	8,0
Com muita frequência	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A Tabela AA52 indica que, entre as empresas que investiram ou investem, a principal motivação foi ter acesso a novas tecnologias.

TABELA AA52 – Elementos motivadores para as empresas fazerem programas de Cooperação Internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros organismos

internacionais, por declaração dos colaboradores do Setor Produtivo em Goiás. Ano, 2023.

Elementos motivadores para as empresas fazerem programas de cooperação internacional com instituições de ensino superior, centros de pesquisa ou outros organismos internacionais	Total	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
		Sim		Não	
		Total	%	Total	%
Ter acesso a novas tecnologias	25	8	32,0	17	68,0
Tornar-se conhecida no exterior	25	2	8,0	23	92,0
Tornar-se mais competitiva	25	2	8,0	23	92,0

Fonte: Elaborado pela SECTI (2023)

3. Análise dos resultados do survey por eixo estruturante.

3.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

Dos 243 discentes que responderam à pesquisa, 133 cursam ensino superior em instituições públicas, 104 em instituições particulares e 6 em instituições comunitárias. 40% dos discentes de instituições particulares custeavam seu ensino com recursos próprios, 23,1% eram custeados pelo PROBEM (OVG) e 21,2% pelo PROUNI, e os demais pelo FIES, Vestibular social, Bolsa da faculdade, CAPES.

Entre os discentes entrevistados, 25% já iniciou algum curso superior e desistiu. Destes, 13,2% desistiram por questões financeiras e 11,9% por falta de afinidade.

Mais de 35% dos discentes declararam que a sua IES realiza ocasionalmente investimentos financeiros de forma adequada para atender as demandas internas. Por outro lado, 30% declararam que a IES realiza esses investimentos frequentemente.

Em relação a problemas financeiros enfrentados nas IES decorrentes dos efeitos da COVID 19, 1/3 dos entrevistados declararam que esses problemas ocorrem ocasionalmente, 19,3% declararam que ocorrem frequentemente e 8,2% com muita frequência.

Mais de 60% dos alunos entrevistados concordam que a quantidade de alunos por turma é adequada.

Segundo declaração dos discentes, as áreas de conhecimento que mais carecem da oferta adequada de laboratórios, equipamentos de informática e livros pela IES foram: Saúde e Bem-Estar, Negócios, Administração, Direito e Educação. Já entre os alunos de Silvicultura, Pesca e Veterinária, mais de 30% declararam que a oferta desses equipamentos era frequente.

Quanto à contribuição dos representantes do setor produtivo na gestão da Educação Superior, 48% das empresas declararam não desenvolver nenhuma ação que colabore com o fortalecimento e gestão das IES locais. Por outro lado, 40% oferecem vagas de estágio. 64% não contribui ou nunca contribuiu para o financiamento das IES, Centros de Pesquisa e ambientes de inovação.

Quanto ao conhecimento da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), 44% das empresas respondentes desconhecem tal Marco Legal. Esse fato aponta uma oportunidade para que as Instituições de Ensino Superior de Goiás, e demais Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) atuem na promoção de ações educativas abrangendo o tema do financiamento do desenvolvimento de aplicações tecnológicas.

Tais leis figuram entre outros fomentos existentes para facilitar o desenvolvimento de inovações nas empresas, representando importantes ferramentas de subsídio ou diferimento fiscal, e tornando financeiramente mais viável a formatação de arranjos para a inovação na indústria.

De fato, desde a criação da Lei de Inovação e a partir de seus desdobramentos culminando no Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016), diversos mecanismos foram criados e refinados para facilitar o aumento de trocas entre setor privado e universidades.

Reforçando esse ponto, 68% dos colaboradores acreditam que a aproximação com as IES locais pode contribuir para a expansão de seu negócio.

3.2. Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito

O *survey* procurou identificar a perspectiva do público-alvo quanto à existência de políticas de acesso e permanência nas IES goianas, bem como acerca de ações afirmativas que facilitem a inclusão social e de grupos minoritarizados.

Quanto à existência de políticas e programas de acompanhamento estudantil ligadas ao tema das ações afirmativas, diversidade, equidade, 82,6% dos coordenadores e 20,2% dos docentes respondentes declararam possuir essas ações nas suas IES de atuação.

Essa diferença entre as percepções de docentes e coordenadores pode se dar em função da maior proximidade dos coordenadores de curso com as políticas institucionais das IES, ou simplesmente porque não necessariamente o conjunto de coordenadores e docentes respondentes correspondem às mesmas IES e cursos. Tal discrepância de entendimento é observada também nas questões acerca de:

- Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica, com respostas afirmativas de 52,2% dos coordenadores contra 36,2% dos docentes.
- Existência de política estruturada para acessibilidade e mobilidade de estudantes com deficiência, com respostas afirmativas por parte dos coordenadores (60,9%) e dos docentes (37,2%).

Quanto ao nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito nas IES, o resultado obtido junto a coordenadores e docentes respondentes foi similar: 73,9% dos coordenadores participam do processo e 8,7% comandam o processo, enquanto entre os docentes, 65,9% participam do processo e 1,1% comandam o processo.

Do ponto de vista dos discentes respondentes, em relação ao esforço das IES para facilitar o acesso ao curso de graduação, as ações mais declaradas foram: Ações afirmativas (cotas), com 41,6%, e a promoção de facilidades para custear as mensalidades, com 20,6%. Todavia, mais de 30% dos discentes declararam que não houve esforços significativos.

Quanto às ações para garantir a permanência dos estudantes das IES, as mais citadas foram: programas de moradia estudantil (19,8%), auxílio alimentação (18,1%) e políticas de financiamento estudantil (16%). Ainda assim, 31,3% dos discentes declararam não ter conhecimento sobre essas ações.

Em ambos os casos, pode-se supor que os respondentes que ignoram as ações afirmativas promovidas ou os programas de apoio à permanência dos estudantes sejam aqueles que não dependam desse tipo de suporte para ingressar no Ensino Superior.

Como políticas de avaliação do êxito acadêmico as mais citadas foram: empregabilidade dos alunos graduados (60,5%) e acompanhamento da taxa de evasão escolar (28,4%).

Cabe ressaltar que 44,9% dos alunos se declararam empregados com carteira assinada e quase 50% eram autônomos ou empreendedores. Além do mais, mais de 45% declararam que o ensino superior melhorou seu nível de empregabilidade.

As principais dificuldades enfrentadas por discentes para cursar o ensino superior, segundo a percepção dos coordenadores e docentes respondentes são: em primeiro lugar, se manter financeiramente ao longo do curso e, em segundo, conciliar horários do curso com trabalho remunerado.

Outro dado que serve de parâmetro sobre as questões de acesso e êxito ao nível superior de ensino tem a ver com a inclusão digital, sendo que 79,8% dos discentes de nível superior que responderam ao *survey* acessam a internet somente via telefone celular (apenas 19,3% dos entrevistados acessam via computador).

Quanto às ações e políticas das empresas goianas respondentes, para facilitar o acesso dos seus colaboradores às IES, 52% das empresas não oferecem nenhum incentivo e 44% delas oferecem bolsas de estudo.

Quanto a garantir a permanência do colaborador na IES, 48% das empresas afirmaram flexibilizar o horário de trabalho. Essa prática é extremamente relevante, tanto do ponto de vista do desenvolvimento pessoal dos alunos colaboradores, mas também enquanto prática corporativa ainda pouco presente nas empresas brasileiras. 28% dos respondentes afirmaram não haver incentivos e 24% afirmaram conceder bolsas de estudo.

Num novo levantamento, caberá entender se a expectativa de progressão de salário ou cargos está presente nas empresas goianas, como fator que motive os colaboradores a cursarem o Ensino Superior e, mais ainda, se existem políticas de retenção de pessoas mais qualificadas. Além do mais, importa caracterizar as empresas que adotam políticas de incentivo ao aprimoramento dos colaboradores incentivar, considerando seu setor de atuação e escolaridade geral dos colaboradores.

Em 72% das empresas não há política de avaliação do desempenho dos colaboradores que cursam ensino superior, e em 28% das empresas respondentes, é feito acompanhamento das notas (provavelmente, no âmbito das empresas que flexibilizam horário e/ou concedam bolsas de estudo, como condicionante para continuidade dos benefícios).

3.3. Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

Do total de coordenadores entrevistados 43,5% declararam que consideram as demandas da sociedade para definir as atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas instituições, enquanto 21,7% afirmaram que definem tais atividades a partir de seus interesses de pesquisa.

As principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula, declaradas pelos docentes, foram: Aulas expositivas (93,6%), aulas práticas (71,3%) e seminários (66%).

Do total de docentes entrevistados, 85% declararam que utilizam metodologias ativas para estímulo ao desenvolvimento dos discentes. Porém, as metodologias mais usadas são: elaboração de projetos (62,8%), sala de aula invertida (52,1%), desafios (45,7%) e pesquisa de campo (45,7%). Outros métodos como a gamificação, o *design thinking*, a prototipação, o *storytelling* e a simulação de atividades empresariais não são utilizados pela imensa maioria dos respondentes.

Ademais, os docentes indicaram que o principal desafio pedagógico enfrentado consiste em estimular o engajamento e participação dos alunos (76,6%), seguido de desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto (63,8%), além de aprimorar o processo de avaliação dos discentes (33,3%) e incorporar metodologias de ensino remoto em cursos presenciais (28,7%).

Nesse sentido, cabe entender se o uso de metodologias ativas tem sido insuficiente para engajar os alunos e promover suas habilidades básicas de escrita e compreensão de texto, ou mesmo se o perfil dos alunos não está respondendo aos diferentes métodos pedagógicos aplicados pelos professores. Outra hipótese a ser considerada é sobre a qualidade da base educacional prévia ao Ensino Superior e sobre a própria estrutura curricular dos cursos, se há um fio condutor nos cursos que facilite a apreensão dos conhecimentos e habilidades transmitidos.

Dependendo dos cursos em questão, pode haver uma dificuldade por parte dos respectivos docentes em adotar métodos alternativos menos tradicionais, que tragam a experiência do aluno para o centro do processo.

No que se refere à extensão, 79,8% dos docentes respondentes acreditam que é possível ampliar atividades de extensão a partir da aproximação com as demandas de comunidades locais. Conforme resultado do *survey*, a ampliação do número de projetos de extensão não

resultaria em efetiva ampliação das atividades e tampouco o fortalecimento de empresas juniores geraria esse resultado.

Sob a ótica dos discentes, o cenário geral é positivo. 67% dos respondentes afirmaram que o curso atende às suas expectativas e que o tornarão um profissional capacitado. Além do mais, 41,5% dos discentes respondentes declararam participar (frequentemente e com muita frequência) de atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas suas IES.

Um total de 74,5% dos discentes respondentes declararam que a realização de estágio obrigatório é a estratégia da sua IES para aproximá-los do mercado de trabalho.

Outros 46,9% dos discentes afirmaram que em seus cursos são utilizadas, frequentemente ou muito frequentemente, metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações.

A fragilidade indicada pelos discentes respondentes se refere à modalidade de EAD, pois 56,4% deles afirmou que nunca ou raramente as disciplinas ministradas nessa modalidade favorecem seu aprendizado.

48% dos colaboradores do setor produtivo que responderam à pesquisa declararam que as demandas da sua empresa ou segmento empresarial são retratadas, frequentemente ou muito frequentemente, nas atividades acadêmicas das IES. No entanto, 48% nunca apresentou às IES locais problemas específicos para serem abordados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o *survey*, 44% dos colaboradores respondentes acreditam que as IES são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem de suas atividades. Esse ponto é relevante, pois reforça que se de um lado, a academia está historicamente distante do setor empresarial, por outro, o setor empresarial também não apresenta frequentemente demandas ao setor acadêmico, o que pode ser reflexo de fatores tais como: baixa atividade inventiva nas empresas, baixa propensão a investir no desenvolvimento de novos produtos e serviços com maior conteúdo de conhecimento e tecnologia, ou ainda, na predominância da inovação fechada como estratégia de desenvolvimento de produtos e serviços.

Mais de 35% dos colaboradores declararam que as formações acadêmicas priorizadas pelas suas empresas nunca ou raramente se assemelham às áreas com maior oferta de cursos em Goiás. Esse dado indica um ponto de melhoria importante, que pode ser promovido a partir

do momento em que as IES considerem as demandas de mercado como determinantes da abertura de novos cursos ou da reestruturação de currículos em cursos já existentes.

As principais formações acadêmicas prioritárias para o desenvolvimento das empresas, segundo a declaração dos colaboradores respondentes foram Administração e Direito (60%) e Negócios (60%). Além destas, 52% dos respondentes consideram a área de Computação e de TICs como prioritárias.

Curiosamente, as áreas técnicas e de ciências duras não são consideradas prioritárias por um grande percentual dos respondentes, a exemplo de Ciências Naturais (68%), Matemática e Estatística (68%), Engenharias (72%), Saúde e Bem-Estar (76%) e Agricultura (84%). Se por um lado, as TICs e a Computação tratam de ferramentas transversais para qualquer tipo de negócio, assim como as áreas de Negócios e Direito, por outro, essa não prioridade em áreas de *hard science* pode exprimir um perfil de empresas com baixo conteúdo tecnológico e baixo grau de inovação e competitividade sustentável. Outro ponto preocupante é que os ODSs da Agenda 2030 da ONU necessariamente exigem o desenvolvimento de soluções tecnologicamente mais sofisticadas para viabilizar um cenário mais inclusivo e sustentável a longo prazo, em setores como agricultura, saúde e educação.

Tal cenário reforça a responsabilidade das IES no fomento ao desenvolvimento de novas soluções voltadas para a sustentabilidade ambiental e social, no sentido mais amplo, pautando a agenda de uma nova geração de negócios e empresas que levem em consideração mercados e soluções não exploradas pela indústria brasileira e, em particular, do Estado de Goiás. É nesse contexto que fica evidente a importância do empreendedorismo acadêmico baseado na produção de conhecimento aplicado, na transferência de tecnologias e na criação de spin-offs acadêmicos como aposta para uma reconfiguração econômica e social das regiões.

Como habilidades comportamentais decisivas para novas contratações em suas empresas, as mais declaradas pelos colaboradores foram: capacidade de comunicação (64%) e inteligência emocional (64%), seguidas de empatia (56%) e liderança (52%). Caráter e honestidade, criatividade, inovação e proatividade não foram consideradas decisivas.

Já quanto às habilidades técnicas consideradas decisivas para novas contratações, conforme os representantes do setor privado respondentes, identificam-se: Habilidade com tecnologias da informação e comunicação (100%) e formação acadêmica (curso de graduação)

(56%). A educação continuada e a fluência em idiomas não foram consideradas habilidades decisivas pela maioria dos respondentes.

3.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

No quadro 14, o *survey* realizado traz indicadores sobre as práticas inovadoras no âmbito das atividades das IES de Goiás, de acordo com os coordenadores de curso, com destaque para práticas de inclusão escolar (56,6%), para práticas que coloquem o aluno como agente dos processos pedagógicos (56,5%), e para a capacitação de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (52,2%).

De acordo com 65,2% dos coordenadores de curso que responderam à pesquisa, não há estímulo para o desenvolvimento de competências socioemocionais, 73,9% dos respondentes consideram que não são utilizadas ferramentas de planejamento estratégico e gestão, 82,6% dos coordenadores acham que os professores não são liberados das tarefas administrativas e 95,7% dos coordenadores afirmam que a abordagem STEAM não é utilizada no seu respectivo curso para potencializar o aprendizado.

A percepção dos docentes que responderam à pesquisa é análoga à dos coordenadores de curso, variando apenas ligeiramente os pontos percentuais, conforme é possível verificar nos Quadros 14 e 15.

Já em relação à inovação tecnológica propriamente dita, um dos principais indicadores da contribuição das Universidades para o processo de introdução de inovações tecnológicas no mercado refere-se ao número de patentes (solicitadas, concedidas e licenciadas) em que as Universidades sejam titulares ou cotitulares.

O *survey* questionou aos docentes e coordenadores se os departamentos em que atuam geraram patentes ou outros ativos de propriedade industrial. Como resultado, 77% dos docentes e 82,6% dos coordenadores respondentes informaram que seus cursos não originaram sequer um pedido de patente, como resultado de suas atividades de pesquisa, extensão e inovação. É de se esperar que as IES públicas (sobretudo federais) tenham maior contribuição para esse processo, tendo em vista sua estrutura de pesquisa e a maior disponibilidade relativa de docentes e pesquisadores de nível de pós-graduação, em comparação com os docentes das IES privadas e comunitárias.

Sobre internacionalização, 43,6% dos docentes e 47,8% dos coordenadores que responderam ao *survey* indicaram que o tema de internacionalização é raramente ou nunca tratado em seus cursos.

A despeito dos números tímidos em termos de produção de ativos de PI e da necessidade de ampliar a discussão e ações de promoção à internacionalização, mais de 90% dos coordenadores e docentes respondentes consideram o tema da inovação, empreendedorismo e internacionalização como importante ou muito importante para a formação profissional dos alunos.

A maioria dos estudantes de nível superior tem apenas nível básico de proficiência em línguas estrangeiras, com uma predominância do espanhol (48,1% dos entrevistados declararam ter nível básico de espanhol, ao lado de 36,6% em inglês e 9,1% em francês).

Quanto à perspectiva dos discentes, 51,9% dos discentes respondentes informaram que não tem conhecimento sobre se sua IES possui ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas ou outros ambientes promotores de inovação. 42,4% afirmaram que a IES possui algum desses ambientes, mas que eles não têm envolvimento. Apenas 4,9% dos discentes respondentes afirmaram que suas IES possuem essas estruturas e que eles fazem parte das ações ali promovidas.

Resultado análogo se observa quando perguntados sobre parcerias das suas IES com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e da inovação.

Curiosamente, em outra questão, 67,9% dos discentes respondentes afirmaram perceber esforços de sua IES para se aproximar do setor produtivo empresarial local. Outro ponto positivo é que 59,6% dos discentes respondentes afirmaram que em seu curso há disciplinas ou atividades referentes ao empreendedorismo e inovação, sejam ocasionais, frequentes ou muito frequentes. O caminho do ensino do empreendedorismo e dos temas atinentes à promoção da inovação certamente é um ponto de partida relevante para criação de massa crítica e ampliação da visão da comunidade acadêmica sobre essa temática.

Os resultados do *survey* no levantamento junto ao setor privado indicam as lacunas ou contradições presentes, lançando luz sobre o caminho a seguir no fomento às parcerias entre academia e empresas.

Exemplo disso é que 60% dos representantes de empresas respondentes declararam que mantêm ou já mantiveram parcerias com as IES, Centros de Pesquisa, ambientes de inovação e

empreendedorismo. Destes, 40% da parceria se dá através de programas de estágios; 24% por meio da contratação de serviços e 24% por meio de convênios e descontos para colaboradores. Apenas 16% das empresas respondentes afirmaram ter desenvolvido projetos de pesquisa conjuntos.

Ao lado disso, mais de 65% dos colaboradores declararam que as IES representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do empreendedorismo e inovação, enquanto para 56% dos colaboradores, os negócios de sua empresa dependem da atualização constante em termos de pesquisa e desenvolvimento, de forma frequente ou muito frequente.

60% dos colaboradores declararam ter relação com os ambientes de inovação no universo do empreendedorismo e inovação. 40% não se relaciona com nenhum dos elementos do universo do empreendedorismo e inovação apresentados. Curiosamente, apenas 16% se relacionam com incubadoras e outros 24% se relacionam com APLs e clusters. Isso significa que existe um percentual significativo de empresas que se relaciona com outros tipos de “ambientes de inovação”, e pode-se supor tratar-se de parques tecnológicos, hubs ou espaços de *coworking*.

Quanto ao percentual do faturamento investido em atividades de inovação, 24% investem até 1% do faturamento, 12% investem entre 1,1 e 3% do faturamento, e 40% dos respondentes representantes de empresas declararam investir de 3,1% ou mais, o que é um excelente marcador. 24% não realizam investimentos em inovação.

Dentre as empresas que investiram em ações de inovação, 48% declararam ter investido em inovações de processo, 32% em inovações de produto e 28% em inovações do modelo de negócios.

Sobre programas de cooperação internacional, 56% dos representantes de empresas afirmaram que suas empregadoras nunca investiram em programas de cooperação internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais, mas 28% declararam investir ocasionalmente em tais programas. Entre as empresas que investiram ou investem, a principal motivação foi ter acesso a novas tecnologias.

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Entrevistas consistem em ferramentas eficientes de escuta ativa, em que é possível apresentar questionamentos, demandas e sugestões de um público preciso, e a partir dos resultados desta comunicação definir metas e ações estratégicas para uma área específica. Portanto, para a construção do presente Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2023-2032) foram realizadas entrevistas com a comunidade acadêmica do Ensino Médio e do Ensino Superior e com o setor produtivo com vistas à definição de políticas públicas para a Educação Superior do Estado de Goiás.

As entrevistas realizadas foram áudio-gravadas por meio de plataformas virtuais (*Zoom* e *Google Meet*) e roteirizadas a partir dos quatro eixos definidos para este Plano Diretor: Gestão Sustentável da Educação Superior; Ensino, Pesquisa e Extensão; Acesso, Permanência e êxito; e Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização.

De forma geral, constatou-se que as sugestões para a Educação Superior estão em consonância com a agenda mundial estabelecida pela ONU, no tocante aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 1972, a ONU abriu uma importante discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento humano, durante uma Conferência por ela organizada em Estocolmo, Suécia, e que tinha por objetivo inicial despertar o interesse de diferentes nações para a construção orquestrada de acordos globais, que levassem ao desenvolvimento sustentável da humanidade. Dessa primeira ação até os dias atuais, vários encontros aconteceram, e a proposta inicial foi ganhando concretude, com muitos adeptos, definição/ampliação de objetivos e determinação de metas para alcançá-los. Neste amplo e longo cenário, nasceu em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como “um plano de ação global, que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada.” (CRUZ et al, 2022, p.1)¹⁷, onde se abrigam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas metas devem conduzir ou propiciar sua realização até o ano de 2030.

¹⁷ ARTIGO DE OPINIÃO, Revista do SUS, Cruz et all, 2022

Consultado em 23-06-2023: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/?format=pdf>

Segundo os autores, “guiados pelas metas globais, a expectativa é de que, para além do alcance das metas pactuadas, os países definam as suas metas nacionais e as incorporem em suas políticas, programas e planos de governo” (Ibidem).

Embalados por esses e outros ideais, os representantes do Ensino Médio, das IES - incluindo gestores, docentes e discentes - e do Setor Produtivo posicionaram-se durante as entrevistas, em contribuições que serão apresentadas abaixo.

1. Representantes do Ensino Médio

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes do Ensino Médio, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO-2024-2033:

1.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

- Promover cursos de formação continuada de conhecimentos digitais para professores, que abrandem a quebra de paradigmas causada pelo domínio que os alunos apresentam na área, o que, muitas vezes, gera situações de constrangimento em sala de aula.
- Oferecer cursos de curta duração, voltados ao empreendedorismo, para professores do Ensino Médio.
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano, presentes no currículo.
- Gerir melhor os espaços ociosos das escolas para a realização de atividades práticas em consonância com o conteúdo programático.
- Estabelecer parcerias entre o Ensino Médio, IES e empresas para a realização de atividades como pesquisas, empreendedorismo e inovação.
- Reavaliar e fomentar os cursos de Licenciatura, de forma a se tornarem mais atrativos, visando a melhoria da qualidade do Ensino Básico.
- Criar cursos que atendam às necessidades regionais para que os jovens não tenham necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família.

- Conservar as estratégias de Educação a Distância desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19.

1.2. Eixo 2 - Ensino, Pesquisa e Extensão

- Reavaliar propostas curriculares que são extensas, cujos conteúdos não são totalmente contemplados no decorrer do período letivo, comprometendo as práticas correlatas aos assuntos estudados.
- Criar programas de pesquisa e extensão no Ensino Médio, aos moldes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio do CNPq, para o desenvolvimento de habilidades que serão necessárias no Ensino Superior.
- Buscar fomento em programas já institucionalizados pelo governo federal, que ofereçam bolsas de iniciação científica a alunos e professores orientadores.
- Introduzir metodologias ativas desde o Ensino Médio para que haja melhor adaptação com as metodologias do Ensino Superior.

1.3. Eixo 3 - Acesso, Permanência e Êxito

- Ampliar a quantidade de escolas nas diferentes regiões do estado para abarcar um número maior de alunos.
- Reavaliar o currículo escolar que não dialoga com as características próprias da adolescência, de modo a preparar os estudantes para a vida universitária.
- Estabelecer ações pedagógicas que trabalhem os conteúdos dos livros por meio de atividades práticas e que sejam mais atrativas aos estudantes.
- Definir políticas públicas de assistência estudantil nos âmbitos Federal e Estadual para evitar a evasão de estudantes do Ensino Médio.
- Aumentar o número de cursos técnicos nas instituições de educação básica, estimulando a profissionalização e inserção no mercado de trabalho.
- Ampliar vagas que permitam o ingresso de grupos minoritários desde a educação básica.

- Incluir e incentivar atividades extracurriculares no contraturno, como teatro, música e práticas esportivas para trabalhar as competências socioemocionais dos alunos.
- Oferecer atendimento psicossocial para professores e alunos.
- Oferecer reforço ao ensino, à aprendizagem e à orientação vocacional.
- Expandir internet de alta velocidade para que os alunos e professores tenham melhores condições de participar das aulas e realizar pesquisas virtuais.

1.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Introduzir noções de empreendedorismo e inovação no Ensino Médio, visando a qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho e preparação para melhor assimilar as disciplinas do Ensino Superior.
- Estimular o aprendizado dos alunos conforme as demandas do setor produtivo regional, por meio de atividades em ambientes de laboratórios nas escolas, como, por exemplo, de informática, robótica, química, bem como desenvolver atividades na área da gastronomia, arte, economia, dentre outros.
- Promover programas de pesquisa com perspectiva de apresentação no exterior e execução de imersões culturais, de forma que as pesquisas representem ferramentas de transformação social.
- Criar proposta de participação do aluno do ensino médio em Empresa Júnior de uma IES, pública ou privada, como forma de antecipação de conhecimento acerca das noções iniciais sobre empreendedorismo, a partir de ideias inovadoras.¹⁸

¹⁸ É sabido que o Programa da Empresa Júnior foi criado para servir de suporte ao aluno universitário. De acordo com o Guia do estudante, a criação da empresa júnior foi regulamentada pela Lei 13.267, e seu escopo pode ser resumido como, [um] movimento [que] começou na França em 1967. [...] a pioneira no Brasil – e na América Latina – foi a Empresa Júnior Fundação Getúlio Vargas, em 1988. Um dos idealizadores, Rogério Cher, conta que a motivação para começar o movimento por aqui, na verdade, nasceu de um aborrecimento. Onde ele estudava não havia a opção de curso noturno e isso fazia com que eles ficassem com as piores opções de estágio. Uma empresa júnior foi a maneira que ele, aos 20 anos, encontrou para utilizar técnicas de organização empresarial e se desenvolver profissionalmente ainda durante a graduação. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/o-que-e-uma-empresa-junior-e-quais-asvantagens-em-participar>. Acesso: 23 de junho de 2023.

- Criar convênios com escolas estrangeiras para possibilidade de intercâmbio no Ensino Médio, efetivando processos de internacionalização.¹⁹

2. Gestores de IES

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes das IES, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO - 2024-2033:

2.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

- Direcionar maior atenção aos cursos de Licenciatura, com a finalidade de fortalecer o mercado de trabalho, proporcionando melhores condições salariais, acompanhamento psicossocial e reforçando a segurança no local de atuação dos professores.
- Estabelecer parcerias entre IES públicas e privadas para a realização de atividades integradas, com o propósito de trocar experiências e know-how.

¹⁹ Internacionalização é um assunto bastante recorrente quando se fala de ensino superior e mais especialmente por compor muitos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, de Mestrado ou Doutorado, por meio da chamada bolsa sanduíche, em que parte do trabalho é desenvolvida no país de origem do programa e parte em um país estrangeiro. Embora exista a possibilidade de se promover mobilidade internacional para alunos da educação básica, mais precisamente, do ensino médio (Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008), poucas ações têm sido promovidas nesse sentido no país. Com a evolução tecnológica alcançada pelas necessidades impostas pela pandemia da Covid-19, no decorrer dos anos 2020-21, o panorama da internacionalização se abriu igualmente a alunos do ensino médio, por meio de ofertas de:

- oficinas extensionistas on line;
- criação de centros de línguas, em que um falante ensina sua língua e aprende a do outro, iniciando com a modalidade oral e evoluindo para a escrita;
- promoção de imersões dos estudantes na realidade cultural de outros países, de forma a envolver a música, a literatura, o artesanato etc.;
- visitas técnicas em empresas multinacionais; enfim,
- utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), para implementar ações de internacionalização *at home* (IaH), em que os estudantes ganham experiência internacional, sem sair de seu ambiente e do seu país.

Não fica descartada a possibilidade de serem desenvolvidas ações de intercâmbio entre alunos de um país a outro, por meio de participação dos estudantes em feiras, estágios e olimpíadas internacionais, com o apoio de parcerias entre o estado e o setor produtivo.

Cf. <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista>

REIS, J. P. C. dos.; SANTOS, G. M. T. dos. INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES NO ENSINO MÉDIO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 28, p. 25–38, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6371527. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/595>. Acesso em: 28 jun. 2023.

- Buscar fomento nas instâncias municipais, estaduais e federais, nos fundos de investimentos nacionais e internacionais, e nas empresas, que possibilitem o desenvolvimento de projetos relacionados aos cursos ofertados pelas instituições.
- Conservar as estratégias de EAD, bem como as modalidades de aulas remotas ou híbridas, desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19, com recorrência a ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), utilizadas na formação profissional.²⁰
- Promover cursos de formação continuada para professores, com o objetivo de atualizar suas práticas pedagógicas e acompanhar as transformações sociais globais, fortalecendo os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes, alinhadas às transformações digitais.
- Fortalecer a existência das IES estabelecidas como novas unidades em regiões que requerem profissionais com competências específicas, proporcionando educação de qualidade à população local.
- Promover a participação de IES públicas e privadas em conselhos municipais, estaduais e federais de educação, com o intuito de alinhar ações estratégicas voltadas à educação e para dialogar sobre tendências globais.
- Adotar plataformas tecnológicas que utilizem Inteligência Artificial (IA)²¹ no cruzamento de dados relacionados à jornada estudantil.
- Criar Colégios de Aplicação Pedagógica (CAP) - voltados para os cursos de Licenciatura -, os quais têm como princípios básicos servir de campo de estágio, bem como formação e atualização de professores para a Educação Básica, por meio de aplicação de técnicas e metodologias educacionais mais avançadas.

²⁰ A modalidade de ensino-aprendizagem entendida como EaD (Educação a Distância) diz respeito a um tipo de estudo que poderá acontecer em qualquer nível, da graduação à pós-graduação, no ambiente denominado AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), podendo ser totalmente virtualmente ou semipresencial. Já a modalidade remota foi criada com a utilização de ferramentas digitais para suprir uma emergência causada pela pandemia da Covid-19, que obrigou o distanciamento social, interrompendo as aulas presenciais de todos os níveis escolares, transferindo, deste modo, os estudos para a modalidade online, sem interromper o progresso do aluno. Por sua vez, o ensino híbrido será realizado ora presencialmente, ora online.

²¹ A Inteligência Artificial (IA) é um campo da ciência da computação, que ao envolver várias tecnologias tem como objetivo principal desenvolver a capacidade de máquinas (e robôs) de efetivarem atividades que até então só seriam realizadas por seres com alto nível intelectual, simulando capacidades voltadas ao aprendizado, ao reconhecimento de voz e de visão, à compreensão de linguagens, à resolução de problemas, bem como à tomada de decisão, próprias dos seres humanos.

- Criar cursos que atendam às necessidades regionais para que os jovens não tenham a necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família.

2.2. Eixo 2 - Ensino, Pesquisa e Extensão

- Oferecer cursos que atendam às demandas locais e que reflitam as características e potencialidades de cada região.
- Estimular a interação com a população por meio de eventos culturais e sociais, no modelo de feiras de criatividade, apresentações artísticas, concursos de talentos musicais, gincanas de arrecadação de alimentos, caminhadas ecológicas e casamentos comunitários.
- Estabelecer parcerias entre as IES e setor produtivo para a prática de projetos de pesquisa que desenvolvam o diagnóstico e prognóstico de demandas de empresas, com vistas ao estabelecimento de possíveis soluções por elas requeridas.
- Promover visitas técnicas de estudantes nas empresas para acompanharem os processos desenvolvidos e rotinas dos profissionais.
- Manter um canal de relacionamento entre as IES e o setor produtivo para a divulgação de oportunidades de estágios, programas de iniciação científica e trabalhos de complementação.
- Oferecer serviços à comunidade em diferentes áreas, como, Saúde, Direito, Educação, Administração, Contabilidade, bem como nas áreas Ambiental e Cultural. Tais iniciativas são essenciais para atender tanto às necessidades da população, quanto para fortalecer a prática dos estudantes universitários e estimular a participação e a tomada de conhecimento dos estudantes do Ensino Médio.

2.3. Eixo 3 - Acesso, Permanência e Êxito

- Organizar Feiras de Profissões voltadas ao público do Ensino Médio, a fim de facilitar a orientação para escolha da carreira mais adequada e para que os estudantes conheçam opções de IES.

- Acompanhar a velocidade das tecnologias e assegurar o ensino híbrido como método de ensino, permitindo a permanência dos estudantes nas IES.
- Manter políticas afirmativas de acesso à Educação Superior, por meio de cotas (para negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda).
- Estimular a permanência mediante a oferta de bolsas de estudos, estágio, monitoria, pesquisa, bolsa creche para mães, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), bem como auxílio moradia estudantil e vale alimentação em Restaurante Universitário (RU).
- Monitorar a jornada do estudante por meio de ferramentas avançadas de IA para identificar tendências de evasão e, a partir dos resultados, criar mecanismos de permanência.
- Estimular espaços de convivência, como, por exemplo, laboratórios de informática, cantinas, salas de estudo, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, atléticas, empresas juniores, dentre outros.
- Estreitar convênio com a prefeitura para a adoção do Passe Livre Estudantil (PLE).
- Criar mecanismos em parceria com a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) para que os municípios ofereçam transporte público em horários compatíveis com o funcionamento das IES, em especial na zona rural.
- Criar medidas de apoio a grupos minoritários, como, por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, quilombolas e indígenas, por meio de: i. adoção de medidas de mobilidade interna e externa ao ambiente acadêmico, com o apoio de entidades municipais e estaduais; ii. fortalecimento de parcerias voltadas ao deslocamento do estudante da residência ou trabalho ao ambiente acadêmico; iii. oferta de refeições a baixo custo ao estudante, tanto em cantinas quanto em restaurantes universitários no interior das IES.
- Implantar centro de apoio pedagógico e psicológico especializado voltado ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção (TDA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

- Expandir o acesso à internet de alta velocidade como fator primordial para que os alunos e professores tenham melhores condições de participar das aulas e realizar pesquisas virtuais.
- Implantar Comissão de Acompanhamento de Egressos - CAE, no sentido de retroalimentar decisões e atualizações de cursos, estimular a colocação do egresso no mercado de trabalho e promover a interação entre os atuais estudantes e os egressos, por meio de palestras, seminários e projetos de extensão.
- Sugerir a criação de projetos multiáreas, permitindo a integração e a troca de conhecimento entre professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento humano.
- Realizar projetos que integrem Ensino Básico e Ensino Superior, possibilitando que estudantes da Educação Básica frequentem disciplinas da graduação - como aluno especial-, que estudantes de graduação assistam aulas de pós-graduação e que alunos de pós-graduação cursem disciplinas de graduação como atividade complementar.

2.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Impulsionar a formação dos futuros profissionais, voltada às demandas da indústria 4.0, como, por exemplo, desenvolvimento de software, automatização e automação industrial, robotização de sistemas e processos, *big data*, *business intelligence*, inteligência artificial, mecatrônica, internet das coisas, integração de tecnologias, computação em nuvem, digitalização de processos, dentre outros.
- Promover a formação dos futuros profissionais, voltada ao marketing e comunicação, como, por exemplo, *design* de produto, *design* de marca, análise de métricas, experiência de usuário e redes digitais.
- Estimular a formação dos futuros profissionais, voltada a pesquisas agroecológicas a partir da criação de cursos de agroecologia, atentando para a preservação do bioma Cerrado, prevalente no estado de Goiás.
- Incentivar a criação de empresas juniores, para o levantamento de possíveis projetos de consultoria empresarial e fortalecimento do potencial do futuro profissional.
- Criar oportunidades de participação de discentes, docentes, técnicos e a sociedade em geral nos ambientes de inovação (hubs de incubação de empresas, laboratórios de

prototipagem, espaços de *coworking*) das IES, para estimular processos criativos e inovadores voltados ao bem-estar social.

- Estimular a participação de estudantes em maratonas de *hackathons*²², prototipagem e olimpíadas correlacionadas à matriz curricular.
- Sugerir a criação de um programa estadual de egressos que ofereça monitoria para a criação de portfólio e que utilize estruturas já existentes no estado - como as Escolas do Futuro, Hub de Inovação -, para a realização de atividades práticas.
- Propor convênios internacionais, vislumbrando mobilidade acadêmica (voltada para bolsa sanduíche), programas para professores visitantes, intercâmbio de estudantes, bolsas de estudo e de pesquisa e cursos de formação complementar (na modalidade presencial ou a distância).

3. Docentes

3.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

- Realizar um trabalho conjunto com profissionais das áreas de psicologia e das ciências sociais para compreender melhor os jovens e pensar em maneiras de tornar o ensino mais atrativo.
- Promover encontros de gestores de IES para trocar informações e compartilhar boas práticas pedagógicas.
- Desenvolver uma cultura de estabilidade na carreira docente, evitando a rotatividade de professores/pesquisadores nas IES e promovendo melhor qualidade de vida e de trabalho.
- Estimular a formação de projetos de lei para programas de fomento, intercâmbios e outras oportunidades para as IES, visando garantir a continuidade dos programas a longo prazo.

²² *Hackathon* é uma combinação entre os termos *hack* (programar) e *marathon* (maratona). São eventos que reúnem programadores, *designers* e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de *softwares*, voltados à solução de problemas.

- Incentivar um ambiente de trabalho mais democrático, envolvendo a participação dos docentes nos projetos pedagógicos, na revisão do regimento interno, nas reuniões de colegiado e na gestão da IES.
- Buscar estabelecer o piso salarial para docentes da rede privada de ensino.
- Estabelecer um sistema nacional de educação que inclua tanto o setor público quanto o privado.
- Estabelecer condições adequadas de trabalhos para docentes por meio da Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior, visando garantir conquistas além das previstas na legislação trabalhista.
- Prever reajuste salarial para docentes na Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior e no Ministério do Trabalho para oferecer garantia, segurança e estabilidade aos trabalhadores em termos financeiros.
- Estreitar diálogo entre IES e representações sindicais de trabalhadores para estabelecer medidas que melhorem a qualidade do ambiente de trabalho para os colaboradores das IES.
- Alinhar as políticas de educação entre o Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação, buscando a eficiência na implantação de cada um.
- Propor ao Congresso Nacional o debate sobre carreira docente para padronização em nível nacional, com políticas que abranjam as redes privada e pública de ensino.
- Estimular a criação de Centros Acadêmicos para promover discussões e debates acerca da Educação Superior entre os discentes e alinhamento com os gestores de curso.
- Ampliar as unidades das IES, porém com foco na qualidade do ensino oferecido, e garantir a fiscalização por sindicatos relacionados à educação, pelo Governo do Estado de Goiás e pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação.
- Buscar fomento para os cursos de Licenciatura.
- Buscar mais estabilidade na carga horária dos docentes, proporcionando maior previsibilidade para o planejamento de aulas, tempo e aspectos financeiros.
- Proporcionar licença aos professores para realizarem Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, *Fellowships* e outros programas, a fim de garantir a formação continuada

e o desenvolvimento da ciência, trazendo novos conhecimentos ao ambiente acadêmico.

- Proporcionar reconhecimento e benefícios aos docentes que avançarem em sua formação educacional, concluindo cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.
- Reconhecer e premiar a excelência em pesquisa, ensino e extensão como critérios fundamentais para o avanço na carreira docente.
- Distribuir carga horária aos docentes para que possam se dedicar à pesquisa.

3.2. Eixo 2 - Ensino, Pesquisa e Extensão

- Desenvolver as áreas de dados, matemática estatística, matemática industrial e matemática aplicada, que são cada vez mais demandadas para realizar projeções, traçar cenários e pensar no futuro em diversas áreas, como empresariais, ambientais, tecnológicas, econômicas e financeiras, educacionais, entre outras.
- Promover atividades nas quais os discentes possam discutir em equipe e apresentar possíveis soluções para problemas sociais, educacionais, ambientais, tecnológicos, culturais, dentre outros temas.
- Estimular projetos de pesquisa entre docentes de diferentes IES.
- Promover a criação de espaços de discussão voltados para a utilização eficiente de energia, água e outros recursos escassos, visando a conscientização e busca por soluções sustentáveis.
- Fomentar os estudos e reflexões acerca da ética, valores e compromissos sociais, visando contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, éticos e engajados com as questões sociais.
- Divulgar para a sociedade os avanços e desenvolvimentos realizados pela academia, reduzindo o tempo de assimilação entre a produção acadêmica e a sociedade.
- Estimular o pensamento crítico dos discentes por meio da Filosofia, Artes e Humanidades, áreas que ampliam a visão de mundo e possuem reconhecimento internacional.

- Promover discussões sobre democracia e ciência nas IES, a fim de estimular a formação de pensadores livres e pesquisas científicas que possam oferecer soluções para diversas questões sociais.

3.3. Eixo 3 - Acesso, Permanência e Êxito

- Dedicar atenção especial aos novos discentes, provenientes do ensino médio, visando evitar a evasão, uma vez que podem enfrentar dificuldades em acompanhar o ritmo das aulas e possivelmente desistir do curso.
- Promover educação intercultural, na qual parte do curso é realizada na cidade e a outra parte em terra indígena, em quilombos e periferia/favelas.
- Fornecer bolsas de estudo baseadas em critérios socioeconômicos e mérito acadêmico, auxílio financeiro para alimentação, moradia e material didático.
- Disponibilizar orientadores em relação às demandas acadêmicas, planejamento de carreira, escolha de disciplinas e desenvolvimento de habilidades.
- Disponibilizar profissionais de saúde mental para oferecer aconselhamento psicológico e suporte emocional.

3.4. Eixo 4 – Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Estabelecer uma Comissão de Estágio em todos os cursos, com o objetivo de servir como uma ponte facilitadora para a inserção dos discentes no mercado de trabalho.
- Promover a internacionalização, proporcionando oportunidades para toda a comunidade acadêmica das IES se desenvolver e contribuir com conhecimento, visando à integração e evitando o isolamento.

- Fomentar o contato dos discentes com o âmbito internacional, permitindo que ampliem sua visão de oportunidades de carreira.
- Estabelecer parcerias internacionais para viabilizar a realização de cursos e pesquisas online.

4. Discentes

4.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

- Assegurar a disponibilidade de produtos básicos de higiene, a fim de proporcionar condições mais adequadas para estudantes e professores.
- Realizar a manutenção adequada das áreas verdes nas IES por motivos de segurança, uma vez que a vegetação alta pode atrair animais nocivos, bem como potencializar a ocorrência de crimes. Essa medida visa garantir a segurança dos estudantes, professores e demais membros da comunidade acadêmica.
- Maior valorização da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
- Promover um ambiente acadêmico estimulante, valorizando o desenvolvimento profissional dos docentes por meio da aplicação de um plano de carreira eficiente.
- Considerar a atualização das aulas EaD, de modo a permitir que os alunos tenham acesso a um canal de comunicação adequado para esclarecer dúvidas com os professores. Além disso, é desejável que o conteúdo aprendido esteja mais alinhado com a realidade do mercado de trabalho, facilitando sua aplicação prática.

4.2. Eixo 2 - Ensino, Pesquisa e Extensão

- Disponibilizar recursos financeiros para financiar projetos de pesquisa, incluindo aquisição de equipamentos, materiais e recursos necessários para a condução das pesquisas.
- Oferecer bolsas de iniciação científica para discentes e docentes, incentivando-os a se engajarem em projetos de pesquisa.

- Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e empresas, promovendo intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de recursos e oportunidades de pesquisa conjunta.
- Organizar conferências, simpósios e workshops científicos para incentivar a troca de conhecimentos, a divulgação de pesquisas e o estímulo à colaboração entre pesquisadores.
- Ampliar de forma eficiente a divulgação dos serviços gratuitos oferecidos pelas IES à sociedade, visando beneficiar um maior número de pessoas. Esses serviços incluem consultoria jurídica e empresarial, atendimentos na área da saúde, cursos e capacitações, entre outros.
- Organizar eventos sociais com a finalidade de arrecadar alimentos não perecíveis, destinados à montagem de cestas básicas que poderão ser distribuídas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Adicionalmente, arrecadar ração para ser distribuída às associações responsáveis pelo cuidado de animais de rua.
- Desenvolver projetos e programas que abordem questões sociais, como inclusão social, desenvolvimento sustentável, combate à pobreza, promoção da igualdade de gênero, entre outros.

4.3. Eixo 3 - Acesso, Permanência e Êxito

- Investir na melhoria da educação básica, a fim de proporcionar aos estudantes um nível de educação adequado, preparando-os de forma eficaz para acompanharem o ritmo das aulas no ensino superior.
- Implementar programas de inclusão e ações afirmativas para garantir o acesso de estudantes de diferentes origens socioeconômicas, étnico-raciais e com deficiências.
- Dedicar uma atenção especial aos indígenas e quilombolas, com o objetivo de criar meios para que eles se sintam mais familiarizados com o ambiente acadêmico, envolvendo suas culturas de maneira adequada.
- Disponibilizar bolsas de estudo, bolsa permanência, restaurante universitário, auxílio moradia e auxílios financeiros para apoiar os estudantes de baixa renda, minimizando as barreiras econômicas que podem impedir a continuidade e o êxito acadêmico.

- Realizar revisões regulares das políticas de seleção dos discentes que serão contemplados com auxílios, com o objetivo de atualizar e aprimorar os critérios e processos de escolha, garantindo que sejam adequados e alinhados com os princípios de equidade e justiça.
- Assegurar que os programas de assistência estudantil cumpram os prazos de pagamento do auxílio financeiro, a fim de evitar prejuízos aos estudantes que contam com esses recursos para cumprir seus compromissos financeiros e suprir suas necessidades.
- Buscar ampliar os benefícios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)²³ aos discentes de pós-graduação, que apresentam baixa renda e estão matriculados em instituições federais.
- Implementar sistemas de monitoramento do desempenho dos estudantes e criar medidas de apoio especializado quando os resultados apresentarem dificuldades acadêmicas e tendências de evasão, a exemplo do Aplicativo Sissa²⁴, utilizado pela UFG.
- Apoiar os discentes que desejam utilizar o nome social, ao invés do nome civil, em documentos, como Lista de Frequência, Histórico Escolar, Atestado de Matrícula, Espelho de Matrícula, Diploma, bem como em solenidades, como colação de grau, defesa de monografia, dissertação ou tese, entrega de certificados e eventos afins.
- Estimular a cultura de avaliação contínua da satisfação dos discentes, visando ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e ao crescimento acadêmico desejado.
- Estabelecer centros de aconselhamento estudantil, em que profissionais qualificados, como psicólogos e/ou terapeutas, ofereçam suporte emocional aos discentes para lidar com questões pessoais, acadêmicas e relacionadas à carreira.

²³ O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

²⁴ Sissa - Sistema integrado de suporte aos alunos. A ferramenta é baseada em Inteligência Artificial e tem o objetivo de combater a evasão no ensino superior.

- Promover orientação vocacional aos discentes para auxiliar na identificação e no desenvolvimento de suas habilidades, contribuindo para uma escolha de carreira mais consciente e alinhada com as suas expectativas.
- Estabelecer ou colaborar com creches no campus das IES, visando permitir que estudantes com filhos possam deixá-los sob os devidos cuidados e concentrar-se nos estudos. Além disso, disponibilizar horários flexíveis para aulas e atividades, a fim de que os estudantes possam conciliar os cuidados com os filhos e o compromisso com a formação acadêmica.

4.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Incluir cursos e disciplinas que abordem o empreendedorismo jurídico no currículo acadêmico, fornecendo aos estudantes conhecimentos práticos sobre gestão, marketing, finanças e outras competências empresariais relevantes para a área jurídica.
- Incluir disciplinas específicas no currículo, focadas na prática de redação jurídica, possibilitando os alunos aprenderem técnicas de elaboração de petições e peças processuais. Adicionalmente, realizar atividades práticas envolvendo casos reais ou simulados.
- Estabelecer parcerias com escritórios de advocacia, empresas de tecnologia jurídica (*legaltechs*) e outras organizações relevantes, criando oportunidades de estágio, programas de mentoria e projetos conjuntos que fomentem o empreendedorismo e a inovação na área jurídica.

5. Representantes do setor produtivo

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes do Setor Produtivo, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO - 2023-2032:

5.1. Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

- Incentivar atividades de extensão, empreendedorismo e inovação desde o Ensino Médio, como forma de preparar os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho e para o Ensino Superior.
- Fortalecer a existência das IES estabelecidas como novas unidades em regiões que requerem profissionais com competências específicas, proporcionando educação de qualidade à população local.

5.2. Eixo 2 - Ensino, Pesquisa e Extensão

- Estabelecer parcerias entre as IES e setor produtivo para a prática de projetos de pesquisa que desenvolvam o diagnóstico e prognóstico de demandas de empresas, com vistas ao estabelecimento de possíveis soluções por elas requeridas.
- Promover visitas técnicas de estudantes nas empresas para acompanharem os processos desenvolvidos e rotinas dos profissionais.
- Manter um canal de relacionamento entre as IES e o setor produtivo para a divulgação de oportunidades de estágios, programas de iniciação científica e trabalhos de complementação.

5.3. Eixo 3 - Acesso, Permanência e Êxito

- Sugerir a implantação de Comissão de Acompanhamento de Egressos - CAE nas IES, onde as empresas possam buscar profissionais capacitados para suprir as demandas de conhecimentos especializados.
- Estimular a criação de cursos pelas IES que atendam as necessidades regionais para que os jovens não tenham a necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família ou empresas locais.

5.4. Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Estimular o aprendizado dos alunos conforme as demandas do setor produtivo regional, por meio de atividades em ambientes de laboratórios nas escolas, como, por exemplo, de informática, robótica, química, bem como desenvolver atividades na área da gastronomia, arte, economia, dentre outros.
- Impulsionar a formação dos futuros profissionais, voltada às demandas da indústria 4.0, como, por exemplo, desenvolvimento de *software*, automatização e automação industrial, robotização de sistemas e processos, *big data*, *business intelligence*, inteligência artificial, mecatrônica, internet das coisas, integração de tecnologias, computação em nuvem, digitalização de processos, dentre outros.
- Apoiar a formação dos futuros profissionais, voltada ao marketing e comunicação, como, por exemplo, *design* de produto, *design* de marca, análise de métricas, experiência de usuário e redes digitais.
- Estimular a formação dos futuros profissionais, voltada a pesquisas agroecológicas - atentando, especialmente, para a preservação do bioma Cerrado, prevalente no estado de Goiás -, visando alinhamento com as tendências globais de boas práticas de governança ambiental, social e corporativa.
- Promover a participação de discentes, docentes, técnicos e a sociedade em geral nos ambientes de inovação (hubs de incubação de empresas, laboratórios de prototipagem, espaços de *coworking*) das IES, para estimular processos criativos e inovadores voltados ao desenvolvimento econômico e bem-estar social.
- Ajudar a estimular a participação de estudantes em maratonas de *hackathons*, prototipagem e olimpíadas correlacionadas à matriz curricular.
- Sugerir a criação de um programa estadual de egressos que ofereça atividades práticas realizadas nos ambientes de inovação governamentais, que realize monitoria aos participantes para a criação de portfólios, e que estabeleça o contato com empresas que necessitem sua especialidade.
- Incentivar a criação de empresas juniores nas IES, para o levantamento de projetos de consultoria empresarial, com o objetivo de apresentar soluções nos negócios e ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

- Fomentar o desenvolvimento de programas que preparem o estudante para a atuação em ambientes profissionais multiculturais, por meio do desenvolvimento de competências, como, por exemplo, habilidades idiomáticas, liderança intercultural, negociação e participação em feiras e eventos internacionais.

Estes foram, portanto, os principais desafios relatados pela comunidade acadêmica e pelo setor produtivo acerca da Educação Superior em Goiás. A partir deles, delinea-se, no capítulo seguinte, uma versão preliminar dos objetivos e metas a serem alcançados pelos formuladores de políticas públicas e pelos gestores das IES no próximo decênio.

ANEXO C - SUMARIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No mês de agosto de 2023 foram realizadas 10 Audiências Públicas em municípios com centralidade regional²⁵, com o objetivo de colher contribuições dos participantes ao PDESGO (2024-2033), listadas a seguir.

1. Goiânia, 02 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- a necessidade de fortalecer as ciências biológicas e da natureza, considerando o contexto de tendência ao negacionismo científico no Brasil;
- expandir o diálogo entre a SECTI e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), visando o desenvolvimento de políticas públicas de valorização da carreira docente;
- ampliar a formação dos alunos para além da atuação no setor produtivo; revisar a abordagem da Educação a Distância (EaD);
- buscar por parâmetros para mensurar a qualidade do ensino oferecido;
- ampliar a articulação entre educação básica e a Educação Superior; maior inclusão temática no Plano, abordando questões relacionadas à população LGBTQIAP+ e estudos afro, além da internacionalização inclusiva e a criação de políticas de ações afirmativas;
- ampliar a assistência estudantil para pós-graduação;
- valorizar o ensino de pós-graduação lato sensu, reconhecendo sua importância para a formação continuada e qualificação;
- maior integração entre sindicatos de educação e IES; promover uma gestão mais democrática nas IES, permitindo que o corpo docente tenha influência nos processos de decisão e contribua para uma gestão sustentável;

²⁵ IMB. Regiões de Planejamento do Estado de Goiás. 001 - Metropolitana de Goiânia, 002 - Centro Goiano (Eixo BR - 153, 003 - Norte Goiano, 004 - Nordeste Goiano, 005 - Entorno do Distrito Federal, 006 - Sudeste Goiano (Estrada de Ferro), 007 - Sul 008 - Sudoeste Goiano, 009 - Oeste Goiano (Eixo GO – 060), 010 - Noroeste Goiano (Estrada do Boi)

- ampliar as ações afirmativas para os quilombolas e indígenas.

2. Cidade de Goiás, 04 de agosto de 2023

- Dentre as principais contribuições destacaram-se a necessidade de maior detalhamento sobre as diretrizes específicas para o projeto de formação de professores para o período até 2033;
- adicionar um eixo dedicado à inclusão e às relações étnico-raciais, incluindo quilombolas, indígenas e ribeirinhos;
- incorporar, no Plano, as perspectivas de políticas educacionais dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABIs;
- ampliar a participação de sindicatos no processo de elaboração e implementação do Plano;
- enfatizar a curricularização da extensão universitária; articular os processos avaliativos das IES goianas com o sistema de avaliação nacional de educação, por meio das comissões próprias de avaliação;
- criar, nas IES, núcleos de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência; ampliar o atendimento psicológico para professores e alunos; criar uma rede de desenvolvimento das mesorregiões, buscando fortalecer a integração e o desenvolvimento local;
- investir em infraestrutura de transporte público e moradia estudantil, visando o acesso e permanência dos estudantes; empreender maior atenção à educação do campo e a necessidade de regulamentação da Lei de Educação do Campo de 2013;
- criar oportunidades de trabalho para egressos do campo, a fim de promover o desenvolvimento sustentável dessas regiões; ampliar a parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para ações conjuntas visando melhorias na qualidade do ensino;

- maior planejamento carreira de professores que atuam no campo; maior investimento no ensino superior na região noroeste do estado, buscando equidade regional no acesso à educação;
- conceder maior atenção ao enriquecimento cultural e acadêmico em detrimento da concepção de universidade empreendedora; compreender o perfil da juventude de cada região do estado de Goiás para direcionar as políticas de maneira mais eficiente; considerar os estudantes que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA) e superdotação na elaboração das políticas;
- garantir que as pessoas com deficiência sejam realmente contempladas por bolsas e auxílios.

3. Anápolis, 07 de agosto de 2023

Dentre as contribuições do público, destacam-se:

- a necessidade de seguir as normas técnicas e específicas do Conselho Nacional de Educação, como forma de melhorar a qualidade dos cursos por meio de procedimentos técnicos rigorosos;
- adotar como exemplo os instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Ministério da Educação (MEC) para garantir a qualidade dos cursos de ensino superior;
- valorizar a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ampliar o acesso ao financiamento para ensino e pesquisa; apoiar o projeto de Plano de Carreira Docente da UEG, que foi aprovado em abril de 2023;
- foi levantada a preocupação com a posição da UEG na estrutura do Governo do Estado de Goiás, a qual está sob responsabilidade da Secretária-geral de Governo, sendo que comparado a outros estados, as instituições de ensino estaduais estão vinculadas à Ciência e Tecnologia ou à Educação;
- ampliar as oportunidades de regime de dedicação exclusiva aos docentes; articular os sistemas nacional e estadual de ensino; buscar maior inclusão de indígenas,

- quilombolas e outras minorias no ensino superior; criar núcleos de inclusão e acessibilidade;
- rever as estratégias e metodologias do Ensino a Distância (EaD) no Plano Diretor; investir em infraestrutura de internet e fornecimento de equipamentos, como notebooks e plataformas, para possibilitar aulas remotas;
 - promover a produção de tecnologia com maior valor agregado, além da produção de commodities; considerar a formação continuada dos professores;
 - tornar os cursos de Licenciatura mais atrativo aos jovens, por meio de incentivo salarial, por exemplo;
 - ampliar a articulação entre as IES e a coordenação dos cursos para evitar a concorrência interna;
 - incentivar o ingresso aos cursos stricto sensu por meio de concursos públicos para mestres; maior fiscalização dos cursos de Complementação Pedagógica para garantir a qualidade;
 - expandir o diálogo com o Conselho Nacional da Educação; empreender maior destaque para a Curricularização da Extensão no Plano Diretor; investir na formação pedagógica de docentes, para que estejam mais preparados para atender os alunos com necessidades especiais;
 - apoiar a permanência da UEG em regiões distantes do centro do estado; garantir o financiamento para a educação pública, a fim de assegurar a autonomia das universidades e qualidade da infraestrutura.

4. Uruaçu, 09 de agosto de 2023

Dentre as contribuições do público, destacam-se:

- a necessidade de investir na formação continuada dos professores;
- investir na infraestrutura da Universidade Estadual de Goiás (UEG), visando a promoção do avanço da ciência e tecnologia em todo o estado;
- ampliar a integração entre as Instituições de Ensino Superior (IES) para promover discussões produtivas sobre a Educação Superior; utilizar o termo "acessibilidades"

em lugar de "acessibilidade", com a intenção de englobar dimensões cultural, estrutural e arquitetônica; incluir as necessidades dos neuro atípicos nas discussões sobre deficiências;

- direcionar mais recursos financeiros para a UEG; ampliar e aprimorar as ações afirmativas para os grupos minoritários, como pretos, indígenas, quilombolas e alunos de escolas públicas;
- apoiar a cooperação entre prefeituras para viabilizar a oferta de transporte público em horários compatíveis com as aulas;
- investir em auxílio alimentação e auxílio creche, visando a permanência dos estudantes nas IES;
- promover parcerias entre IES para fornecer auxílio creche ou um espaço compartilhado para crianças;
- ampliar ações que promovam credibilidade educacional para empoderar os alunos e conscientizá-los sobre seu potencial;
- estabelecer relações mais sólidas entre as IES e empresas, possibilitando contribuições mútuas, com as IES elevando o nível tecnológico das empresas e estas remunerando pelos serviços prestados;
- valorizar a carreira docente para atrair e manter talentos; apoiar a permanência das unidades da UEG;
- expandir número de Bolsa Permanência da UEG; monitorar a aplicação das políticas públicas e avaliar sua eficácia e distribuição;
- levar em consideração os gargalos na execução do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 para buscar soluções para o futuro;
- expandir políticas que possibilitem a permanência de docentes na UEG, pois mesmo com a Bolsa Permanência, houve esvaziamento do corpo docente nas unidades na universidade;
- tornar as Licenciaturas mais atrativas; promover a conscientização para a saúde física e psicológica dos professores;
- melhorar o plano de carreira docente para profissionais que atuam nos municípios do interior goiano;

- expandir o número de vagas para professores efetivos, para ascenderem na carreira e para regime de dedicação exclusiva e, assim, diminuir a competição interna;
- investir em infraestrutura na UEG para viabilizar a criação de cursos;
- realizar concursos públicos com salários atrativos e adequados;
- expandir as políticas de permanência para professores da UEG e assim evitar o fechamento de unidades da universidade;
- ampliar as políticas para atender alunos em situação de alta vulnerabilidade;
- criar programas de stricto sensu nos municípios do interior; desenvolver uma maior integração entre as unidades acadêmicas e os entes federativos.

5. Jataí, 16 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- encaminhar as questões debatidas para a Comissão de Educação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO);
- estabelecer parcerias entre as IES estaduais e federais; apoiar as IES nos processos de implementação das diretrizes da Curricularização da Extensão, pois algumas enfrentam dificuldades neste quesito;
- promover a democratização do ensino, por meio da participação da comunidade, dos conselhos, dos representantes de turma e representantes estudantis nas atividades das IES; buscar maior qualificação da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- dar mais atenção aos quilombolas, indígenas e ribeirinhos no Plano Diretor; criar Núcleos de Acessibilidade para cadeirantes, surdos, e estudantes com transtorno mental;
- valorizar os cursos de Licenciatura, visando melhorias na perspectiva de empregabilidade e condições salariais;
- garantir que o desenho arquitetônico das salas de aula abarque todos os tipos de pessoas;
- inovar nas práticas pedagógicas como uma das medidas para resolver o problema das vagas ociosas nos cursos; aprimorar as políticas de acesso para aumentar as

possibilidades dos estudantes que concluem o ensino médio ingressarem nas universidades;

- incentivar a pesquisa científica nos cursos de pós-graduação; ter preocupação com o desenvolvimento de pesquisas em todos os níveis de ensino, desde a pós-graduação até o ensino médio, este último por meio da criação de bolsas de estilo Júnior, como é feito pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC);
- estimular a criação dos Colégios de Aplicação Pedagógica (CAP), para fortalecer as Licenciaturas e estágios, uma vez que os alunos de Licenciatura têm dificuldades em encontrar escolas que abram as portas para estágios;
- estabelecer diálogos e parcerias com prefeituras para mitigar os problemas de mobilidade/transporte estudantil, na região urbana, metropolitana e rural;
- incentivar meninas para se envolverem com a ciência, do ensino médio ao ensino superior;
- promover discussões sobre robótica para avançar na inovação;
- aumentar o número de aeroportos internacionais para facilitar o acesso de estudantes, professores e palestrantes estrangeiros, fortalecendo a internacionalização da educação no estado de Goiás;
- fomentar a extensão universitária para que os estudantes tenham a oportunidade de atuar nas comunidades;
- expandir o diálogo entre a SECTI, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e as Secretarias Municipais de Educação; aumentar a participação de mulheres nos processos de discussão;
- estimular a permanência de mulheres no ensino superior, bem como o desenvolvimento de pesquisa e extensão, participação em eventos e mobilidade acadêmica;
- levar em consideração as particularidades de cada IES para pensar nas ações estratégicas do Plano Diretor; criar uma feira que articule a educação básica com os egressos de mestrado e com professores que atuam em programas de pós-graduação;
- aumentar o número de aeroportos regionais;

- pensar sobre o acolhimento de estudantes estrangeiros que virão estudar no Brasil, como, por exemplo, projetar moradia estudantil para estudantes estrangeiros;
- fortalecer os cursos de pós-graduação lato sensu, fomentar a formação continuada dos professores, com os cursos de especialização;
- realizar iniciativas que demonstrem a importância do ensino superior aos alunos da educação básica para a continuidade dos estudos;
- estabelecer prazos e metas para que os objetivos do Plano Diretor sejam alcançados;
- reforçar as parcerias entre secretarias estaduais e municipais para a execução das ações estratégicas definidas;
- criar centros de referência em educação, ramificados pelo estado de Goiás e, por meio da articulação com as prefeituras, realizar uma ampla divulgação sobre oportunidades de cursos disponíveis, formas de ingresso, auxílios estudantis, dentre outros;
- integrar o ensino, pesquisa e extensão, bem como envolver a comunidade nas atividades da universidade, como uma forma de ressignificar a educação;
- estabelecer parceria entre IES para a realização de ações conjuntas;
- realizar o diagnóstico das carências das comunidades para melhor atendê-las; unir esforços das Secretarias de Estado para atender a Educação Superior;
- envolver os sindicatos e conselhos de classe nos processos, para reforçarem as demandas e peculiaridades de cada região;
- divulgar a importância e oportunidades de mobilidade acadêmica e internacionalização para os estudantes, pois ocorre frequentemente o encerramento de editais sem inscrições nas IES;
- ampliar a divulgação de vagas nas universidades públicas que têm estado ociosas e refletir sobre os possíveis gargalos de acesso dos estudantes à essas vagas, para então buscar possíveis soluções;
- analisar a situação do ensino médio para melhorar as práticas pedagógicas no ensino superior;
- realizar testes de orientação vocacional para os alunos; ofertar apoio psicológico para os alunos;

- acompanhar os níveis de violência nas salas de aula para que sejam tomadas medidas cabíveis;
- ofertar o ensino de idioma estrangeiro no ensino médio, semelhante ao Idioma Sem Fronteira, para fortalecer o nível de proficiência, focando inicialmente em espanhol, inglês e francês, e, posteriormente italiano, alemão e japonês; fortalecer o ensino de idiomas estrangeiros online;
- buscar parcerias internacionais para possibilitar o ensino de idiomas e facilitar a questão financeira;
- aproveitar o potencial de Goiânia, como o maior centro de idiomas do Brasil;
- utilizar laboratórios de informática das escolas e universidades para que os alunos possam frequentar e realizar intercâmbio de idioma e/ou estudo de diferentes cursos online;
- estimular o financiamento de bolsas de estudo pelas prefeituras, governo estadual, federal e iniciativa privada;
- incentivar a cooperação Sul-Sul (cooperação internacional entre países em desenvolvimento do Sul Global, que compartilham desafios e experiências semelhantes), pois na região há universidades de referência e a localização é mais acessível;
- fortalecer a acessibilidade textual e terminológica, que permite conhecer os termos profundamente;
- oferecer desconto no imposto de renda para empresas que financiam programas de extensão das universidades;
- incentivar o ensino híbrido desde o ensino médio; aprimorar os processos de internacionalização da educação, pois é um fator primordial para a melhoria da qualidade do ensino superior;
- promover mobilidade acadêmica para os estudantes como uma forma de promover a educação e ciência do estado de Goiás no exterior e para estes estudantes sejam possíveis facilitadores de parcerias com países estrangeiros;
- criar Centros de Referência focado nas Licenciaturas; reforçar políticas de interiorização para a retenção de talentos e de profissionais;

- demonstrar no Plano Diretor gráficos com o percentual de matriculados e o percentual de goianos que não frequentam o ensino superior;
- aprimorar as condições dos goianos de competirem com estudantes de outros estados para o ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação;
- ampliar as oportunidades de estudo e trabalho aos goianos para que se mantenham no estado e colaborem com o desenvolvimento regional;
- realizar uma política de nivelamento para aumentar as possibilidades de os goianos conseguirem vagas nas universidades públicas;
- beneficiar os goianos na nota do Sistema de Seleção Unificada (SISU), como uma estratégia de curto prazo, para que consigam ingressar nas universidades do estado;
- melhorar a educação básica, com o propósito de elevar o nível profissional dos goianos e não apenas fazê-los ingressarem no ensino superior; estabelecer uma meta de incluir 50% dos goianos no ensino superior; estimular as pessoas a ingressarem no ensino superior por meio do Plano Diretor;
- adequar os salários dos professores para estimular o interesse pelas Licenciaturas; ampliar as vagas nos concursos públicos para professores; fortalecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG);
- financiar a criação de laboratórios; valorizar o nível educacional dos professores.

6. Rio Verde, 18 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- a necessidade de estabelecer parcerias entre vários organismos, como as prefeituras, para aumentar os recursos financeiros para financiamento estudantil;
- apresentar no Plano Diretor as possíveis fontes de recursos financeiros;
- facilitar o acesso por meio de transporte e por meio de internet de qualidade, pois é preciso pensar em formas de aumentar o número de pessoas no ensino superior; analisar o ensino básico para pensar no ensino superior e como mantê-los mais conectados;

- valorizar um ponto positivo que foi a volta de disciplinas obrigatórias, que preparam estudantes do ensino médio para o ensino superior;
- tornar as Licenciaturas atrativas à juventude e à formação de professores, como forma de resolver a falta de procura por essa profissão;
- ampliar os concursos públicos para a docência, oferecendo mais perspectivas de carreira;
- levar em consideração as particularidades e potencialidades de cada região;
- avançar na Lei do Sistema Nacional da Educação (SNE), em que o Plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP 235/2019), com vistas a possibilitar a integração de políticas e ações educacionais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com a universalização do acesso à educação básica de qualidade, garantia de infraestrutura público da educação básica; maior financiamento da educação;
- maior articulação do ensino superior com o ensino básico;
- reforçar com os municípios a aplicação do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, previsto na Lei nº 11.738, de 16/7/2008, bem como a Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012 que trata do uso de recursos da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o pagamento integral do piso salarial dos profissionais da educação básica pública;
- fiscalizar e acompanhar a implementação das ações detalhadas no Plano Diretor; fortalecer os Conselhos Municipais de Educação para que se mantenham em pleno funcionamento;
- elaborar projetos e propostas para estudantes com necessidades especiais, como os surdos, cegos, com deficiência intelectual ou física, pensando em uma educação inclusiva, com materiais didáticos adequados e utilização de tecnologias avançadas;
- criar Núcleo de Inclusão e Pertencimento com plantão psicológico para atender os alunos, com vistas a minimizar as dificuldades que impedem o aluno a prosseguir na sua formação acadêmica de maneira desejável;
- melhorar o acesso ao transporte público para estudantes de baixa renda que viajam de outros municípios para frequentar universidades;

- realizar um trabalho conjunto com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), prefeituras e demais instituições pertinentes, para atender as demandas da Educação Superior;
- criar o dispositivo de orientação vocacional, para apresentar aos estudantes do ensino médio as possibilidades de ingresso no ensino superior e escolha do curso. Também, orientação vocacional para os que já estão matriculados no ensino superior e que não se identificaram com o curso, para uma possível troca de curso;
- ensinar os alunos técnicas de estudo utilizando neurociência, com profissionais ou acadêmicos de Pedagogia, Medicina e Psicanálise, como realizado pelo projeto Estuda Mais;
- inserir o uso de tecnologias nas IES e preparar os docentes para melhor aproveitamento dessas ferramentas;
- discutir o uso de ferramentas tecnológicas de forma ética;
- estimular o empreendedorismo, para que os alunos busquem mais oportunidades além do emprego fixo e regular;
- capacitar os docentes para atender estudantes neuro divergentes;
- utilizar a teoria das inteligências múltiplas, que descreve como cada pessoa mostra sua capacidade cognitiva, com vistas a englobar todos os tipos de alunos que possuem diferentes interesses com a graduação;
- facilitar oportunidades de estágios para os estudantes colocarem em prática o que aprendem nos cursos;
- fortalecer os programas de Residência Pedagógica, bem como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibib);
- analisar e avaliar se as pesquisas desenvolvidas nas IES estão atendendo as demandas da comunidade;
- preparar os estudantes para que consigam ser flexíveis e acompanhar as mudanças e exigências do mercado de trabalho e para que sejam flexíveis neste sentido;
- fomentar bolsas de estudos para estudantes de Licenciatura para fortalecer a área;

- fomentar a especialização de professores na área de Psicopedagogia adequada para as escolas públicas e o cumprimento do piso salarial profissional nacional para o magistério.

7. Itumbiara, 23 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- fomentar oportunidades para o empreendedorismo inovador;
- fortalecer a infraestrutura das unidades da UEG, para que os alunos se sintam pertencentes a um ambiente adequado para desenvolver suas atividades;
- aprimorar a autonomia financeira das IES públicas;
- valorizar a saúde mental dos docentes e discentes, com o apoio interdisciplinar na área da saúde; abordar no Plano Diretor mais informações e diretrizes em relação aos cursos de Licenciatura;
- investir nas instituições que oferecem educação pública e de qualidade;
- capacitar professores para receber estudantes neuro divergentes;
- estabelecer parceria entre a SECTI, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e as IES para fortalecer os cursos de Licenciatura e aumentar as oportunidades de atuação profissional na área;
- estimular a formação continuada dos professores; abrir concursos públicos para a área de educação;
- realizar parceria entre o Governo de Goiás e as Prefeituras para criar oportunidades de estágios para os cursos de Licenciatura, visando torná-los mais atrativos;
- ampliar as medidas de assistência estudantil;
- capacitar os professores para que consigam lidar com as situações adversas dos estudantes;
- ter profissionais especializados para prestar apoio psicopedagógico aos estudantes.

8. Catalão, 25 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- discutir o ensino superior atrelado ao ensino básico;
- incluir as Coordenações Regionais de Educação (CRE) nas discussões do Plano Diretor;
- analisar as potencialidades de cada região para ofertar cursos que atendam as demandas locais;
- ofertar transporte público intermunicipal para viabilizar o acesso dos estudantes à universidade;
- realizar visitas de estudantes do ensino médio nas IES para que se familiarizem com o ambiente e vejam a IES como a extensão da escola; investir nos professores da educação básica;
- verificar o orçamento necessário para a implantação das diretrizes do Plano Diretor; apoiar a assistência estudantil para os cursos de pós-graduação, como por exemplo, por meio da inclusão da pós-graduação no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes);
- criar condições para que as IES públicas possam manter a qualidade do ensino superior ofertado;
- repensar as consequências que os cortes de recursos podem causar no desenvolvimento da Universidade Estadual de Goiás (UEG);
- criar e aprimorar políticas de acesso à universidade, haja vista que em alguns casos os cursos são de qualidade e atendem as demandas do mercado, mas possuem vagas ociosas;
- investir recursos para manutenções básicas das unidades da UEG; ampliar o diálogo com a UEG para compreender suas necessidades e possíveis medidas de aprimoramento;
- fomentar o transporte público;
- fomentar assistência estudantil, como bolsa permanência; analisar a situação de déficit de pessoal na UEG;

- realizar o acompanhamento da jornada do aluno;
- revisar os salários dos professores da UEG, pois estão defasados;
- fomentar assistência estudantil para alimentação e moradia, para evitar a evasão;
- foi levantada a preocupação sobre a reforma nos últimos anos sem ouvir a UEG;
- foi destacado o papel da UEG em formar profissionais com qualidade e atender os rincões;
- foi pontuada a falta de concursos públicos e, quando ocorrem, muitas vezes os professores aprovados não são chamados para exercer a função;
- foi levantada a preocupação com a falta de recursos na UEG e foi relatado que professores estão utilizando recursos próprios para propiciar visitas técnicas aos alunos;

9. Posse, 29 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- realizar levantamento do perfil do estudante por região; realizar levantamento do número de evasão dos cursos superiores; investir na estrutura e equipamentos das IES;
- fomentar a formação continuada do corpo técnico das IES;
- investir nos cursos que tem grande perspectivas de crescimento e capacidade de atender as necessidades locais;
- aplicar pesquisas em contextos regionais, periodicamente, para somar os resultados ao Plano Diretor;
- ampliar laboratórios nas escolas do ensino médio e incentivar a pesquisa; alterar a ordem dos eixos estruturantes do Plano Diretor, colocando as questões de acesso, permanência e êxito (eixo 2) em primeiro lugar, com a justificativa de que o desenvolvimento dessa área possibilita resolver os demais eixos;
- levar em consideração as assimetrias entre as regiões do estado para atender com eficiência cada local;
- ampliar as discussões e diretrizes sobre as regiões norte e nordeste do estado de Goiás no Plano Diretor, haja vista que são regiões menos desenvolvidas no estado;

- criar cursos que atendam as demandas locais para formar profissionais e não ser necessário buscar profissionais de outras regiões;
- dar mais atenção para a região nordeste de Goiás, pois carece de políticas públicas para a educação;
- fortalecer o ensino na região nordeste para o melhor aproveitamento das potencialidades de comércio agrícola na região;
- expandir as diretrizes do Plano Diretor para as regiões que não fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia;
- realizar parcerias com as prefeituras para o oferecimento de transporte público intermunicipal;
- investir na manutenção dos cursos de Licenciatura e torná-las mais atrativas; ampliar as políticas de acesso e permanência para mulheres;
- oferecer auxílio financeiro para estudantes gestantes; expandir as discussões e diretrizes para indígenas e quilombolas no Plano Diretor;
- ampliar o diálogo sobre as minorias no Plano Diretor; realizar o levantamento do perfil dos estudantes de cada região, para compreender melhor as carências e direcionar as políticas de acesso, permanência e êxito;
- aprimorar as políticas de permanência para estudantes da região nordeste do estado; explorar as possibilidades de ensino híbrido; articular o ensino superior com o ensino médio;
- abordar a educação do campo, com foco na produção de alimentos e sustentabilidade; ampliar a discussão sobre a Curricularização da Extensão;
- ampliar os cursos de Licenciatura na região nordeste do estado para atender o grande volume de escolas;
- fortalecer o empreendedorismo e as oportunidades de atuação no mercado de trabalho;
- maior inserção da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no processo de elaboração do Plano Diretor;
- ampliar as políticas para a Educação Superior em Campos Belos e Posse, em especial para a UEG, para que as unidades continuem funcionando; abordar a UEG no Plano Diretor;

- analisar o documento com apontamentos de diretrizes e possíveis soluções para os gargalos da UEG, que foi elaborado em 2019 após audiência pública;
- aumentar o investimento na UEG, uma vez que foi observado que o aporte nas universidades estaduais de Goiás está consideravelmente inferior aos investimentos realizados por outros estados em suas instituições estaduais de ensino superior;
- assegurar que o PDESGO (2024-2033) seja efetivo na prática, uma vez que já ocorreram diversas audiências públicas e foram apresentadas muitas propostas, porém, até o momento, o cenário da Educação Superior não apresentou melhorias significativas, em especial no nordeste goiano;
- incluir a SEDUC nas discussões acerca da Educação Superior, em especial sobre a UEG, por questões orçamentárias;
- fortalecer as unidades da UEG para que não encerrem as atividades; abrir vestibular para a UEG;
- abrir ou fortalecer cursos de Letras, Matemática na UEG; realizar estudo de mercado para a criação de cursos da UEG;
- ampliar o diálogo entre a SECTI e Secretaria Geral de Governo (SGG) para tratar das demandas da UEG;
- destacar o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) no Plano Diretor. A FAPEG pode utilizar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) como exemplo e moldar para a realidade de Goiás.

10. Valparaíso, 31 de agosto de 2023

Dentre as principais contribuições destacaram-se:

- fortalecer a qualidade das universidades da região do entorno do Distrito Federal (DF);
- maior atuação do Governo de Goiás na região do entorno do DF;
- estabelecer parcerias entre a SECTI e a Secretaria do Entorno do DF (SEDF) para ações na região;

- ampliar a atenção para a região do entorno do DF para que os estudantes tenham a oportunidade de acessar a educação em seus municípios e não terem que se deslocar para o DF;
- implementar Passe Livre Estudantil (PLE); aumentar a acessibilidade das universidades públicas, por meio de transporte público e ampliação das unidades das universidades públicas;
- ampliar a educação inclusiva para pessoas com deficiência (PCDs), levando em consideração o trajeto desde a saída do cidadão de sua casa até a chegada na universidade;
- pensar nos estudantes que trabalham, para que consigam conciliar o trabalho com os estudos; rever os preços das mensalidades das universidades privadas, visando a acessibilidade;
- expandir a internet para possibilitar o acesso ao Ensino a Distância (EaD);
- fortalecer o ensino de técnicas de estudo aos alunos; tornar o ensino mais atrativo aos alunos desde o ensino médio;
- ampliar oportunidades de extensão de estágios, por exemplo na área da saúde, em hospitais;
- explorar as oportunidades da EaD e, para isso, focar na qualidade do ensino ofertado.